



Departamento de Economia Política

Para um Turismo Solidário Urbano
O caso da *Lisbon Chill-Out Free-Walking Tours*

Rafael Sanches Garcia

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Economia Social e Solidária

Orientador:

Professor Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado,

ISCTE-IUL

Outubro, 2017

Agradecimentos

A presente dissertação representa o culminar de um processo de aprendizagem que começou no ISCTE-IUL com uma Licenciatura em Sociologia, e me conduziu ao Mestrado em Economia Social e Solidária. Durante esse percurso, aprendi ainda a ser guia turístico, graças a uma oportunidade profissional que me fez contactar de perto com o apaixonante mundo do Turismo e das Viagens.

Em primeiro lugar, devo um agradecimento ao meu orientador, o Professor Rogério Roque Amaro. É graças à inspiração obtida nas suas aulas que considero fundamental contribuir para o projeto da Economia Solidária.

Não teria sido possível realizar esta investigação sem o apoio e disponibilidade da *Lisbon Chill-Out Free-Walking Tours*, pelo que agradeço a todos os seus elementos, em particular ao Zé, Nuno, Pedro e Rafa, guerreiros e artistas, meus companheiros. E ainda à Gabriela, merecedora de especial gratidão, pela sua solidariedade inabalável.

Jamais estaria a escrever isto se a minha mãe e o meu pai não me tivessem ensinado que os ideais e as palavras são algo poderoso e valioso. Obrigado.

E obrigado à Adélia, por me tornar mais corajoso.

Resumo

A Economia Solidária assume hoje uma legitimidade crescente, e o desenvolvimento do seu conhecimento científico é essencial. O modelo capitalista produziu sociedades modernas cuja suposta riqueza material abundante é inseparável do agravamento das desigualdades sociais e dos problemas ambientais. Por seu lado, o aumento do turismo tem acompanhado o crescimento do Capitalismo e atingiu na atualidade uma dimensão económica, cultural, social e política, nunca antes vista, tanto em Portugal como no mundo. Viajar e ser turista tornou-se um componente indispensável da identidade pós-moderna nos países desenvolvidos.

Apesar disto, o estudo do Turismo carece de aprofundamento por parte das Ciências Sociais. Ora, o seu potencial como exemplo de um fenómeno social total torna-o ideal para melhor compreender contradições determinantes à Economia moderna, e para enriquecer o potencial futuro da Economia Solidária.

Inspirados pela proposta de Joana Marques em 2009, de um Turismo Solidário como contributo para o desenvolvimento comunitário em Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, propomo-nos apresentar uma formulação do conceito para o espaço urbano, um Turismo Solidário Urbano. A nossa proposta apoia-se no estudo de caso de uma organização de visitas turísticas de Lisboa, a *Lisbon Chill-Out Free-Walking Tours*.

Palavras-chave: Economia Solidária; Turismo Solidário; Espaço Urbano; Capitais Europeias

Abstract

Towards a Solidarity Urban Tourism: the case of Lisbon Chill-Out Free-Walking Tours

Solidarity Economy is achieving a growing legitimacy, and the development of its scientific knowledge is essential. The capitalist model has produced modern societies whose supposedly abundant material wealth is inseparable from worsening social inequalities and environmental problems. In its turn, the increase in tourism has been parallel to the growth of Capitalism and has presently achieved a never before seen economical, cultural, social and political dimension, both in Portugal and the world.

In spite of this, the study of tourism lacks depth in the Social Sciences. However, its potential as an example of a total social phenomenon makes it ideal to better understand determinant contradictions of modern Economy, and to enrich the future potential of Solidarity Economy.

Inspired by Joana Marques' defense, in 2009, of a Solidarity Tourism that could contribute to the community development of Cape Verde and Saint Tomé and Príncipe, we propose to adapt that concept to the urban space, with a Solidarity Urban Tourism. Our proposal is based on a case study of an organization of walking tours from Lisbon, Lisbon Chill-Out Free-Walking Tours.

Keywords: Solidarity Economy; Solidarity Tourism; Urban Space; European Capitals

Índice

| | |
|--|----|
| Introdução..... | 1 |
| Contexto do problema de investigação e justificação da temática | 1 |
| Questão de partida e objetivos | 2 |
| Dificuldades e limitações do estudo | 2 |
| Organização do trabalho..... | 3 |
| CAPÍTULO I – Economia Solidária e Turismo Solidário – Enquadramento Teórico Conceptual.... | 4 |
| 1. Economia Solidária..... | 4 |
| 1.1. Herança Histórica: das práticas económicas tradicionais de reciprocidade e solidariedade à Economia Social..... | 4 |
| 1.1.1. Karl Polanyi e a Definição Substantiva de Economia | 4 |
| 1.1.2. Economia Plural..... | 7 |
| 1.1.3. Economia Social..... | 9 |
| 1.2. Os Novos Movimentos Sociais no final do séc. XX e início do séc. XXI | 11 |
| 1.2.1. Origens dos Movimentos Sociais Modernos..... | 11 |
| 1.2.2. Altermundialismo | 12 |
| 1.2.3. Defesa do Meio Ambiente e Comércio Justo | 14 |
| 1.2.4. Economia Solidária enquanto Movimento Social | 16 |
| 1.3. A Emergência da Economia Solidária | 18 |
| 1.3.1. Crise Multidimensional | 18 |
| 1.3.2. Utopia em Ação..... | 22 |
| 1.4. Da América Latina à Europa: Versão Ibero-Americana e Versão Francófona de Economia Solidária..... | 24 |
| 1.4.1. Versão Ibero-Americana | 24 |
| 1.4.2. Versão Francófona | 27 |
| 1.4.3. Entre a Europa e a América Latina | 29 |
| 1.5. Economia Solidária da Macaronésia | 31 |
| 1.5.1. Ilhas Afortunadas | 31 |
| 1.5.2. Economia da Vida..... | 33 |
| 2. Turismo Solidário..... | 34 |
| 2.1. Turismo, um Produto da Modernidade | 34 |

| | |
|---|----|
| 2.1.1. Origens Históricas do Turismo | 34 |
| 2.1.2. Considerações Sociológicas e Antropológicas..... | 37 |
| 2.2. O Turismo Contemporâneo..... | 39 |
| 2.2.1. A Mitificação do Produto Turístico..... | 39 |
| 2.2.2. A Massificação e o Impacto nas Comunidades Locais | 43 |
| 2.3. Reflexões sobre o Espaço Urbano | 46 |
| 2.3.1. Transformações do Espaço Público e Crise de Cidadania | 46 |
| 2.3.2. Lisboa, Cidade em Transformação | 48 |
| 2.4. A Emergência do Turismo Solidário | 50 |
| 2.4.1. O Turismo Solidário como Nova Forma de Turismo | 50 |
| 2.4.2. Turismo Solidário Urbano | 54 |
| CAPÍTULO II - Turismo Solidário em Lisboa? – O estudo de caso da Lisbon Chill-Out Free-Walking Tours..... | 57 |
| 3. Metodologia de Investigação | 57 |
| 3.1. A Opção pela Metodologia Qualitativa de Estudo de Caso | 57 |
| 3.2. Observação Participante e Entrevista Semidirectiva | 58 |
| 4. Grelha Analítica | 60 |
| 5. Estudo de Caso – Conclusões | 62 |
| 5.1. Questão de Partida e Objetivos | 62 |
| 5.2. Balanço da relação com as características do Turismo Solidário Urbano..... | 66 |
| CAPÍTULO III – Reflexões Finais | 68 |
| 6.1. Como ser mais Solidário? | 68 |
| 6.2. Um passo na evolução do conceito de Turismo Solidário | 70 |
| Bibliografia | 72 |

Introdução

Contexto do problema de investigação e justificação da temática

A cidade de Lisboa tornou-se palco privilegiado para a reflexão acerca do fenómeno do turismo. O sector tem registado um forte crescimento nos últimos anos e deixado uma marca indelével na vida da capital portuguesa, para o bem e para o mal. O turismo cria emprego e abre a porta ao diálogo entre culturas, mas quanto desse emprego é precário e quantos turistas querem conhecer realmente o outro? E até que ponto é possível utilizar a riqueza cultural e natural para ganhos económicos sem prejudicar a sua sustentabilidade futura? Tratam-se de questões que expressam contradições do turismo e através delas, o turismo expõe contradições fundamentais do modelo económico capitalista.

Num momento em que a Economia Solidária procura fazer crescer os seus alicerces, importa enriquecer o conceito através da multidisciplinariedade e explorar a adequação dos seus princípios e dimensões de análise a novos contextos, e particularmente, dado que se trata de uma área científica que propõe a renovação do debate acerca dos maiores desafios que enfrentam as sociedades contemporâneas, averiguar se podemos encontrar na Economia Solidária, melhores respostas para novos desafios. Atualmente, compreender como não esgotar a galinha dos ovos de ouro do Turismo é, a nosso ver, um deles.

A presente dissertação pretende contribuir para o enriquecimento da Economia Solidária através do desenvolvimento do conceito de Turismo Solidário proposto por Joana Marques em 2009, na dissertação *“Para além da filantropia: contributos do Turismo Solidário para o Desenvolvimento Comunitário – Uma análise comparada Cabo Verde – São Tomé e Príncipe”*, transportando-o para o meio urbano, e apresentando a formulação de um Turismo Solidário Urbano. Dado o carácter transversal do Turismo e o percurso académico do autor, licenciado em Sociologia, a nossa abordagem é multidisciplinar, e parte de contributos não apenas da Economia como também da Sociologia, Antropologia, Estudos Urbanos e História. Do ponto de vista empírico, baseamo-nos no estudo de caso de uma organização de passeios turísticos na cidade de Lisboa, a *Lisbon Chill-Out Free-Walking Tours*, na qual o autor tem vindo a desenvolver atividade profissional ao longo dos últimos cinco anos. A opção por este tema e objeto de estudo decorreu também, naturalmente, desta situação profissional, que tornou o autor um observador privilegiado da evolução das atividades turísticas em Lisboa.

Uma das dimensões do projeto da Economia Solidária que mais carece de reflexão é a dimensão de projeto de gestão. Assim, a nossa questão de partida e objetivos foram motivados ainda pelo desejo de contribuir no sentido de desenvolver instrumentos de gestão, avaliação e consultadoria, específicos para organizações de Economia Solidária.

Questão de partida e objetivos

O contexto descrito anteriormente sugeriu-nos como questão de partida, compreender *de que forma é que os princípios da Economia Solidária se traduzem em Turismo Solidário, a partir do exemplo da Lisbon Chill-Out Free-Walking Tours?* Tomámos como conceitos centrais os conceitos de Economia Solidária e Turismo Solidário, e assumimos o objetivo geral de desenvolver a reflexão acerca destas duas áreas científicas e de propor uma ramificação do conceito de Turismo Solidário, um Turismo Solidário Urbano. Formulámos como objetivo principal, analisar a correspondência entre as características do conceito de Turismo Solidário Urbano que propomos, e a atividade da *Lisbon Chill-Out Free-Walking Tours*.

De modo a atingir o objetivo principal, são objetivos complementares do nosso estudo de caso:

- Verificar qual o modelo de organização da *Lisbon Chill-Out Free-Walking Tours*.
- Compreender os processos de tomada de decisão e de uso do excedente.
- Caracterizar a criação e desenvolvimento da organização e a sua composição atual.
- Avaliar o impacto da atividade diária da organização no espaço envolvente, tendo em conta uma perspetiva multidimensional.
- Analisar a relação estabelecida com a população local e seu impacto no decurso da atividade a diferentes níveis.
- Avaliar o raio de ação da atividade da organização.
- Analisar o tipo de informação partilhada na atividade da organização.

Dificuldades e limitações do estudo

A limitação principal do nosso trabalho deveu-se à condição de contexto referida anteriormente, de que o autor faça parte da organização que é seu objeto de estudo. Isto proporcionou uma facilidade maior na disponibilidade dos membros da organização para colaborar com a investigação, mas obrigou a um cuidado especial de forma a preservar a imparcialidade e objetividade da análise.

Acreditamos que a ligação do autor à organização não se tornou um fardo, antes contribuiu para que os entrevistados respondessem com maior franqueza, e adicionou um elevado grau de pormenor à nossa reflexão. Consideramos que nenhum observador, ainda que tenha um contato menor com o seu objeto, é verdadeiramente objetivo, pois não concordamos com a possibilidade de um estado de objetividade e distanciamento puros nas Ciências Sociais. Aceitando que um esforço de imparcialidade e distanciamento foram essenciais, diríamos que aquilo que eleva a análise das Ciências Sociais é que esta parta de um forte, ainda que humilde, espírito crítico.

Organização do trabalho

A presente dissertação divide-se em três partes principais. A primeira parte (I), consiste num enquadramento teórico-conceptual dividido por sua vez de acordo com os dois conceitos principais em que baseámos a nossa análise, 1 - Economia Solidária e 2 - Turismo Solidário. Começamos por analisar a trajetória do conceito de Economia Solidária desde as práticas económicas tradicionais de reciprocidade e solidariedade e o legado dos movimentos sociais modernos, passando pelas versões Francófona e Ibero-Americana de Economia Solidária, e culminando na Economia Solidária da Macaronésia. Segue-se a análise do lugar do turismo como produto da modernidade e as suas implicações contemporâneas, até à emergência do Turismo Solidário. A segunda parte (II), consiste na análise de estudo de caso, nomeadamente na análise da relação entre o nosso objeto de estudo e os princípios do Turismo Solidário. Começa com a apresentação da metodologia de investigação e grelha analítica, e continua com a avaliação da relação entre a organização estudada de acordo e os requisitos de uma atividade de Turismo Solidário Urbano.

Concluimos com uma terceira parte (III), de reflexões finais, dedicada às pistas que a nossa investigação sugere, para a reflexão futura acerca do Turismo Solidário.

CAPÍTULO I – Economia Solidária e Turismo Solidário – Enquadramento Teórico Conceptual

1. Economia Solidária

Neste primeiro capítulo analisamos a constituição e afirmação da Economia Solidária, começando pelos seus antecedentes históricos e contexto social, económico e político que a colocou no primeiro plano da discussão sobre alternativas ao modelo capitalista, passando pelas suas principais versões, e culminando na descrição detalhada daquela que é adotada nesta dissertação, a Versão da Macaronésia. No final do capítulo, perspectiva-se o contributo desta versão para a procura de novas respostas a desafios contemporâneos, (de que é exemplo a necessidade de propôr formas sustentáveis de atividade turística).

1.1. Herança Histórica: das práticas económicas tradicionais de reciprocidade e solidariedade à Economia Social

1.1.1. Karl Polanyi e a Definição Substantiva de Economia

A compreensão efetiva das raízes históricas da Economia Solidária obriga-nos a considerar um livro que tem vindo a ocupar crescentemente um lugar fundador na linha de orientação da Economia Solidária, "A Grande Transformação" de Karl Polanyi.

Polanyi nasceu em 1886 na Hungria, numa família judia-burguesa e no caminho para se tornar membro da elite intelectual do Socialismo Liberal, assistiu a transformações históricas consecutivas no seu país. Na década de 1890 a Hungria sofreu um processo de rápida industrialização, e no início do século XX a opinião política do país polarizou-se, seguindo-se a Primeira Guerra Mundial, na qual Karl Polanyi participou e sofreu ferimentos. Desde a juventude que Polanyi assumia uma participação política ativa que o conduziu ao Socialismo Liberal. Em 1919 a Hungria torna-se uma República Soviética e Polanyi abandona o país, passando a viver em Viena, cidade marcada por um ambiente de efervescência de discussão política radical, que agrada a Polanyi, (Dale, 2010: 6-9).

"A Grande Transformação" é publicada em 1944, e não podemos, como Kenneth McRobbie, deixar de salientar o quão desafiante foi, publicar uma obra que afirma que a maior ameaça para o futuro da civilização é o sistema económico representado pelos países Aliados, na altura em que o balanço da Segunda Guerra Mundial reverte a favor destes, (McRobbie in Dale, 2010: 71).

O sistema económico esteve contido no sistema social até ao final do século XVIII, altura em que o crescimento dos ideais liberais, em particular do liberalismo económico desenvolvido por autores como Adam Smith e David Ricardo, propõe o conceito de mercado económico. O

domínio do princípio de mercado implicou um esquecimento de princípios que orientaram sistemas económicos muito anteriores ao da sociedade moderna ocidental, os princípios de reciprocidade e redistribuição (Lisboa, 2000 :2-3). Isto produziu uma falácia responsável pela incapacidade atual de compreender economias que não sejam ocidentais, a identificação de toda a economia com o princípio de mercado (Lisboa, 2000 :3). Desde o século XIX que a civilização ocidental é a única na qual o sistema económico tem o domínio sobre as relações sociais, contrariando o facto de estar embutida na sociedade (conceito de "*embeddedness*" de Polanyi), (Lisboa, 2000 :6).

Se a economia mercantil é a expressão do princípio do mercado autorregulado, aos princípios de redistribuição e reciprocidade, Jean-Louis Laville faz corresponder a economia não-mercantil, promovida pelo Estado, e a economia não monetária, respectivamente, (França Filho, 2007 :159). Note-se ainda a existência de mais um princípio anterior ao de mercado, o de domesticidade, (França Filho, *idem*).

A conceção temporal europeia é unilinear, subvaloriza outras culturas, como as culturas latino-americanas, por estar fechada sobre si mesma, (Coraggio, 2014 :24). Leva-nos a crer que esta sociedade, esta forma de conduzir as relações económicas é a única alternativa, a consequência lógica de um progresso histórico. Na realidade, existe muito mais economia além desta, e temos de repensar o que está de facto por detrás da nossa ideia de progresso.

A este respeito é útil recordar a distinção feita por Aristóteles entre economia (*oikonomia*, a gestão material da casa e da polis) e crematística (processo mercantil através do qual se adquirem bens), (Lisboa, 2000 :3). Na economia de mercado procura-se acumulação monetária, enquanto que em outras economias se pretende a reprodução material da vida. Devemos, segundo Polanyi, procurar um "significado substantivo" de Economia, que se refira ao processo de satisfação das necessidades materiais do Homem, dependente da Natureza e dos membros da sua comunidade, (Lisboa, *idem*).

A afirmação da ciência económica moderna fez-se a par de um duplo deslocamento, em relação à ética e à conceção física da noção de riqueza. Esta última foi substituída pelos conceitos de valor e preço, (Lisboa, 2000 :4). "Uma sociedade de mercado é uma sociedade voltada para a acumulação dos valores de troca", (Lisboa, *idem*). Isto também afasta a Economia do mundo natural, (Lisboa, *idem*).

O valor resulta da relação entre utilidade e escassez, e quão mais escasso um bem maior o seu valor, (Lisboa, 2000 :5). A escassez é um conceito central na definição moderna de Economia de Mercado. Para a maior parte dos estudantes de Economia, esta consiste no estudo das formas de "(...) alocação de recursos raros para fins alternativos", (Robbins apud Caillé, 2003 :220 in França Filho, 2007 :157). Polanyi estabeleceu que a escassez não aumenta a riqueza, aumenta o valor, bastando pensar no aumento de valor da terra em consequência da sua escassez. O valor que a terra ganha corresponde a necessidades maiores, e não a mais recursos que permitam satisfazê-las, (Lisboa, *idem*).

Karl Polanyi discorda que existam recursos insuficientes para satisfazer todas as necessidades. Dos estudos que fez sobre as sociedades nómadas concluiu que a escassez reflete a relação feita entre meios e fins, "(...) entre a quantidade de uma coisa e o uso que se lhe faz", (Lisboa, 2000 :5). É a criação de mais necessidades que as torna impossíveis de satisfazer, e o capitalismo alimenta-se desta criação, sendo "(...) uma civilização fundada no consumismo e no desperdício (...)", (Lisboa, idem). Destruir riqueza, de modo a que se aumente o valor, é intrínseco à Economia de Mercado, por isso a escassez encontra-se institucionalizada na sociedade moderna capitalista, (Lisboa, 2000 :8).

O mercado autorregulado não foi uma consequência natural, foi possibilitado por um forte intervencionismo dos Estados e abertura comercial dos países (Polanyi, 2012 :189; Lisboa, 2000 :6), e constitui por isso uma construção política, (Coraggio, 2014 :18). Após a Revolução Industrial, a indústria precisava de transformar em mercadorias a Terra, o Trabalho e a Moeda, e o mercado autorregulado permitiu-o, (Lisboa, 2000 :7). Terra, Trabalho e Moeda são designados "mercadorias fictícias" por Karl Polanyi, dado que a Terra se refere à Natureza, o Trabalho à atividade humana e a Moeda a um símbolo do poder de compra, e que nenhum destes elementos é produzido com o objetivo de ser vendido, (Lisboa, idem). E para Polanyi, a mercadorização significa que a "sociedade humana passa a ser apenas um acessório do sistema económico (...)" e o progresso capitalista resulta de "desarticulação social", (Lisboa, 2000 :7-8). Os indivíduos participam na produção motivados por estímulos como o medo da fome ou o desejo do lucro, e não por valores, (Lisboa, 2000 :8).

Os movimentos de alternativa à Economia de Mercado procuram repensar o lugar da Terra, Trabalho e Moeda num sistema económico que esteja integrado na sociedade. A Economia de Mercado conduziu a uma exploração irresponsável dos recursos naturais, da Terra, com graves danos ambientais. A sociedade, e consequentemente a economia, deve desenvolver-se como parte da Biosfera, (Lisboa, 2000 :13). Quanto ao Trabalho, tornou-se difícil medi-lo de acordo com o tempo que consome, pois este pode não ter relação direta com o valor de uso daquilo que se produz. E sobretudo, a dependência do Homem em relação ao Trabalho diminui o seu usufruto da vida, "A capacidade das pessoas para gozar é inversamente proporcional ao PIB", (Lisboa, 2000 :19). É necessário que o Trabalho deixe de estar dominado pelo Capital, de modo a que o Homem deixe de estar dominado pelo Trabalho e tenha poder sobre o seu tempo, para que se emancipe, se desenvolva plenamente, (Lisboa, 2000 :12-13). Finalmente, ao tornar a Moeda uma mercadoria cuja circulação produz, por si, riqueza, criou-se um "fetichismo do dinheiro" (Lisboa, 2000 :13). Experiências como os Clubes de Troca e as redes de Comércio Justo exemplificam como a Economia Solidária começa a oferecer alternativas para o papel do dinheiro no sistema económico, (Lisboa, idem).

A identificação do mercado autorregulado e da sociedade de capitais com a noção de Economia, produz uma sociedade prisioneira da engrenagem que permite o funcionamento do mercado, uma Sociedade de Mercado, (Laville, 2009 :146). No entanto, a sociedade não foi indiferente a

esta grande transformação (como é designada por Karl Polanyi), e a sua reação fez-se precisamente através da solidariedade, (Laville, idem).

1.1.2. Economia Plural

O principal legado de Karl Polanyi é o reconhecimento de que a economia real é plural. Os produtores relacionam-se entre si e com a Natureza, de acordo com uma pluralidade de princípios económicos e lógicas institucionais, (Laville, 2009 :145). Identificar economia com mercado constitui para Polanyi um "sofismo económico", (Laville, idem).

O sistema económico pode ser pensado num sentido formal ou num sentido substantivo. O sentido formal refere-se à noção de escassez, resultante da relação entre meios e fins. O sentido substantivo refere-se ao processo de subsistência dos homens, a partir da utilização dos recursos naturais. A exclusão do sentido substantivo rompe a ligação da Economia com o fundamento do Ser Vivo, a Natureza, (Laville, 2009 :145).

José Luís Coraggio define Economia num sentido substantivo como sistema de instituições, práticas e valores de uma sociedade para gerir capacidades e recursos de forma a satisfazer as necessidades e desejos legítimos dos seus membros da melhor forma. Ou seja, permitindo a reprodução alargada da vida de homens e mulheres numa perspetiva intergeracional, (Coraggio, 2014 :27). Ao situar esta definição no plano institucional, remete-nos para a o sistema económico como construção política, como estabelecemos anteriormente. Repensar a Economia depende também de repensar a Política. A institucionalização das respostas às necessidades e desejos da população, deve deixar de estar sobre o controlo de elites políticas e partir de uma democracia participativa efetiva, (Coraggio, idem).

Para Coraggio, as expressões de Economia Popular na América Latina exemplificam uma riqueza de combinações de lógicas económicas ignorada pela Economia de Mercado capitalista, que constitui uma base para o desenvolvimento da Economia Solidária, (Coraggio, 2014 :27). Trata-se de uma economia composta por unidades domésticas populares, que criam comunidades, associações voluntárias e empreendimentos mercantis, conjugando os princípios da domesticidade e reciprocidade com o princípio do mercado, para conseguir a reprodução da existência dos seus membros, (Coraggio, idem). O trabalho que realizam destina-se não apenas ao consumo doméstico, mas igualmente à comercialização e à produção numa lógica tanto assalariada como cooperativa ou associativa, (Coraggio, idem).

A Economia Popular oferece pistas para um sistema económico em que o indivíduo, além de produzir para si próprio produz para a comunidade. A gestão democrática nos coletivos de produção e na esfera pública é motivada pela redistribuição dos recursos produtivos e dos bens públicos, possibilitando autonomia face ao capital, (Coraggio, 2014 :28). A concretização desta "solidaridad adextra", obriga-nos a trabalhar no sentido de novas formas de atividade económica que não se limitem a reintegrar a população pobre excluída no mesmo mercado que os excluiu

ou de preencher o que fica em falta da parte do Mercado ou do Estado, (Coraggio, 2014 :28). Trata-se de libertar o consumidor transformando-o em "prosumidor" e de contrariar o entendimento de eficiência económica como a medida do crescimento e da acumulação, (Coraggio, idem).

Na Europa, os custos sociais da Economia de Mercado criaram a "questão social", à qual o Estado Social procurou dar resposta, enquanto expressão do princípio da redistribuição, (Laville, 2009 :146). A exploração do operariado que forneceu a mãe-de-obra à Revolução Industrial, motivou a contestação de um movimento sindical cuja ação produziu alterações políticas, como o contrato social, (Estanque, 2006). O Estado Social minorou o desencastamento da Economia de Mercado, no entanto a tensão entre encastramento e desencastamento persiste até aos dias de hoje, (Laville, 2009 :146).

A lógica de funcionamento de uma empresa capitalista, onde os direitos de propriedade pertencem aos investidores, exemplifica a subordinação do trabalho ao lucro e à acumulação de capital. Contudo, é possível pôr em prática uma lógica de empresa social, na qual a empresa pertence a um tipo diferente de *stakeholders*, e que desenvolva uma ação económica baseada na reciprocidade, (Laville, 2009 :147).

O desencastamento da Economia de Mercado é acompanhado por um "reencastamento democrático" essencial, (Laville, 2009 :147). A importância de melhorar a democracia foi observada por Marcel Mauss no seu "Ensaio sobre a Dádiva", no qual nomeou, à semelhança de Polanyi, os princípios de reciprocidade e redistribuição, (Laville, 2009 :146). E, baseando-se em Roustang, Jean-Louis Laville afirma que "(...) a perspectiva da sociedade de mercado já se mostrou incompatível com a democracia no século XX. A visão económica do mundo, quando se torna um fim em si, nega, aos processos democráticos, o direito a definir um sentido e um projeto humano", (Laville, 2009 :148).

Marcel Mauss utiliza o conceito de dádiva para caracterizar a economia não monetária. Para Mauss, dádiva consiste em dar, receber e retribuir, de tal forma que a circulação de bens não se limite à "satisfação utilitária das necessidades", por ocorrer de modo horizontal, (França Filho, 2007 :159).

Uma lição comum a Polanyi e Mauss, é a necessidade de a Economia se apoiar na prática, pois negar as reações que os seus efeitos produzem na sociedade, é contrariar os valores de liberdade e igualdade, pilares da democracia, (Laville, 2009 :148). A pluralidade de experiências que encontramos na economia real constitui a alternativa à polarização dos discursos entre reformismo e radicalismo, (Laville, 2009 :149).

1.1.3. Economia Social

A Economia Social exemplifica o reconhecimento da pluralidade da realidade económica ao conjugar recursos mercantis com não-mercantis, como subvenções públicas e práticas de ajuda mútua, (Gaiger, 2009 :82-83).

Desde o Antigo Egito, até à América Pré-Colombiana, China Imperial e Idade Média europeia, que é possível verificar a existência de formas de associação humana. Por terem sofrido repressão, foram confundidas ao longo da História com o processo de conquista de liberdade de expressão, (Defourny, 2009 :156). O conceito moderno de Economia Social ganhou forma na primeira metade do século XIX, através da associação entre operários e camponeses, como forma de resistirem aos efeitos perversos da Revolução Industrial, (Gaiger, 2009 :82; Defourny, 2009 :156). Ideologicamente, fundou-se no Socialismo Associacionista de Robert Owen, King, Charles Fourier, Saint-Simon e Proudhon, e materializou-se sobretudo em cooperativas de produtores, (Defourny, idem).

Em adição, também o Cristianismo e o Liberalismo promoveram a Economia Social. A Igreja Católica encorajou iniciativas de Economia Social em 1891, através da encíclica "Rerum Novarum", apelando ao espírito de associação como solução para o crescente isolamento dos indivíduos e proteção contra o perigo de o indivíduo ser absorvido pelo Estado, uma sombra do jacobinismo da Revolução Francesa, (Defourny, 2009 :156-157). E pensadores liberais como Walras e John Stuart Mill apoiavam a criação de associações de trabalhadores (Defourny, 2009 :157). Principalmente Mill via-as como uma forma de o indivíduo superar a sua condição de assalariado e de ter acesso a educação e à prática de valores de cidadania, (Defourny, idem; MacCunn, 1979: 69).

A Economia Social surge assim "(...) no cruzamento das grandes ideologias do século XIX", e nenhuma pode afirmar ter em exclusivo a sua "paternidade", (Defourny, 2009 :157). Baseia-se nos princípios de gestão autónoma e democrática, e subordina o capital às pessoas. Com o passar do tempo deu origem a cooperativas e associações, e esteve na origem de movimentos sociais, (Gaiger, 2007 :82).

No século XXI, a Economia Social pode ser definida de duas formas, segundo Jacques Defourny: através das suas formas jurídicas e institucionais ou através de linhas orientadoras da ação comuns, (Defourny, 2009 :157).

Em relação às formas jurídicas e institucionais, designam-se de Economia Social as organizações que seguem o modelo de cooperativa, sociedade mutualista, associação e fundação, (Defourny, 2009 :157). As cooperativas fundaram-se na histórica experiência dos Pioneiros de Rochdale no século XIX, e atualmente a Aliança Cooperativa Internacional é constituída por mais de 750 milhões de cooperadores, em cinco continentes, (Defourny, idem). As sociedades mutualistas são particularmente comuns em países com um sistema de Segurança Social fraco, e abrangem uma grande diversidade de riscos, como os que dizem

respeito à saúde, e outros, como os de pescas e colheitas insuficientes, (Defourny, 2009 :158). As associações exprimem a livre associação de pessoas para a produção de bens e serviços, sem o objetivo do lucro. Representam entre 5 a 15% do emprego assalariado na maior parte dos países industrializados, (Defourny, idem). Finalmente, as fundações não reúnem consenso quanto ao seu lugar na Economia Social e Economia Solidária, tendo sido incluídas nas formas de Economia Social em 1990 pela "Conferência permanente das cooperativas, mútuas, associações e fundações", uma conferência que representa a Economia Social na União Europeia. O motivo de não reunirem consenso deve-se à diferença de valores e funcionamento, existente entre fundações criadas pelas outras formas de organização de Economia Solidária (cooperativas, associações, sociedades mutualistas), e fundações criadas por empresas capitalistas, (Defourny, idem).

No que concerne à linha orientadora da ação, uma organização é considerada de Economia Social, ao respeitar os seguintes aspetos: prestação de serviços aos membros e à coletividade, não pretendendo o lucro como um fim em si mesmo; gestão autónoma; controlo da organização feito de forma democrática pelos membros; excedentes distribuídos em prol das pessoas e do objetivo social, e não de acordo com a remuneração do capital, (Defourny, 2009 :158).

A conjugação de diferentes princípios económicos continua a evoluir na Economia Social. As empresas sociais são exemplo disto, dado que a Economia Social "(...) não exclui a busca de lucro se sua alocação e os modos de gestão da empresa forem não-capitalistas", (Defourny, 2009 :160). Tentativas de criar novas formas de organização como a de empresa social, demonstram também a atual tentativa de recuperar uma importância que se desvaneceu, por se ter desvanecido o seu projeto de sociedade.

As sociedades modernas contemporâneas atravessam uma crise de democracia que afeta profundamente a Economia Social. A realidade portuguesa é exemplo disto. Também em Portugal, a globalização transformou a realidade laboral e limitou os campos de ação dos trabalhadores, fazendo com que direitos anteriormente consagrados fossem desrespeitados, como o direito do trabalho, (Estanque, 2006 :12).

O aumento da terciarização significa que o movimento sindical deixe de ter como base predominante o operariado. Tal verificou-se em Portugal ao longo das últimas décadas, com o crescimento da classe média, ou melhor, de muitas classes médias, pois esta apresenta uma constituição muito variável, (Estanque, 2006 :9). O próprio conceito de luta de classes deixou de ser aplicável devido à diversidade e crescimento da classe média. O individualismo exacerbado pela globalização moderna significa que "(...) a classe deixou há muito de ser o determinante principal do conflito político", (Estanque, 2006 :12).

Como descrevemos anteriormente, a democracia e a promoção do exercício da cidadania devem ser uma parte intrínseca da atividade das organizações de Economia Social. Porém, o movimento sindical português é exemplo de uma pobre relação com a sociedade civil, "(...) é praticamente nulo o papel do movimento sindical português na dinamização da sociedade civil e

na construção da cidadania ativa em espaços exteriores à esfera restrita das relações laborais" (Estanque, 2006 :17). É o testemunho de Elísio Estanque, a partir da sua experiência com a atividade de organizações sindicais, descreve uma corrente caracterizada por "(...) dogmatismo, fechamento e défice de cultura democrática (...)" (Estanque, idem), que se sobrepõe às outras vozes presentes em reunião.

A Economia Solidária deve um legado importante à Economia Social, mas afirma-se como uma renovação de ideais, como o ideal democrático, que a sua antecessora desvirtuou.

1.2. Os Novos Movimentos Sociais no final do séc. XX e início do séc. XXI

1.2.1. Origens dos Movimentos Sociais Modernos

O termo movimento social constitui uma categoria analítica de compreensão de ações coletivas, que Ana Icaza define como "ação de um conjunto de pessoas que se identificam com códigos, valores, necessidades ou ideias comuns, apresentam um projeto de mudança e mobilizam-se para conferir visibilidade e legitimidade social àquilo pelo que lutam", (Icaza, 2009 :260). É difícil definir movimento social de uma forma mais específica, pois a diversidade de experiências faz parte do fenómeno e o conceito depende fortemente do contexto de que faz parte, (Icaza, 2009 :262).

As raízes da procura de alternativas de organização social datam do Iluminismo, sendo Thomas Moore e Kant exemplos principais, (Ferreira et al, 2014 :21). A Revolução Francesa e a Revolução Industrial inauguraram sociedades baseadas na Razão e no Progresso, que infelizmente criaram novas desigualdades sociais, (Ferreira et al, idem). O "povo" tornou-se em "massa", e na realidade, "(...) a liberdade derivou em individualismo, a igualdade em estatuto, e a fraternidade em caridade", (Ferreira et al, 2014 :22). Foi precisamente no contexto de contestação da exploração imposta pelo modelo económico liberal da Revolução Industrial, por parte de organizações de trabalhadores, que foi pela primeira vez utilizada a designação de movimento social, (Icaza, 2009 :260).

Somente a partir da década de 1970 se desenvolveu produção científica acerca do tema, (Icaza, 2009 :260). A Sociologia estabeleceu duas abordagens principais para a explicar o que motiva os movimentos sociais, (Icaza, idem). A primeira, de origem norte-americana, foca-se na mobilização de recursos e interpreta a ação coletiva como o resultado de escolhas racionais e cálculo de relação entre custos e benefícios por parte de atores sociais que procuram obter determinados recursos. A segunda abordagem, de origem europeia, foca-se na construção de identidade, (Icaza, idem). Baseia-se na produção teórica de autores como Alain Touraine, Offe e Melucci e coloca cultura, solidariedade e valores no centro da análise, (Icaza, idem).

Alain Touraine define movimento social como uma ação de conflito tomada por agentes de classes sociais que procuram controlar o sistema de orientação histórica da sua sociedade. Os atores que protagonizam a ação definem a sua identidade em oposição ao seu adversário, (Icaza, 2009 :261). Juntamente com Offe e Melucci, Touraine apontou o surgimento de novos movimentos sociais com a passagem para a sociedade pós-industrial, (Icaza, 2009 :260). O conflito que origina estes novos movimentos sociais não parte das relações produtivas dos indivíduos, que passam a ter como reivindicações valores como a autonomia, a diferença e uma cultura baseada na justiça e solidariedade, (Icaza, idem).

Os acontecimentos de maio de '68 marcaram a passagem para o novo tipo de contestação que caracteriza os movimentos sociais pós-industriais. Estudantes e trabalhadores uniram-se nesse mês movidos por preocupações em relação à guerra do Vietname, à utilização de armamento nuclear, ao poder e à alienação do indivíduo, (Ferreira et al, 2014 :22-23). Exigiam acima de tudo o "(...) direito a desenvolver e a viver uma cultura própria", (Ferreira et al, 2014 :22). Na prática, os resultados desse mês foram poucos, mas do ponto de vista simbólico o seu legado foi duradouro, (Ferreira et al, 2014 :23). Um legado que, para De Carli e Costa, impulsionou os valores feministas e acendeu a discussão acerca dos direitos civis nos Estados Unidos da América, (De Carli, Costa, 2013 :142).

Na década de 1980, o movimento popular na América Latina, constituído por uma série de movimentos de reivindicação de direitos sociais e democracia, constituiu o seguimento da lógica pós-industrial, (Icaza, 2009 :261). Contudo, a partir da década seguinte, a afirmação de um capitalismo globalizado contrariou os novos movimentos sociais. Os projetos de "reforma" e de "revolução" foram substituídos pela discussão sobre a sociedade civil e a democracia. No presente, o objetivo central aos movimentos sociais é a redefinição da relação entre o Estado e a sociedade, (Icaza, idem).

1.2.2. Altermundialismo

As várias dimensões de globalização têm como efeito comum a criação de interdependência mundial. Quer isto dizer que a globalização dilui fronteiras, cria novas relações espacio-temporais no contexto de uma "aldeia global", (Ferreira, et al, 2014 :19). A concretização disto deveu-se ao desenvolvimento tecnológico e a políticas económicas de liberalização e desregulamentação que ganharam hegemonia a partir do fim da União Soviética, (Ferreira, idem).

O Consenso de Washington estabeleceu o modelo económico neo-liberal como a base para a Ajuda Internacional, defendendo que "There Is No Alternative", (Ferreira et al, 2014 :20). No entanto, "(...) a realidade tem vindo a desmascarar efeitos esmagadoramente perversos", (Ferreira et al, idem). Entre os efeitos negativos do Neo-Liberalismo contam-se os danos para o meio-ambiente, a sucessão de crises económicas, a monopolização da propriedade individual, o

esgotamento e espoliação de bens e a crescente assimetria na distribuição da riqueza a nível mundial, (Ferreira et al, idem).

Os efeitos negativos das políticas económica neo-liberais fizeram emergir movimentos sociais que assumem uma posição fortemente crítica em relação à globalização, (Ferreira et al, 2014 :20). O Altermundialismo é o principal destes movimentos sociais, ainda que não deva ser pensado no singular, mas sim como um fenómeno de carácter multiforme, (Viveret, 2009 :11). Agrega um conjunto diversificado de perspetivas que procuram, não apenas opôr-se à globalização, mas sim encontrar caminhos alternativos (Ferreira et al, 2014 :21), e que partem das iniciativas de uma "sociedade civil mundial", (Viveret, 2009 :14).

Para Alain Touraine, o que distingue as perspetivas altermundialistas, é o facto de se focarem mais em si mesmas do que no seu adversário, (Ferreira et al, 2014 :24). Pretendem uma mudança da leitura da História, colocando um fim à leitura vertical que nos torna incapazes de escapar ao devir histórico, reconhecendo identidades comuns mas diversas, visões construtivas e objetivos complementares, (Ferreira et al, idem). Em suma, agir de acordo com a diversidade cultural.

O momento fundador do Altermundialismo ocorreu em Seattle, a 30 de novembro de 1999, com uma enorme e diversa concentração de manifestantes, sem organização prévia. Ecologistas, pacifistas, anarquistas, trabalhadores sindicalizados, estudantes, entre outros, reuniram-se em Seattle em protesto contra a "Ronda do Milénio", a última reunião da Organização Mundial do Comércio no século XX, (Ferreira et al, 2014 :25).

O protesto foi marcado pela utilização da "ação direta", um forte envolvimento social através de formas de expressão artística e desobediência civil de acordo com o princípio da "resistência não-violenta". Isto exemplificou a redefinição do papel da sociedade civil e o desejo de quebrar a distância entre a população, o poder político e o poder económico, (resumido nos *slogans*, "power to the people" e "people not profits"), (Ferreira et al, 2014 :26-27). O movimento foi recebido com uma repressão policial violenta, no entanto produziu efeitos. A "Ronda do Milénio" foi considerada um fracasso e começou a ser reconhecido a nível mundial que as alternativas às políticas neo-liberais são possíveis. Afinal, "There Are Thousands of Alternatives".

As perspetivas altermundialistas propõem novas leituras de conceitos como a riqueza, sugerindo novos indicadores (por exemplo, os indicadores de desenvolvimento humano, saúde social, bem-estar económico e desenvolvimento sustentável), e de ferramentas como a moeda e o crédito, encorajando experiências de sistemas de troca, moedas ecológicas e sociais, (inspirando-se aqui nos Clubes de Troca, bancos do tempo italianos e cheques-serviço, postos em prática na década de 1990), (Viveret, 2009 :13-14).

O outro mundo possível, na direção do qual o Altermundialismo procura caminhar, caracteriza-se por uma "civilidade mundial" que, para Patrick Viveret, tem de ultrapassar duas barreiras principais. Em primeiro lugar, a barreira dos fundamentalismos de qualquer tipo, e em segundo

lugar, a barreira do capitalismo com origem nos Estados Unidos da América, (Viveret, 2009 :14). Viveret considera a generalização "globalização neoliberal" demasiado simplista, e aponta o "capitalismo autoritário", ao invés da "mundialização liberal", como o verdadeiro perigo, (Viveret, idem).

A continuidade de um movimento social depende da sua capacidade de institucionalização e o Altermundialismo distingue-se igualmente por ter conseguido isto, através da realização regular de Fóruns Sociais Mundiais (Ferreira et al, 2014 :27), encontros estes que vieram a contribuir para a divulgação da Economia Solidária.

1.2.3. Defesa do Meio Ambiente e Comércio Justo

Para Manuel Castells, o movimento social com maior influência é o movimento de defesa do ambiente, (Ferreira et al, 2014 :28). O desenvolvimento deste movimento é marcado até hoje por quatro fases: conservacionismo, na qual o objetivo era preservar o meio ambiente; ambientalismo, em que surgiu a noção de integração da sociedade na Natureza; ecologismo, na qual se focou o estudo do impacto do Homem sobre o meio ambiente; e finalmente, a fase designada por Dowie como "ecologia profunda", em que se entende que todos os seres vivos fazem parte de um único sistema da Natureza, (Ferreira et al, idem).

O movimento de defesa do ambiente encontra-se fortemente institucionalizado, e é de notar que a sua influência crescente significou o aparecimento de "grupos de interesse" que não partilham realmente dos valores do movimento, e o utilizam para perseguir outras agendas, (Ferreira et al, 2014 :29). Deve ainda reconhecer-se que se trata de um movimento expresso numa grande variedade de vertentes, algumas das quais, por exemplo, apesar de se focarem menos no âmbito ambientalista, conseguem mobilizar a sua ação para a promoção da democracia e da defesa dos direitos humanos em países em desenvolvimento, (Ferreira et al, 2014 :30). Na atualidade, o foco do movimento de defesa do ambiente é a capacitação das populações ao nível local, o que pode contribuir para contrariar o seu maior obstáculo, que é a falta de uma democracia efetiva, (Ferreira et al, 2014 :30-31).

Um movimento que se tornou quase tão emblemático como o da defesa do meio ambiente, foi o movimento de Comércio Justo ou Fair Trade, que se exprime hoje pela associação de empresas de retalho, como a European Fair Trade Association (que tem um volume de vendas anual superior a 100 milhões de euros), (Ferreira et al, 2014 :44), que por sua vez se encontra incluída na FINE, uma associação das quatro principais associações de Comércio Justo, (Ferreira et al, idem).

Uma das primeiras experiências de relação comercial entre consumidores de países do Norte e pequenos produtores de países do Sul ocorreu a 1946, com a viagem de uma voluntária cristã americana chamada Edna Ruth Byler à Costa Rica, onde descobriu mulheres que fabricavam produtos têxteis de qualidade elevada, mas que viviam em condições de pobreza extrema. Byler

começou a vender estes produtos a amigos no seu Estado da Pensilvânia e a atividade desenvolveu-se ao ponto de nos dias de hoje se ter tornado num selo designado "Ten Thousand Villages", que faz importação direta de produtos artesanais de todo o mundo, (Ferreira et al, 2014 :43). Na Europa, a primeira ONG a estabelecer este tipo de relações comerciais foi a organização inglesa Oxfam, (Ferreira et al, idem). No entanto, o Comércio Justo foi a concretização de um processo com múltiplas origens.

Podem destacar-se quatro iniciativas que motivaram o Comércio Justo: os movimentos corporativos, que pretenderam eliminar intermediários comerciais através da integração da produção e distribuição; o comércio de caridade, feito por organizações religiosas e ONGs, que se tornaram financiadoras de produtores de artesanato de países do Sul; o movimento de solidariedade internacional para o desenvolvimento, que encorajou a importação de países excluídos do ponto de vista político e económico; e o movimento de combate à pobreza e apoio a populações afetadas por catástrofes naturais, que popularizou o lema "trade not aid", (Carneiro, 2011 :7). A linha orientadora comum a todas estas iniciativas é o desejo de redefinir segundo princípios de justiça, as relações comerciais que se estabelecem entre países do Norte e países do Sul, (Carneiro, idem).

O movimento de Comércio Justo procura a construção de um mercado alternativo ao tradicional, a promoção de desenvolvimento sustentável, a defesa dos direitos dos produtores e a solidariedade entre estes e os consumidores, (Carneiro, 2011 :8). Ao pagarem o que se considera um "preço justo" por "produtos ligados a processos de produção socialmente corretos e ambientalmente adequados" (Mascarenhas, 2007 :3 in Carneiro, 2011 :8), os consumidores contribuem para a emancipação das comunidades de produtores do Sul. O "preço justo" pode ser um preço superior ao dos produtos do "mercado de massas", mas pretende remunerar de forma mais justa o trabalho humano, (Carneiro, 2011 :8). Ao estarem ligados aos produtores, os consumidores podem compreender melhor os efeitos exercidos pelo ato de compra, e apoiar quem está em desvantagem económica perante o mercado capitalista, (Carneiro, idem). Caso escolham pagar um pouco mais de modo a beneficiar outros indivíduos, guiando-se por valores éticos, os consumidores contrariam a lógica liberal do *homo economicus*, (Ferreira et al, 2014 :44-45).

O selo de Comércio Justo foi criado no final da década de 1980 e acompanhado de paradoxos e conflitos. Por um lado, a aceitação generalizada do selo alarga o mercado dos produtos do Sul, por outro, ao serem feitas cedências no que toca aos princípios originais do movimento, que permitam a integração no mercado capitalista, impede-se que o mercado seja efetivamente transformado por estes princípios, desvirtuando-os, (Carneiro, 2011 :8-9). Empresas multinacionais como a *McDonald's*, *Starbucks* e várias cadeias de supermercados, utilizam o selo como estratégia de *marketing* que permita melhorar a sua imagem, (Ferreira et al, 2014 :46). Em adição, o funcionamento das relações comerciais de Comércio Justo apresenta inúmeras insuficiências, tais como a existência de um "monopólio distributivo" dos produtos, que ocorre devido à dependência em relação aos intermediários; a ausência de garantias a longo prazo para

os acordos feitos com os produtores; e a ineficácia da suposta vigilância das condições laborais, (Ferreira et al, 2014 :45).

O impacto do Comércio Justo deve medir-se, não na manutenção ou aumento da riqueza dos mais ricos, mas sim nas pessoas que faz sair de situações de pobreza e exclusão social, (Cotera, Ortiz, 2009 :60). Não devemos por este motivo, permitir que uma crescente instrumentalização resultante da popularidade do selo de Comércio Justo, nos impeça de refletir sobre a forma como as suas relações comerciais se processam realmente, (Ferreira et al, 2014 :47).

1.2.4. Economia Solidária enquanto Movimento Social

Todos os movimentos sociais acima descritos partiram de inquietações profundas acerca do modelo de Economia de Mercado, inquietações partilhadas pela Economia Solidária, e às quais o seu modelo alternativo de orientação da atividade económica dá resposta. Os desejos de altermundialistas (grupo que, note-se, reúne outros movimentos sociais), ambientalistas e defensores de relações comerciais justas, encontram na Economia Solidária um caminho comum para a sua concretização.

A Economia Solidária não aceita a conceção linear da relação entre sujeitos e contexto socioeconómico, pretendendo, como é objetivo central dos novos movimentos sociais para Alain Touraine, conferir às populações o poder de decidir o devir histórico. O ponto de partida da sua reflexão teórica é a demonstração de que os pressupostos económicos do Neo-Liberalismo são irrealistas. Que os agentes económicos disponham de informação e racionalidade perfeitas, foi amplamente questionado pela Teoria dos Jogos. E que o mercado funcione livre de qualquer influência e permita uma alocação eficiente dos recursos, é ilustrado por Amartya Sen como um processo que permite aos miseráveis melhorar as suas condições de vida, apenas dentro de um limite que não reduza o luxo em que vivem os mais ricos, (Ferreira et al, 2014 :33).

O mundo neo-liberal, do que Viveret designa "capitalismo autoritário" (Viveret, 2009 :14), é um mundo onde a propriedade privada se sobrepõe aos valores morais e direitos sociais, onde se fomenta a especulação, e no qual a acumulação de riqueza opera como "acumulação por despossessão", como a designa Harvey, (Ferreira et al, 2014 :33-34). Os resultados são graves assimetrias no que toca ao nível de vida, inclusão social e posse de recursos, (Ferreira et al, 2014 :34).

As organizações de Economia Solidária que emergiram no último quartel do século XX partilham entre si uma perspetiva ecocêntrica do lugar do Homem no planeta; uma leitura holística da existência humana; a colocação do valor do trabalho acima do valor do capital; um carácter simbiótico; e a atribuição de dimensão política, social e cultural ao conceito de riqueza, (Ferreira et al, 2014 :35). Esta última característica vai ao encontro das propostas de novos indicadores de riqueza por parte do Fórum Social Mundial, (Viveret, 2009 :13).

A afirmação da Economia Solidária tem sido apoiada pela realização do Fórum Social Mundial, encontro que marcou a institucionalização do movimento Altermundialista, como referimos anteriormente. O primeiro Fórum Social Mundial teve lugar em 2001 na cidade brasileira de Porto Alegre, e contrapôs-se ao Fórum Económico Mundial, com o lema "um outro mundo é possível", (Ferreira et al, 2014 :47). Marca a passagem da contestação de rua para a organização de espaços onde movimentos sociais diversos oriundos de todo o mundo, podem debater democraticamente, formular propostas, partilhar experiências e articular-se, possibilitando a formação de redes e sinergias, tudo isto de acordo com a sua Carta de Princípios. Os participantes são conduzidos pela convicção de que é fundamental criar alternativas às instituições neo-liberais, (Ferreira et al, 2014 :47-48). O Fórum possui um secretariado e um conselho internacional, mas não uma dirigência. Assume um carácter "voluntariamente pluralista", onde o diálogo ocorre sem que seja necessária a votação de uma maioria e sem que os encontros tenham de terminar com qualquer declaração final, (Viveret, 2009 :12).

O debate criado no âmbito do Fórum pode funcionar como a fundação de uma revolução epistemológica, como é sugerido por Boaventura de Sousa Santos, (Ferreira et al, 2014 :48; De Carli, Costa, 2013). Para Santos, deve proceder-se a um "trabalho de tradução" que funcione como uma ponte entre o local de produção das teorias e o que distingue a experiência da prática dos movimentos sociais por todo o mundo, (De Carli, Costa, 2013 :141). A Economia Solidária, em especial na sua Versão da Macaronésia, dá elevada importância a esta questão epistemológica, nomeadamente à mudança para um paradigma ecocêntrico, propondo um projeto com uma dimensão de conhecimento.

A força do Fórum Social Mundial é precisamente a sua capacidade de mobilização social, que exemplifica a "celebração da diversidade", (Ferreira et al, 2014 :48). A discussão é dominada por duas perspetivas principais, uma reformista e outra radical, e por enquanto o Fórum ainda não produziu uma alternativa que possa substituir efetivamente o capitalismo ao qual se opõe. Produziu sim, uma grande variedade de conceções relativamente a qual será essa alternativa, (Ferreira et al, 2014 :53). Viveret considera tal diversidade o pilar do Fórum, e que os seus participantes devem aceitá-la e utilizá-la com vista a uma ética e uma "qualidade democrática" com as quais se identifiquem, combatendo a tendência para a cisão e o conflito que afetou movimentos de Economia Social no passado, "Nem as diferenças nem os desacordos são perigosos; os mal-entendidos, os processos de intenção, as lógicas de rivalidade e de relações de força é que o são", (Viveret, 2009 :15). Ultrapassada a fragmentação, o Altermundialismo deve ser capaz de apresentar uma visão coerente de qual é esse outro mundo possível, (Ferreira et al, 2014 :57-58). E diríamos que a Economia Solidária se assume cada vez mais como a visão com maior coerência.

1.3. A Emergência da Economia Solidária

1.3.1. Crise Multidimensional

Os efeitos da crise económica que afetou Portugal e o mundo, contribuíram para a emergência da Economia Solidária, particularmente se considerarmos que a crise é um fenómeno multidimensional e com causas mais profundas do que as que são citadas pela maior parte dos analistas. O início da crise é maioritariamente situado na crise financeira de 2008, com um pico em 2010 devido à crise da dívida soberana. No entanto, trata-se na verdade de uma crise que supera o âmbito económico e financeiro, com implicações do ponto de vista social, cultural, territorial, ambiental e político, e portanto uma crise multidimensional, (Amaro, 2011 :10). A abrangência da crise é global, e a origem das suas ramificações é o défice democrático comum a países ditos democráticos, que a transforma numa crise da democracia, (Amaro, idem).

As medidas tomadas pelos governos em resposta à crise financeira têm-se inspirado sobretudo num modelo Neo-Liberal utilizado desde a década de 1980, e que gera mais problemas do que soluções, (Amaro, 2011 :10-11). De facto, para Euclides Mance, a Economia Solidária emerge porque, além da deterioração das condições de vida económica, as relações sociais perderam a sua componente humana perante a subordinação das pessoas à lógica capitalista do lucro, e se alastrou a sombra da degradação ambiental profunda, (Mance, 2011: 1).

Ao adotarem uma filosofia crescentemente Neo-Liberal ao longo das últimas três décadas, a União Europeia e a Comissão Europeia produziram uma ditadura financeira na Europa. A constituição do Euro como moeda única desde 2002 não foi apoiada pelas populações, que votaram contra nos países onde foram feitos referendos, (Nardi, 2015 :1). A moeda uniu os mercados, mas não aumentou os laços sociais e culturais, (Nardi, idem). O Banco Central Europeu passou a ditar as políticas financeiras dos países membros, sobrepondo-se à vontade das populações, e sobrepondo assim os interesses financeiros à democracia, dando lugar ao que Jason Nardi designa "economia Pan-Europeia". Devolver o controlo às populações implica a construção de uma democracia real, o que constitui um dos objetivos da Economia Solidária.

Para Joseph Stiglitz, os maiores responsáveis por esta crise foram os mercados e instituições financeiras, que agiram com perfeita consciência da avalanche que se avizinhava, (Henriques, 2010 :85). A crise financeira fez disparar os níveis do desemprego (de 8,3% para 25% em Espanha, e de menos de 10% para mais de 40% na Grécia, no período de 2007 a 2013), e de pobreza, e piorou o tipo de pobreza, (Nardi, 2015 :4). E é previsível que os níveis elevados de desemprego se mantenham na Europa durante o futuro próximo, (Henriques, 2010 :86).

Desemprego pode não significar pobreza, caso exista apoio da parte da proteção social, da mesma forma, emprego pode não significar o fim de uma situação de pobreza, (Henriques, 2010 :87). Um dos principais efeitos da globalização económica no setor laboral tem sido o aumento de situações de "atipicidade laboral", (Estanque, 2005 :117). A precariedade aumentou juntamente com a falta de respeito pelos direitos laborais e o recurso ao trabalho de imigrantes

ilegais e crianças, (Estanque, idem). Estas situações criam uma classe de trabalhadores prisioneira de um ciclo de pobreza e exclusão social, vítima do que Boaventura de Sousa Santos designa "globalismo localizado", e que na verdade não constituem uma única classe social, mas sim uma série de "subclasses locais", (Estanque, 2005 :118). E enquanto estas subclasses aumentam no fundo da pirâmide social, no topo prospera uma "sobreclasse global", acima dos limites de classe nacionais pois integram-na indivíduos de todas as nacionalidades, que obtém maior poder e riqueza durante a crise, (Estanque, idem).

A ação contra a pobreza implica a consciencialização das interdependências que condicionam o fenómeno por parte dos agentes políticos e económicos, (Henriques, 2010 :87). A ineficácia do combate à pobreza é motivada por uma incompreensão do real significado de satisfação das necessidades humanas, intrínseca às sociedades capitalistas contemporâneas. As necessidades são reduzidas a consumo, logo se não forem manifestadas como procura não são identificadas, (Henriques, 2010 :92). Neste sentido, José Manuel Henriques designa a dimensão económica do combate à pobreza por "integração económica" (Henriques, 2010 :90). A produção de conhecimento sobre a insatisfação das necessidades básicas deve ser relacionada com um tipo de transformação que possibilite, de facto, o fim de situações de pobreza. E a dependência em relação ao mercado, poderá ser diminuída por via do trabalho por conta de outrem e da mobilização do potencial empreendedor dos indivíduos, com vista à criação de microempresas ou empresas sociais, (Henriques, idem).

O setor alimentar constitui outro exemplo do aumento de lucros em épocas de escassez, (Magdoff, 2010 :65). Estima-se que quase metade da população mundial sofra de subnutrição, e em 2007 as Nações Unidas alertavam para o facto de 18 mil crianças morrerem todos os dias em consequência direta ou indireta da falta de uma alimentação suficiente, (Magdoff, 2010 :58). Os números são alarmantes, mas a gravidade da situação é, para Fred Magdoff, impossível de exagerar e resulta da clivagem entre ricos e pobres no acesso à alimentação, e da criação de um estrato inferior da população privado da satisfação de necessidades básicas, (as subclasses esmagadas pela sobreclasse), (Magdoff, 2010 :59-61; Estanque, 2005 :118). Na maior parte do mundo, os alimentos são incluídos como bens de consumo na mesma categoria que roupa, automóveis ou joias, sem que se distingam luxos de necessidades, (Magdoff, 2010 :59).

Em 2007 os preços dos sessenta produtos agrícolas presentes no mercado mundial subiram 37%, tendo o preço do milho começado a aumentar no outono de 2006 e subido 70% em poucos meses, e o preço do arroz aumentado 100% de 2007 para 2008, (Magdoff, 2010 :61). As principais causas destes aumentos foram a subida do preço do petróleo; o aumento do consumo de carne por parte dos países da América Latina e Ásia, em particular China; o aumento das importações; as alterações climáticas e a especulação financeira, (Magdoff, 2010 :62-64).

Face a esta crise alimentar, a qualidade de vida diminuiu em todo o mundo e a pobreza agudizou-se, "Quienes estaban proximos a la pobreza han sucumbido a ella, y los que ya eran pobres han caído en la verdadera indigencia, acompañada de un gran padecimiento", (Magdoff, 2010 :66). O exemplo do Haiti ilustra de forma chocante o abismo na diferença de rendimento entre países

ricos e países pobres. Trata-se de um país onde 80% da população procura sobreviver com menos do que aquilo que é possível comprar por dois dólares por dia nos Estados Unidos da América, e onde em 2008 o preço do arroz duplicou, (Magdoff, idem).

As verdadeiras causas da crise alimentar mundial conduzem-nos ao que referimos no início deste capítulo, que estamos perante uma crise multidimensional e estrutural, que antecede em largos anos o marco de 2008, (Magdoff, 2010 :69). Fred Magdoff sublinha que a crise da agricultura e alimentação das sociedades de países do chamado "Terceiro Mundo" decorre há décadas. Nos países onde, por imposição do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, foram aplicadas políticas económicas neo-liberais, tornou-se impossível subsistir como pequeno agricultor devido aos cortes nos apoios estatais à agricultura. Uma imposição que revela a hipocrisia da ideologia neo-liberal, dado que em países como os Estados Unidos, o governo sempre interviu fortemente no setor agrícola ao longo da História, e que juntamente com os países europeus e o Japão, desenvolveu a sua indústria com recurso a políticas protecionistas, (Magdoff, 2010 :71-72). Com o fim do apoio do Estado, os pequenos agricultores foram forçados a emigrar para as cidades, cujos subúrbios cresceram e se degradaram, forçando os seus habitantes a viver no limiar da sobrevivência, (Magdoff, 2010 :70).

A chegada de grandes multinacionais agrícolas a países periféricos significou a concentração da propriedade agrícola nas mãos de alguns e a consequente exclusão das populações locais do acesso à terra, (Magdoff, 2010 :74). Empresas como a Cargill ou a Monsanto estão presentes na maioria dos países em desenvolvimento, monopolizando o acesso a sementes e fertilizantes, e encorajando o cultivo de extensões cada vez maiores de terreno com o recurso a organismos geneticamente modificados, (Magdoff, idem). Em adição, as grandes cadeias de supermercados entram também nas economias destes países com efeitos negativos para os pequenos produtores, pois preferem comprar a um número reduzido de grandes produtores, (Magdoff, idem).

O acesso a alimentos não deve constituir um luxo, e importa por isso que os governos o incorporem como direito humano fundamental e que países desenvolvidos como os EUA não permitam que se passe fome no meio da abundância, e procurem garantir a segurança alimentar, (Magdoff, 2010 :77-79). O desenvolvimento equilibrado de hortas urbanas pode apresentar um contributo importante para a solução do problema, assim como uma solução criativa para o desenvolvimento do espaço urbano, (Magdoff, 2010 :78). Mas sobretudo, deve incentivar-se a produção sustentável de alimentos essenciais, por parte de pequenos agricultores em regime cooperativo ou por conta própria, realizar reformas agrárias que distribuam a terra de forma justa, e garantir sistemas de apoio social eficazes, (Magdoff, 2010 :79-80).

O agravamento dos problemas ambientais também motiva a emergência da Economia Solidária, dado que exige que seja repensada a relação entre sociedade, economia e meio ambiente, (Schmitt, 2010 :55). Um dos principais efeitos do aumento do preço das culturas agrícolas é a desflorestação, com efeitos notórios na floresta amazónica (Magdoff, 2010 :76), e a população mais vulnerável aos efeitos das alterações climática é a população em situação de pobreza ou

marginalizada do ponto de vista social, (Schmitt, 2010 :55). É urgente que se pense a economia integrada na biosfera (Schmitt, 2010 :56), uma análise que é central à Economia Solidária, especialmente na Versão da Macaronésia, que integra desde início a dimensão de solidariedade ambiental, (Amaro, 2009 :24).

Claudia Schmitt aponta a este respeito as potencialidades do diálogo entre a Economia Solidária e a Agroecologia, duas áreas que se preocupam com a construção de modos de vida sustentáveis, e cuja afirmação tem ocorrido de forma paralela, (em 2002 tiveram lugar no Brasil, o I Encontro Nacional de Agroecologia no Rio de Janeiro e o I Plenário Nacional de Economia Solidária em São Paulo), (Schmitt, 2010 :56). E as atividades ligadas à agricultura têm sido uma das principais expressões da Economia Solidária no Brasil, (Schmitt, 2010 :59). Dos 21.763 empreendimentos de Economia Solidária registados em 2007 pelo SIES - Sistema de Informações em Economia Solidária, 48% atuavam no meio rural, (Schmitt, idem).

A melhor gestão dos recursos do planeta implica uma inversão do consumismo e materialismo crescentes. Importa por isso repensar o ato de consumo, e outro sinal da emergência da Economia Solidária tem sido a realização de mercados solidários, (que já tiveram lugar em Lisboa, na Granja do Ulmeiro e em São Braz de Alportel), (Montez, 2010 :118). Esta prática alternativa de troca, é ilustrativa de como a Economia Solidária pretende revitalizar a relação entre os cidadãos e a sociedade, estimulando a criação do que Jean-Louis Laville designa "espaços públicos de proximidade" (Laville, 2009 in Montez, 2010 :117), que promovam a democracia real pela participação ativa dos indivíduos no meio social, económico, cultural e ambiental de que fazem parte. A "pessoa consumidora" transformar-se-á desta forma numa "pessoa participante", (Montez, 2010 :117).

Os mercados solidários começaram como clubes de troca com recurso a moedas sociais, e constituem um espaço onde é possível trocar produtos e serviços através de uma moeda cujo valor é definido por aqueles que integram esse mercado, (Montez, 2010 :118). Os seus três princípios fundamentais são a utilização de uma moeda social, ou seja, uma moeda independente do valor do petróleo ou dos mercados internacionais, e que é oferecida a todos os participantes aquando da sua inscrição; a não especulação; e a exigência de que os participantes sejam prossumidores. Ser prossumidor significa que todas as pessoas que queiram consumir num mercado solidário têm obrigatoriamente de produzir algo também, sejam bens ou serviços, (Montez, 2010 :119-123).

O potencial dos mercados solidários é grande, abrange desde a luta contra a pobreza e exclusão social à educação para o consumo sustentável, passando pela animação sociocultural e o desenvolvimento local, (Montez, 2010 :127). Trata-se do tipo de experiência que contribui para a sobrevivência em tempos de crise, dado que permite um acesso a serviços menos limitado pelas condições económicas dos indivíduos (Montez, 2010 :124), além de estimular a criatividade, "(...) a crise atual reforça os mercados solidários porque são forçosamente necessárias alternativas criativas para a sobrevivência das populações mais pobres e mais afetadas", (Montez, 2010 :128). A forte componente educativa dos mercados é indispensável para alterar a mentalidade

de consumo excessivo que domina o estilo de vida contemporâneo e é destacada por Mario Montez como um dos pontos mais positivos das experiências realizadas em Lisboa, (Montez, 2010 :128-129).

1.3.2. Utopia em Ação

Uma das principais distinções entre a Economia Solidária e a Economia Social na atualidade, é o facto de a Economia Solidária pretender iniciar um novo paradigma. Enquanto a Economia Social é hoje entendida como um terceiro setor complementar ao Estado e ao Mercado, a Economia Solidária tem em vista a transformação de todo o sistema económico e social, (Nardi, 2015 :3). E possui a vantagem de ser pluralista e conjugar o setor privado, público e da Economia Social, (Nardi, idem) e de se desenvolver a partir de experiências concretas, nomeadamente a partir de práticas económicas que antecedem a economia capitalista, (Nardi, idem).

Ao invés de alimentar o sonho de um mundo novo que talvez se materialize em algo de concreto, ou talvez não, a Economia Solidária identifica a existência de uma utopia que já se encontra em ação, (Nardi, 2015 :3). Esta utopia é na verdade constituída por uma grande variedade de projetos, cuja união é um pilar da emancipação da Economia Solidária. O facto de as várias expressões de Economia Solidária se unirem em redes distingue-a dos outros projetos altermundialistas, (Nardi, 2015 :2). A própria crise pode ter contribuído para a perceção de que os cidadãos da Europa e do mundo estão num mesmo barco, e por isso potenciado o trabalho em rede, (Nardi, 2015 :5). A constituição da RIPESS-Europa, da Rede portuguesa e da realização de Fóruns de Economia Solidária (também já realizado em Portugal), são exemplos disto.

Os efeitos da crise nos EUA abriram igualmente caminho para a discussão de uma Economia Solidária norte-americana, de que Ethan Miller é um dos autores de referência. Nos últimos anos perderam-se dezenas de milhares de empregos nos Estados Unidos devido ao encerramento de fábricas e ao fim de pequenos negócios. A Natureza tem sido seriamente sacrificada devido à construção de condomínios e centros comerciais, e à desflorestação. Os lucros das farmacêuticas atingem níveis recorde ao mesmo tempo que a maioria dos americanos tem dificuldade em pagar cuidados de saúde básicos. E do ponto de vista cultural, muitas tradições e culturas locais são ameaçadas pelo culto da televisão e do *fast-food*. Em suma, o fosso entre ricos e pobres aumenta, com implicações em todas as áreas da vida humana, (Miller, 2005 :2).

Para Miller, o debate acerca das alternativas ao Neo-Liberalismo nos Estados Unidos precisa de ultrapassar a dicotomia capitalismo/comunismo e a crença na criação de novos modelos teóricos que supostamente servem para solucionar todos os problemas, tal como defende a teoria da vanguarda. Esta foi a lógica tanto do Comunismo estatal de Lenine como do mercado livre de Milton Friedman. Permanecermos dependentes do aparecimento de uma nova receita de transformação social é violento para as nossas sociedades. Conforme indica Miller, estas

receitas negam a complexidade e diversidade reais a favor de uma noção homogénea do mundo, (Miller, 2005 :2). Para nos livrarmos dos quadros de referência limitativos que nos são impostos desde cedo, devemos começar por alterar a narrativa que contamos acerca do que é a Economia, e valorizarmos a sua verdadeira riqueza, (Miller, idem).

Se o medo de ressuscitar fantasmas da ameaça comunista continua a marcar o debate sobre Economia nos EUA, como descreve Ethan Miller, a verdade é que o modelo de pensamento dicotómico que opunha Capitalismo a Comunismo chegou ao fim com o final da União Soviética, e foi substituído por um modelo de "pensamento único", (Ferreira et al, 2014 :57). Como o capitalismo emergiu vitorioso da Guerra Fria, impôs-se-nos como a única alternativa para o desenvolvimento humano. O conflito em que a Economia Solidária se vê envolvida é assim um conflito total, possui um carácter sistémico, pois decorre de forças que se impõem ao indivíduo e ao coletivo, perpetuadas pelo conformismo destes, (Ferreira, idem).

Aqueles que se unem em torno da alternativa sugerida pela Economia Solidária desejam um mundo que deixe de estar prisioneiro do "pensamento único" que afirma categoricamente, "There is no alternative". Não obstante, a mudança social não parte de uma página em branco. A este respeito, Paul Singer refere que Economia Solidária não pretende apagar os progressos alcançados pela Humanidade ao longo dos últimos anos, pretende sim que os avanços científicos e tecnológicos ocorram sem contrariar princípios como os de sustentabilidade ambiental, inclusão social e autogestão, (Singer, 2004 :7).

De acordo com Paul Singer, no plano económico a Economia Solidária tem de coexistir com o Capitalismo e continuará a combinar elementos deste na sua ação, porque os modos de produção de ambos os modelos não se limitam a competir um com o outro, também se complementam, (Singer, 2004 :21). No entanto, do ponto de vista político e ideológico, a Economia Solidária encontra-se em total oposição ao Capitalismo, e a sua emergência e afirmação crescentes irão aumentar o antagonismo. Encontrar um equilíbrio entre estas duas linhas de ação, em que por um lado se constrói uma perspetiva mista no plano económico e por outro se aumentam os antagonismos ideológicos no plano político, constituirá a nosso ver, um desafio crucial para a Economia Solidária no futuro.

A Economia Solidária possui ainda uma especificidade do ponto de vista político que a demarca da "velha esquerda". Não pretende pôr fim ao capitalismo por meio da ação de um Estado nas mãos do proletariado, mas sim a partir da ação da sociedade civil, mobilizada para a construção de uma nova economia e protagonista de revoluções culturais, (Singer, 2004 :21).

A mobilização em rede dos projetos de Economia Solidária permitirá criar o que José Luís Coraggio designa "entramado mesosocioeconomico", transversal aos meios rurais e urbanos, que ultrapasse o nível dos empreendimentos individuais e gere uma atividade económica autogerada que se complementa e cresce organicamente, enquanto cresce a autosuficiência e a reflexividade de todo o conjunto, e os seus participantes são modificados pelas relações que estabelecem entre si, (Coraggio, 2010 :20).

O sentido que a Economia Solidária repõe à atividade económica é o da reprodução das condições materiais de existência, de uma forma que traga melhorias crescentes à vida de todos. É esta a utopia realista que, para Coraggio, deve motivar a Economia Solidária, e que faz dela não um projeto contra-hegemónico, mas sim o projeto de um mundo livre de hegemonias, (Coraggio, 2010 :20).

1.4. Da América Latina à Europa: Versão Ibero-Americana e Versão Francófona de Economia Solidária

1.4.1. Versão Ibero-Americana

A América Latina é um continente revolucionário, que cria as suas próprias definições e combina uma variedade de influências políticas, (Coraggio, 2010 :23). Para compreender a expressão das alternativas à economia capitalista neste continente é necessário compreender as especificidades do contexto histórico, social e político que lhes deu origem. E a criação de uma pluralidade de formas de economia alternativa, acima da adoção de modelos rígidos, é uma das mais importantes, (Coraggio, 2010 :22).

Ao contrário do que ocorreu no continente europeu, na América Latina o Estado-Providência nunca se estabeleceu e a industrialização não se chegou a concretizar, devido à influência de ditaduras ou democracias neoliberais e a uma imposição de dívida, que Coraggio considera ilegítima, (Coraggio, 2010 :22-23). Em adição, a pobreza constitui na América Latina um problema estrutural tanto no meio urbano como no meio rural, e o empobrecimento massivo fez crescer as formas não-capitalistas de produção, com carácter campesino ou pertencentes ao setor informal urbano, (Coraggio, 2010 :23). Entre 35 a 60% da população de todo o continente encontra-se em situação de pobreza ou exclusão, o que representa cerca de 180 milhões de pessoas, (Coraggio, 2011 :39). E é importante não esquecer que as práticas de Economia Social e Solidária da América Latina, refletem ainda o legado da Teologia da Libertação, (Coraggio, 2010 :23).

Dado este quadro, o principal desafio do desenvolvimento de formas de economia alternativa na América Latina é, para José Luís Coraggio, impedir que estas se limitem a setores excluídos, e encorajar a participação das comunidades locais heterogéneas na procura de outro tipo de desenvolvimento, (Coraggio, 2010 :23). Desenvolvimento deve significar o "bien vivir", e não "bem-estar", este último representa uma noção individualista, definida como a parte da riqueza mercantilista que é possuída pelo indivíduo, (Coraggio, 2010 :14). O "bien vivir" por seu lado, aponta-nos no sentido de uma "economia do suficiente", que seja inclusiva e não exclusiva, promovendo assim a solidariedade, (Coraggio, idem). Esta "outra economia" tem necessariamente de se separar do mercado, para dar lugar a um outro tipo de relações entre

homens e mulheres, entre estes e a natureza, e conduzir a outros modos de produção e a novos modos de vida, (Coraggio, 2010 :14-15).

Para Coraggio, a Economia Solidária deve ultrapassar o lugar de "nicho" e a variedade de expressões não tem de ser um obstáculo à sua legitimação, pois à medida que os diferentes movimentos de alternativa à economia capitalista forem convergindo através dos seus pontos comuns, e à medida que aumentar a sua aprendizagem, o sujeito da Economia Solidária tornar-se-á mais claro, (Coraggio, 2010 :16). Quanto à conjugação de elementos do Mercado e do Estado, Coraggio considera que, sendo a "economia híbrida" o ponto de partida, é essencial que o princípio do mercado nunca se sobreponha aos restantes princípios económicos, (Coraggio, 2010 :18).

A Economia Solidária desfruta de uma legitimação significativa na América Latina. Têm surgido alterações inovadoras do ponto de vista institucional que legitimam práticas com antecedentes nas comunidades indígenas, e portanto, com fortes raízes culturais que são finalmente reconhecidas, (Coraggio, 2011 :38). É comum a uma série de países a redefinição do que se entende por "economia", combinada com um fator inovador, a conquista pelas formas de Economia Social e Solidária de um lugar de continuidade no imaginário e na ação pública, (Coraggio, 2011 :67).

Apesar de intenções comuns, a institucionalização da Economia Solidária tem assumido formas diferentes dependendo do país. No Brasil e na Argentina, o foco das políticas não foi a mudança efetiva de um sistema que origina exclusão social, mas sim a reinserção da população excluída nesse mesmo sistema, (Coraggio, 2011 :68). Pelo contrário, na Venezuela, Bolívia e Equador, os líderes políticos mostraram uma vontade de mudança, (Coraggio, 2011 :68-69). As políticas aplicadas na Bolívia e Equador tiveram um alcance maior, tendo sido invertido um processo de modernização incompleta com carácter histórico e tendo-se criado oposição à uniformização das formas de produção, (Coraggio, idem). A diversidade das formas de organização económica foi reconhecida pelas Constituições de ambos os países, no âmbito de uma lógica de Economia Plural, (Coraggio, 2011 :69). No caso da Venezuela, a mudança exprimiu-se no projeto estatal de aumento da produtividade e distribuição justa da riqueza, (Coraggio, idem).

Coraggio identifica uma diferença na profundidade com que são assumidos os princípios da Economia Solidária. A institucionalização ocorrida na Venezuela acabou por se aproximar do Brasil e Argentina, e focar-se sobretudo nos indicadores de crescimento económico e numa distribuição igualitária da riqueza, enquanto que o Equador e Bolívia assumiram a necessidade de um novo sistema civilizacional, (Coraggio, 2011 :70). De notar contudo que, quanto ao número de pessoas envolvidas em atividades de Economia Solidária, a Argentina ocupa o primeiro lugar, com 5 milhões de pessoas, (França Filho, Laville, 2004 :151).

As experiências de alternativa à Economia Capitalista na América Latina baseiam-se numa longa tradição de Economia Popular, que "(...) encontra no tecido social local ou comunitário, nas práticas de reciprocidade, os meios necessários para a criação de atividades", (França Filho,

Laville, 2004 :162). Ocorre uma articulação entre necessidades e conhecimentos locais, que pode por sua vez desenvolver-se em parceria com instituições, (França Filho, Laville, 2004 :162-163). O vínculo das atividades de Economia Solidária a esta base local e popular constitui a sua dimensão comunitária, (França Filho, Laville, 2004 :164).

A Economia Popular demonstra um potencial que para alguns autores nem sempre é concretizado. Razeto considera que as atividades de Economia Popular contribuem para reforçar as relações sociais das comunidades, em particular pela promoção da democracia, (Laville, 2009 :18). Já Quijano é menos otimista, observa o crescimento do individualismo nas organizações de Economia Popular, e uma motivação baseada mais na necessidade do que na solidariedade, (Laville, idem). E Laville discorda da afirmação de Coraggio, em como se observa na Economia Popular a demarcação da "economia do trabalho" em relação à "economia do capital", devido à falta de autonomia das organizações, (Laville, idem). Talvez a maior conquista da Economia Popular tenha sido a sua capacidade de conferir legitimidade científica ao saber popular, "Mesmo que estas iniciativas não tenham conseguido sair completamente de uma condição marginal, deixaram de se limitar unicamente a gerir a miséria", (Laville, idem).

As atividades de Economia Popular têm grande dificuldade em desenvolver-se para além do contexto da comunidade, pois mantêm-se subordinadas ao capital. Assim sendo, os resultados obtidos por estas atividades ficam-se pelo que Coraggio designa "reprodução simples", a reprodução imediata das necessidades de subsistência, (França Filho, Laville, 2004 :164). A combinação com a Economia Solidária revela-se frutuosa a este respeito. As atividades de Economia Popular que acrescentam a lógica de solidariedade, aproximam-se mais da "reprodução ampliada", (França Filho, Laville, 2004 :165).

Genauto de França Filho destaca o exemplo brasileiro de Economia Solidária, como ilustrativo das particularidades da América Latina. No Brasil, o conceito de Economia Solidária designa iniciativas de grupos sociais de base popular, que se organizam tendo os princípios de solidariedade e democracia como base para a solução de problemas locais, (França Filho, Laville 2004 :149). Existe grande diversidade ao nível das formas de organização (o tipo de organização abrange desde cooperativas e associações, até ONGs e fundações), e igualmente a nível estrutural e institucional. Este fator de diversidade é, desde já, um ponto semelhante à realidade francesa, (França Filho, Laville, idem).

O recurso no Brasil, a formas de Economia Popular com carácter informal, explica-se em grande parte pela exclusão de metade da população ativa da economia formal, devido aos efeitos negativos dos regimes autoritários nas décadas de 1950 e 1960, da crise da dívida e da desregulamentação social, (Laville, 2009 :15). Para Laville, foram as redes comunitárias que permitiram a sobrevivência da população excluída (Laville, idem), e não deve subestimar-se a importância da economia informal no resto do continente. Estima-se que permita a sobrevivência de 35% de toda a população ativa da América Latina, (Laville, idem). No Chile metade da população ativa está empregada através da Economia Popular e 70% afirma não querer mudar, e na Colômbia, 1% da população trabalha nas cooperativas de recolha de resíduos, (Laville,

2009 :16). Retomando o exemplo brasileiro, Jean-Louis Laville destaca o Movimento dos Sem Terra como "emblemático", (Laville, 2009 :16). Trata-se de um movimento de reapropriação de terras abandonadas para uso agrícola, e em 2000 o número de famílias envolvidas atingiu os 250 mil. No entanto, as opiniões acerca deste movimento não são consensuais, e existe desconfiança em relação à sua ideologia e à sua capacidade de produzir a emancipação dos atores envolvidos, (Laville 2009 :17).

A estruturação das atividades de Economia Solidária no Brasil foi impulsionada pela criação da Secretaria de Estado de Economia Solidária, SENAES, e pelo crescimento dos Fóruns e Redes de Economia Solidária. As iniciativas em si recebem o apoio de bancos populares e de clubes de troca, (França Filho, Laville, 2004 :150-151).

A Economia Solidária no Brasil reflete a antiguidade das práticas em que se baseia, introduzindo ao mesmo tempo um caráter inovador, (França Filho, Laville, 2004 :158). Além das diversas formas assumidas pelas atividades, são combinadas as dimensões de luta política e atividade económica, (França Filho, Laville, 2004 :159). Acrescenta-se a isto a particularidade de um contexto profundamente afetado por vários tipos de situações de pobreza e exclusão social, efeitos negativos das políticas neo-liberais e da globalização. À pobreza endémica acrescenta-se a nova pobreza, (França Filho, Laville, idem). Contudo, as atividades de Economia Solidária no Brasil não se limitam à luta contra a pobreza, e questionam o entendimento de crescimento económico como desenvolvimento e o domínio do mercado, de uma forma nunca antes vista na História do país, (França Filho, Laville, 2004 :168).

1.4.2. Versão Francófona

Jean-Louis Laville indica-nos que o contexto europeu de desenvolvimento da Economia Solidária, do qual a França é o exemplo mais influente, foi marcado historicamente pela relevância que as associações e cooperativas voltaram a adquirir nos últimos vinte e cinco anos do século XX, (Laville, 2009 :7). As suas atividades económicas cresceram, e formou-se o que Laville designa "sociedade civil mundial", uma "(...) esfera de relações e de atividades transnacionais criadas por autores coletivos - movimentos sociais, redes e organizações da sociedade civil - que são independentes dos governos e das empresas privadas e que funcionam fora do alcance dos Estados e dos mercados", (Laville, idem).

Ao longo das últimas décadas cresceu na Europa o descontentamento relativamente ao funcionamento da democracia. As falhas da democracia começaram, para Laville, no período dos "Trinta Gloriosos", de 1945 a 1975, (Laville, 2009 :8). Durante este período a democracia representativa e a negociação coletiva falharam na resolução dos conflitos de classes, devido à concertação se ter limitado exclusivamente à esfera social. O taylorismo foi "humanizado" e a sua aceitação encorajada pelos sindicatos e, fazendo referência a Ralf Dahrendorf, Laville considera que o conflito de classes foi instrumentalizado, formando-se nas empresas uma

democracia elitista, (Laville, idem). Renovar a democracia tornou-se entretanto uma preocupação central da Versão Francófona de Economia Solidária, (Laville, 2009 :40-41).

A Economia Solidária manifesta-se em França sob quatro formas principais, (que também foram adotadas por outros países europeus): comércio justo, economia sem dinheiro, finança solidária e empresas sociais, (França Filho, Laville, 2004 :119).

O Comércio Justo, que entretanto se encontra já generalizado (e que já analisámos anteriormente), pretende que as relações comerciais entre países do Norte e países do Sul se tornem mais justas, diminuindo o número de intermediários entre os produtores e os consumidores, e tem como objetivo central a criação de uma rede de consumidores capaz de sensibilizar a opinião pública para a injustiça que domina as regras do comércio internacional, (França Filho, Laville, 2004 :119).

A finança solidária tem como objetivo principal a afirmação de uma aplicação ética do dinheiro dos indivíduos, respeitando a utilidade social dos investimentos, (França Filho, Laville, 2004 :121). Um dos principais exemplos franceses são os CIGALEs, "clubes de investidores para uma gestão alternativa e local da poupança", (França Filho, Laville, 2004 :122). Tratam-se de associações que colaboram em rede, e que mobilizam uma "poupança de proximidade" dos associados, cujo investimento motiva projetos de pequena dimensão a nível local, potenciando a criação de laços sociais, (França Filho, Laville, idem). Em adição, existem ainda em França fundos de aplicação éticos ou solidários e instituições de crédito solidário, (França Filho, Laville, idem). Não obstante o potencial da finança solidária para o desenvolvimento local, o risco de esta se desvirtuar por via da apropriação por parte da economia capitalista é elevado. Isto porque a estrutura de gestão valorizada é "altamente tecnoburocrática", (França Filho, Laville, 2004 :123-124).

A economia sem dinheiro designa sistemas alternativos de troca a nível local, existindo três tipos principais, a autoprodução coletiva, os sistemas de troca locais ("SELS") e as redes de trocas recíprocas de saberes ("LETS"), correspondendo os dois últimos ao que é geralmente designado por clubes de troca, (França Filho, Laville, 2004 :124-125). A característica fundamental desta manifestação de Economia Solidária é o carácter não-monetário, e por isso ela é atravessada pelos conflitos criados pela dicotomia Estado/associações, marcante da realidade francesa, (França Filho, Laville, 2004 :126-127). Os SELs e LETS têm a sua origem, não em França mas em Vancouver, no ano de 1976 (note-se por isto a importância de nos referirmos a esta versão de Economia Solidária como "Versão Francófona" e não "Versão Francesa". Apesar de partirmos do exemplo francês, este influenciou outros países europeus, em particular o restante mundo francófono), tendo o primeiro SEL francês sido criado em 1994, em Lyon, (França Filho, Laville, 2004 :125). Quanto às redes de trocas de saberes, começaram a estabelecer-se em França na década de 1970, e rejeitam a adoção de moeda a favor da troca de um saber por outro. Atualmente, estas redes envolvem mais de 40 mil pessoas, (França Filho, Laville, idem).

Apesar de gozarem de uma legislação própria e de a maior parte utilizar a forma jurídica de associação, a classificação de empresa social engloba um grande número de casos, (França Filho, Laville, 2004 :133-134). São facilmente vítimas de "isomorfismo institucional", pois ou dependem fortemente do financiamento público, ou o crescimento tende a fazê-las adotar uma lógica empresarial, (França Filho, Laville, 2004 :135). O caso francês é ainda marcado pelas empresas sociais de inserção. Ainda que estas não sejam exclusivas deste país, alcançaram na França um grau de institucionalização significativo, (França Filho, Laville, 2004 :136). Pretendem a "inserção pelo económico" ou "pelo trabalho", e dividem-se em empresas de inserção, associações intermédias e "régiers de quartier", (França Filho, Laville, idem).

A inserção pelo económico põe em causa o alcance das políticas públicas e do "tratamento social do desemprego", (França Filho, Laville, 2004 :142). Constitui para Bernard Ême a expressão da crise de identidade do trabalho social e da crise do Estado-Providência, crises anteriores à crise económica e exemplos de uma crise sociocultural mais alargada, (França Filho, Laville, 2004 :142-143). Esta conclusão foi motivada pela dificuldade em criar transições para empregos duradouros, pelo aparecimento de um segundo mercado de trabalho precário e pelo aumento da estigmatização dos indivíduos em situações de precariedade laboral, (França Filho, Laville, 2004 :146-147). Contudo, criou-se uma "armadilha da inserção" (França Filho, Laville, 2004 :136). Grande parte das organizações que trabalham de acordo com a lógica da inserção tornaram-se "correias de transmissão" do Estado para o contexto local, (França Filho, Laville, 2004 :147).

1.4.3. Entre a Europa e a América Latina

A comparação feita por Genauto de França Filho e Jean-Louis Laville, entre a realidade francesa e a realidade brasileira, é reveladora da necessidade de encontrar equilíbrio na constituição do projeto da Economia Solidária.

No que toca a semelhanças, é de notar que tanto a França como o Brasil têm em comum uma grande diversidade de expressões de Economia Solidária, e principalmente que em ambos os países se afirmou a necessidade de modificar a relação entre a economia e a sociedade, (França Filho, Laville, 2004 :173). Quanto a diferenças, verifica-se uma oposição entre exclusão e pobreza. A crise do Estado-Providência significou a generalização de situações de exclusão social em França, como expressão de uma dupla crise, do emprego e da socialização, (França Filho, Laville, 2004 :174-175). Assim, foi desafiado o "ideal da sociedade salarial", (França Filho, Laville, 2004 :175). No caso do Brasil, as experiências de Economia Solidária expressam maioritariamente o combate à pobreza, e têm como motor a tentativa de garantir um nível de vida digno, (França Filho, Laville, idem). Ao nível dos laços sociais, estes apresentam maior força no Brasil, onde os autores identificam a ocorrência de "proximidade na distância", uma facilidade por parte de desconhecidos em estabelecerem relações sociais entre si, (França Filho, Laville, 2004 :176).

Versão Francófona e Versão Ibero-Americana são o resultado de dois legados bastante diferentes. No caso da França e do resto da Europa, o seu antepassado é a Economia Social, com origem no movimento associacionista operário da primeira metade do século XIX, mobilizado em torno de assegurar o direito ao trabalho e contrariar a "pauperização em massa" numa altura em que a empresa capitalista se começava a afirmar, (França Filho, Laville, 2004 :177). As alternativas de Economia Social derivam de setores populares e conjugam as dimensões social e económica com a luta política, (França Filho, Laville, idem). A Economia Social viria a institucionalizar-se no século XX, e transformou-se num "apêndice do Estado" (França Filho, Laville, 2004 :178). Atualmente, a Economia Solidária procura demarcar-se da Economia Social através da afirmação de uma dimensão política preocupada com a democratização da economia. A atividade económica deve ter em vista objetivos sociais e a afirmação da cidadania, (França Filho, Laville, 2004 :178). Na generalidade dos países da América Latina, as atividades de Economia Solidária constituem o prolongamento de valores de solidariedade presentes no quotidiano dos indivíduos, exprimindo assim o legado da Economia Popular e a articulação das necessidades com os saberes locais, (França Filho, Laville, 2004 :179).

Os desafios que se colocam são inversos para estas duas versões de Economia Solidária. No caso da América Latina, o legado da Economia Popular implica infelizmente um alcance limitado das atividades, e é necessário reforçar a sua organização em rede e aumentar o seu nível de institucionalização, (França Filho, Laville, 2004 :179-181). A espontaneidade excessiva das atividades em conjunto com a falta de apoios estatais reduz seriamente a sua continuidade a longo prazo, (França Filho, Laville, 2004 :181). Pelo contrário, na França o elevado nível de institucionalização sujeitou as atividades a uma forte pressão para a instrumentalização e reduziu a autonomia, diminuindo o carácter espontâneo que se revela importante para a identidade dos projetos, (França Filho, Laville, 2004 :181-182). Ao serem instrumentalizadas, as organizações perdem "o sentido como ação pública cidadã", (França Filho, Laville, 2004 :182). Fica então o alerta, a "hibridação" dos princípios económicos potencia a criação de parcerias, mas exige que os envolvidos tenham atenção redobrada quanto à manutenção da sua autonomia, (França Filho, Laville, 2004 :183).

Os pontos anteriores sugerem uma interrogação, será que aquilo que uma versão tem a mais a outra tem a menos? Fica implícita a necessidade de encontrar equilíbrio na definição do projeto de Economia Solidária e de construir uma definição cada vez mais completa. Estes objetivos motivam a Versão da Macaronésia, que analisaremos no capítulo seguinte.

A análise dos contextos em que se desenvolveram a Versão Francófona e a Versão Ibero-Americana de Economia Solidária, feita por Genauto de França Filho e Jean-Louis Laville, deixamos dois ensinamentos essenciais. Primeiro, que a pluralidade deve ser valorizada, e segundo, que devemos refletir sobre o tipo de crescimento que pretendemos encorajar, e procurar adicionar "(...) um componente ético à ideia de agir produtivamente", (França Filho, Laville, 2004 :184). A Economia Solidária pode, na ótica dos autores, criar "espaços públicos de proximidade"

ao conjugar diferentes dimensões. Se for criado trabalho ao mesmo tempo que são discutidos problemas públicos, tal constitui uma diversidade de novos espaços públicos nos quais se projeta a dimensão comunitária e se origina um novo tipo de ação pública.

Os espaços públicos de proximidade demonstram a redefinição das políticas políticas pela democratização, (Laville, 2009 :40). Trata-se de tornar as atividades económicas em meios que permitam atingir o fim da solidariedade democrática, onde se produz, não com o objetivo do lucro, mas com vista ao bem comum, (Laville, 2009 :41). Neste ponto, a Economia Solidária supera claramente a Economia Social, cujas organizações foram perdendo o espírito democrático, pois reintroduz a utilidade social e o interesse coletivo no debate público e reforça as relações entre a atividade e os atores, (Laville, 2009 :42). Contraria-se o isomorfismo institucional que veio a caracterizar a Economia Social, através de uma dimensão política que adquire um peso equivalente à dimensão económica, (Laville, 2009 :42-43).

1.5. Economia Solidária da Macaronésia

1.5.1. Ilhas Afortunadas

O termo Macaronésia designa a região biogeográfica dos arquipélagos dos Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde. O tipo de floresta comum a estas ilhas é tropical e subtropical, tendo a designação botânica de Laurissilva. Foi o botânico Philip Barker Webb que criou no século XIX o nome Macaronésia para designar o conjunto destes arquipélagos. O nome deriva do grego e a sua origem etimológica significa "Ilhas Afortunadas", (RES 3, João Paulo Constâncio).

A Versão de Economia Solidária da Macaronésia tem dois berços geográficos, Açores e Cabo Verde. Isto porque, se é verdade que se começou a desenvolver conceptualmente na década de 1980 nos Açores, a sua expressão popular em Cabo Verde, baseada em tradições históricas de solidariedade como o "Nô Djunta Mon", é muito anterior, (Amaro, 2015). O desenvolvimento da Economia Solidária nos Açores foi resultado de um contexto histórico posterior à revolução de 25 de Abril de 1974, em que começou a constatar-se a "(...) verdadeira natureza e amplitude dos problemas da pobreza e da exclusão social em Portugal", (Amaro, 2009 :19). Para isto contribuiu a abertura política e cívica, a crise económica decorrente das crises petrolíferas de '73 e '79-'80, a realização do Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza, a produção dos primeiros trabalhos de investigação científica sobre a pobreza no país, e a mobilização da sociedade civil açoriana após a entrada de Portugal na União Europeia, (Amaro, idem).

Tratou-se da mobilização de dois grupos principais (um grupo ligado a correntes mais abertas da Igreja Católica e o outro constituído por pais de crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais e pelos técnicos que acompanham estas), em torno de três graves problemas sociais. Primeiro, as situações de extrema pobreza e exclusão das famílias de pescadores, sobretudo na freguesia de Rabo de Peixe e no conselho de Lagoa em São Miguel.

Segundo, a ausência de apoio apropriado para indivíduos com deficiência. E terceiro, as dificuldades de integração de cidadãos repatriados, emigrantes ou filhos de emigrantes expulsos dos EUA e Canadá por crimes graves, sem que o país de origem fosse informado, (Amaro, 2009 :20). Aos dois grupos da sociedade civil juntaram-se especialistas de diversas áreas científicas de Portugal Continental, com vista a dinamizar a procura de soluções.

Em adição à constatação dos problemas e necessidade de respostas, foram aproveitadas as oportunidades oferecidas por dois programas de formação financiados pela União Europeia, especialmente de modo a ir além do assistencialismo e tentar a efetiva capacitação dos indivíduos, (Amaro, 2009 :20). O programa NOW-NEW - New Opportunities for Women foi utilizado para formar mulheres residentes em Rabo de Peixe e o programa HORIZON - Novos Horizontes para Populações Excluídas, para formar população jovem pré-delinquente ou ex-reclusa, jovens com NEE e repatriados.

A realização dos programas foi apoiada pelo Centro Social Paroquial de S. Pedro e pela Associação Aurora Social de Ponta Delgada, e a avaliação dos resultados foi feita por um avaliador nacional, Rogério Roque Amaro, e um avaliador estrangeiro. Estes observaram que o processo teve os seus efeitos mais visíveis na população feminina, traduzindo-se num aumento radical da sua capacitação a vários níveis, (psicológico, pessoal, social e profissional), (Amaro, 2015).

Após dois anos de formação, surgiu no entanto o maior desafio ao sucesso dos programas. As expectativas alimentadas na bolha da formação foram defraudadas pela dificuldade de inclusão na sociedade. A única via para contornar as barreiras da sociedade seria a inovação social através da criação de atividades económicas de produção que empregassem os recém-formados, (Amaro, 2015).

De modo a distanciar o projeto de conotações ideológicas, os envolvidos chegaram à designação de "Economia Solidária", curiosamente sem que tivessem conhecimento da expressão do conceito na América Latina e França. Em 1994 nasceu a cooperativa Kayrós, e no mesmo ano a Associação Aurora Social incorporou também a lógica de Economia Solidária, (Amaro, 2015).

A cooperativa Kayrós desenvolveu atividades como pastelaria; confeção de refeições, licores e *catering*; confeção de roupa; criação artística; secretariado e tratamento informático de texto e imagens; creche e jardim de infância e ATL, entre outras. A Associação Aurora Social dedicou-se na vertente de Economia Solidária às atividades de encadernação, pastelaria e *catering*, (Amaro, 2015).

O sucesso destas experiências levou a um efeito de imitação verificado noutros centros paroquiais e na Associação Terra-Mar. Seguiu-se a realização do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza na segunda metade dos anos '90, e procurou-se passar o foco da luta contra a pobreza da dimensão social para a dimensão económica. Nesta altura existiam mais de vinte organizações de Economia Solidária nos Açores, (Amaro, 2015).

Após estes sucessos, foi criada uma rede para organizações de Economia Solidária nos Açores, a CRESAÇOR. E a participação das outras regiões da Macaronésia no desenvolvimento de lógicas de Economia Solidária deu-se depois com a realização do programa INTERREG, que abrangiu Açores, Canárias, Madeira e Cabo Verde.

1.5.2. Economia da Vida

A base conceptual da Versão da Macaronésia ficou definida em 2003 e desde então, a sua crescente diversidade de projetos tem vindo a torná-la a formulação mais completa do conceito de Economia Solidária.

A multiplicidade de experiências tem sido inerente ao desenvolvimento geral da Economia Solidária, e o Turismo Solidário tem-se afigurado como um exemplo disto mesmo, (Amaro, 2009 :14). Importa contudo salientar, conforme refere Roque Amaro, que não é a multiplicidade por si que fundamenta o conceito, mas sim as características-chave que são observáveis em tipos de atividade totalmente diferentes. Uma visão descritiva ou empiricista veria o conceito como a expressão de um conjunto de áreas, enquanto que uma visão analítica revela um conjunto de atributos, (Amaro, 2009 :15). O ponto comum essencial é tratarem-se de atividades económicas regidas por práticas de solidariedade, sobrepondo a cooperação à competição e procura de lucro, (Amaro, idem).

A Versão da Macaronésia é um projeto Social, Cultural, Ambiental, Territorial, Político, Ético, de Gestão, de Conhecimento, de Economia Plural, e um projeto Social de Emancipação.

Em comparação com as outras versões, possui dois pontos em comum com cada uma, e sobretudo, torna explícitas uma série de dimensões (cultural, ambiental, territorial, científica, de gestão), que são apenas implícitas nas versões Francófona e Ibero-Americana, (Amaro, 2009 :25). De notar ainda que o seu projeto político além de interno é externo, pretendendo que as organizações assumam através das suas atividades uma corresponsabilização na regulação de problemas de acordo com o princípio do Estado-parceiro e desenvolvendo parcerias com empresas, para lá da lógica de Responsabilidade Social das Empresas, (Amaro, 2009 :24). Esta noção é inexistente nas outras versões.

A principal fundação da Versão da Macaronésia consiste na conceção de uma solidariedade sistémica, e portanto ecocêntrica, ao invés de uma solidariedade social e política, e portanto antropocêntrica, presente nas versões Francófona e Ibero-Americana, (Amaro, 2009 :25). O seu derradeiro objetivo é substanciar-se cada vez mais como "Economia da Vida", "A Economia que reencontra a Vida nas suas várias dimensões, promovendo uma lógica de solidariedade sistémica com a Vida em todas as suas expressões (seres humanos, outros seres vivos e componente abióticos), e tomando em consideração, de forma integrada, as perspetivas económicas, sociais, culturais, ambientais, territoriais, científicas e políticas, em que ela se traduz", (Amaro, 2009 :22).

A transversalidade da Versão da Macaronésia torna-a a versão mais adequada à análise e desenvolvimeto da prática do Turismo Solidário. A produção científica desta versão, quando comparada com as outras, ainda é reduzida, e também é objetivo da presente dissertação, contribuir para o aumento do conhecimento acerca do potencial das práticas de Economia Solidária da Macaronésia.

2. Turismo Solidário

Apresentamos nesta segunda parte uma discussão acerca do Turismo, começando por uma contextualização do ponto de vista da História, Sociologia e Antropologia. De seguida, refletimos sobre o seu impacto contemporâneo e a sua relação com o espaço urbano e concluímos com uma análise do conceito de Turismo Solidário.

2.1. Turismo, um Produto da Modernidade

2.1.1. Origens Históricas do Turismo

Uma das características mais consensuais a nível da produção teórica sobre o fenómeno do turismo, é o seu carácter elusivo. Qualquer autor que escreva sobre turismo assume em primeiro lugar a dificuldade em defini-lo. Historicamente existem marcos consensuais, mas amplo espaço para debater exatamente como começou e quem primeiro escreveu sobre o fenómeno. Naturalmente, não é nossa preocupação central lançar novas luzes sobre a História do Turismo, antes contextualizá-lo à luz da compreensão da sua expressão moderna ocidental, a que mais importa à nossa análise.

A existência de viajantes é paralela à existência de coletivos organizados de seres humanos, ainda que o significado e a motivação do ato de viajar tenha sofrido alterações profundas ao longo do tempo. Os povos nómadas dos primórdios da civilização viajavam, no sentido em que se deslocavam no espaço em busca de recursos. Os atos de deslocação e exploração possuem um carácter primordial, já viajar, tal como o entendemos hoje, constitui um fenómeno decididamente moderno.

A origem de formas de viagens com outros propósitos que não a sobrevivência ou a conquista, data da Antiguidade. Na Grécia Antiga, o reconhecimento da importância do tempo livre levou à criação dos Jogos Olímpicos, os quais mobilizavam pessoas tanto para participar como para assistir. E tinham também lugar na Grécia Antiga, viagens de carácter espiritual, as peregrinações ao Oráculo de Delfos, (Bernardo, 2013 :2). No Império Romano, existiam já vilas de férias e eram frequentes as viagens de lazer ao Egito para os cidadãos mais ricos (Friedlanter, 1965), e a extensão do império tornava possível viajar desde a Muralha de Adriano até ao rio Eufrates sem entrar em território inimigo, (Feifer, 1985 in Urry, 1990: 4). Na Idade Média, nos séculos XIII e

XIV, as peregrinações religiosas cristãs e muçulmanas, tornaram-se um tipo de viagem comum, fruto de uma combinação de religião, cultura e prazer, tanto que no caso das peregrinações cristãs, se constituiu algo próximo de uma indústria, com redes de hospedagem e livros de indulgências produzidos em massa, (Urry, 1990: 4). E entre a segunda metade do século XIII e início do século XIV, tiveram lugar as viagens do explorador Marco Polo em busca da Rota da Seda, nomes que se mantêm emblemáticos no imaginário dos viajantes, (Bernardo, 2013 :2).

No século XV as viagens religiosas a Veneza e à Terra Santa acontecem com regularidade, e as viagens marítimas, nomeadamente no caso dos Descobrimientos Portugueses, expandem o mundo conhecido, ao mesmo tempo que continuam a desenvolver-se as viagens no interior da Europa. De notar que o primeiro guia de estradas com fins turísticos foi criado pelo francês Charles Estienne em 1552, (Bernardo, 2013 :2). A partir do século XVII as viagens começam a aproximar-se das formas modernas, considerando-se de forma consensual o “Grand Tour” como a etapa em que a viagem se aproxima da definição dos nossos dias, (Mead, 1914; Urry, 1990 :4).

O “Grand Tour” do século XVII consistia numa viagem realizada pela jovem aristocracia europeia, sobretudo inglesa e francesa, após a conclusão dos estudos, com fins de lazer e aprendizagem. No final do século XVIII a prática estendeu-se à classe média profissional, (Urry, 1990 :4). John Urry considera que ao longo deste período ocorre uma mudança da interpretação do ato de viajar nos tratados de viagens, ao passar de uma experiência neutra do ponto de vista emocional, baseada sobretudo na observação de museus, galerias e artefactos, para uma experiência com maior carácter cénico e por isso apoiada na cultura visual. Um “Grand Tour romântico”, uma experiência pessoal de apreciação da beleza e do sublime, como é caracterizada por Urry, (Urry, idem).

O desenvolvimento das formas modernas de turismo, sobretudo da forma dominante de turismo de massas, coincide com o desenvolvimento da Economia de Mercado e do modelo económico capitalista. A Revolução Industrial criou no século XIX as fundações desta evolução simultânea, ao permitir uma melhoria essencial das vias de comunicação e potenciar a emancipação social das populações que criou “tempo de lazer”, (Joaquim 2015 :11-12).

No século XIX o empresário inglês Thomas Cook torna-se um dos, senão mesmo o, primeiro agente de viagens moderno, ao aproveitar a expansão das vias ferroviárias para criar as primeiras viagens de grupo organizadas assim como o conceito de “voucher” turístico, através da sua empresa “Thomas Cook and Son”, (Bernardo, 2013 :3). Em 1883 é criado em França o icónico Expresso do Oriente, que liga Londres a Constantinopla de comboio, e em 1898 abre portas o hotel Ritz Paris, outras referências incontornáveis no imaginário ocidental das viagens na viragem para o século XX. Após a Primeira Guerra Mundial, o aumento de mobilidade do turismo é retomado, com o desenvolvimento do automóvel, e a indústria turística começa a expandir a sua oferta a casinos e parques de diversões. Este crescimento é interrompido pela

Segunda Guerra Mundial, registando-se a seguir a 1945 um novo período de crescimento do setor, (Fridgen, 1996).

Os “Trinta Gloriosos” viriam a ser o tempo da expansão do turismo e da afirmação do que designamos atualmente como turismo de massas. O exemplo da redefinição do bronzado ao longo deste período, referido por Graça Joaquim, é revelador. Este deixa de estar associado apenas aos trabalhadores dos campos e operários e passa a simbolizar status social e bem-estar, (Joaquim, 2015 :24). Os anos '50 são marcados pelo desenvolvimento de um *marketing* turístico centrado em imagens de destinos paradisíacos e exóticos, que relacionam natureza com autenticidade e identidade, (Joaquim, 2015 :14). De notar que o turismo, por começar a assumir a forma de turismo de massas, não deixou de ser exclusivo de uma minoria, (Joaquim :25). Mesmo hoje, alguns autores continuam a resistir a esta designação, considerando que apenas entre 5 a 10% da população mundial pode ser turista, (Ouriques, 2012 :154). Não obstante, o crescimento registado desde a década de 1950 até hoje é impressionante. Em 1950 contavam-se 25 milhões de turistas internacionais, atingindo-se os 170 milhões nos anos 1970, e culminando nos atuais mil milhões de turistas, (Joaquim, 2015 :25).

A democratização do lazer decorrente dos “Trinta Gloriosos” é, para autores como Dumazedier, um dos principais fatores explicativos do crescimento registado no turismo. Isto fez aliás, com que o Turismo fosse frequentemente analisado pelos autores franceses no âmbito da Sociologia do Lazer, (Joaquim, 2015 :12). Este sociólogo francês foi pioneiro na conceptualização do turismo como expressão privilegiada do lazer, e conseqüentemente da análise do lazer enquanto criação histórica, (Dumazedier, 1974 in Joaquim, 2015 :29). O tempo de lazer consiste numa parcela do tempo livre (Bernardo, 2013 :7), e é produto de uma alteração institucional ocorrida na sociedade pós-industrial, (Joaquim, 2015 :12). Conforme foi observado por Baudrillard, a própria capacidade de produzir e consumir bens em massa, obriga à criação de produtos e serviços com o fim de serem consumidos no tempo livre que os indivíduos passam a ter, (Baudrillard, 1995 in Bernardo, 2013 :6). E se por um lado este tempo livre foi idealizado como forma de aumentar a qualidade de vida, por outro lado gerou outras desigualdades, (Bernardo, 2013 :6). Para Malcolm Crick, a noção de turismo como ponte que facilita a compreensão entre culturas tem mais de mito publicitário do que de realidade, (Crick, 1996 in Apostolopoulos et al, 1996).

Do ponto de vista histórico, o turismo não tem, para Dumazedier, precedentes em termos de dimensão ou valores, e simultaneamente parece concretizar uma fantasia humana de longa data. “Trata-se de um sonho muito antigo: viajar sobre terra, sobre o mar, nos ares, apenas pelo seu próprio prazer. A maioria da humanidade nunca pode materializá-lo”, (Dumazedier, 1988: 12 in Joaquim, 2015 :13).

2.1.2. Considerações Sociológicas e Antropológicas

Os primeiros dados conhecidos sobre o turismo de massas foram produzidos na Suíça em 1848, e uma das primeiras definições conhecidas de turismo data de 1910. É da autoria do austríaco Herman Von Schullard, e inclui apenas a vertente económica e comercial do fenómeno, (Bernardo, 2013 :8). O reconhecimento do turismo enquanto fenómeno socioeconómico viria a iniciar-se em 1942, com Hunziker e Krapff. Contudo, convém recordar a ausência de consensos relativamente às definições de turismo, presente até ao nível da análise linguística. Para Leiper, a origem etimológica de turismo é grega, e significa “ferramenta que faz um círculo” ou “movimento circular”, e terá sido inicialmente utilizada no francês e depois tomada pelos nómadas normandos para se referirem ao ato de caminhar ao longo da muralha do castelo para ver a paisagem, (Bernardo, idem). O seu significado moderno deriva provavelmente da expressão “Grand Tour” do século XVIII-XIX.

A diversidade de definições de turismo ao invés de um obstáculo pode ser a expressão da complexidade e riqueza do fenómeno, e convocar uma abordagem multidisciplinar. Parece existir consenso na necessidade de contextualizar o turismo em relação a outros domínios, (Dann, Cohen, 1996). Tal abordagem serve para contrariar a definição economicista que continua a ser dominante (Bernardo, 2013 :15), e, diríamos nós, constitui um ponto comum à proposta da Economia Solidária de revelar a economia real. Não devemos deixar de considerar o turismo no quadro político, cultural e social, na medida em que o impacto desta atividade sobre a cultura e a sociedade é o que motiva a procura de formas alternativas de turismo.

Dann e Cohen referem que somente no que concerne à contextualização do turismo, as opiniões se dividem entre os que defendem o estudo do turismo a partir da Sociologia das Migrações, da Sociologia do Lazer ou da análise da noção de viagem, (Dann, Cohen, 1996 in Apostolopoulos et al, 1996). Erik Cohen inclui-se nesta terceira posição.

Graça Joaquim data de 1935 as primeiras investigações académicas no âmbito de uma Sociologia do Turismo, (Joaquim, 2015 :10). Von Wiese é considerado um autor fundador da análise do turismo, realizou a sua investigação precisamente na década de 1930, e viria a inspirar a escrita da “Sociologia do Turismo” de Knebel, (Dann e Cohen, 1996). A partir dos anos '50 e '60, emergem dois campos opostos, um mais crítico em relação à figura do turista e outro que, para Cohen e Dann, procurou maior imparcialidade, (Dann e Cohen, 1996). Joaquim aponta Nettekoven como o autor fundador da agenda de investigação sociológica do turismo em 1960. Este autor considerava o turismo uma “soma de fenómenos sociais e económicos resultantes de uma mudança de residência voluntária e temporária, tendo como objetivo a satisfação de necessidades imateriais”, (Przeclawski, 1993 in Joaquim, 2015 :10).

A definição de Nettekoven foi retomada pelo polaco Przeclawski nos anos '70, (ainda que a sua obra apenas tenha sido traduzida para inglês e francês no princípio da década de '90), (Joaquim, 2015 :11). O autor manteve a importância da soma de fenómenos de âmbitos distintos e da mobilidade, acrescentando o papel do contacto pessoal com o local visitado, do ponto de vista

natural, cultural ou social, (Przeclawski, 1993 in Joaquim, 2015 :11). Procurou uma leitura interdisciplinar e humanista do turismo, e focou-se no estudo do turismo internacional como fator de aproximação cultural, (Joaquim, 2015 :11).

Marc Boyer, ainda na década de 1970, conduz à institucionalização da Sociologia do Turismo em França, (Joaquim, 2015 :10). Caracteriza o turismo como ato de mobilidade, compreendido como parte do tempo de lazer e por isso “uma necessidade cultural da civilização industrial” (Boyer 1972 in Joaquim, 2015 :10), e identifica uma transformação entre o século XIX e o século XX. Os dias do turismo como elemento do estilo de vida aristocrático dão lugar ao turismo como elemento da cultura de massas, e tornam-no num “fenómeno de consumo mítico”, (Joaquim, 2015 :11). Para Boyer, não é possível analisar um fenómeno assim com os mesmos conceitos que se analisa uma atividade produtiva no geral, sem considerar a dimensão cultural e simbólica. O autor exemplifica isto através dos recursos naturais, cujo reconhecimento enquanto atrações turísticas depende da intermediação cultural, (Joaquim, idem).

Anteriormente referimos em relação ao trabalho de Przeclawski, a expressão turismo internacional. Ora Lanfant discorda da utilização deste termo, pela atribuição de um ponto de emissão de Norte para Sul, que lhe é implícita. Para Lanfant, o turismo é um facto internacional no sentido durkheimiano, devido ao discurso social, filosófico e político, assim como a própria linguística, terem sido invadidos pelas suas lógicas, (Joaquim, 2015 :12). A globalidade deve ser tida em conta como característica essencial ao turismo, na medida em que este se desenvolve na articulação entre diferentes mundos, moderno e tradicional, industrial e arcaico, rural e urbano, (Lanfant, 1992 in Joaquim, 2015 :12).

A década de 1970 ficaria ainda marcada pela obra de Dean MacCannell, um dos autores mais emblemáticos e controversos na análise sociológica e antropológica do turismo. A perspetiva de MacCannell é considerada Neo-Durkheimiana, e baseou-se em três conceitos principais de Émile Durkheim, anomia social, sacralização e representações coletivas, (Cohen, Dann, 1996). Nesta perspetiva o turista é entendido como um peregrino moderno, que procura noutros tempos e lugares, uma autenticidade que não encontra no seu local de origem, (Cohen, Dann, idem). A isto MacCannell adicionou os conceitos de região de fachada e bastidores de Erving Goffman, para propor que através da sua peregrinação o turista pretende ir além da região de fachada, que corresponde a um conhecimento superficial e artificial da cultura visitada, e atingir a região de bastidores, onde a autenticidade lhe é revelada, (Dann e Cohen, 1996).

MacCannell pretendia na época, responder à perspetiva pessimista de Boorstin, que na década anterior considerava o turismo de massas um “pseudo-evento” que destruiria o que considerava ser a “verdadeira viagem”, (Joaquim, 2015 :15). Para Boorstin os indivíduos aderem conscientemente aos “pseudo-eventos”, enquanto que para MacCannell a procura de autenticidade é genuína, residindo a encenação na indústria turística. Autores como Graça Joaquim consideram este um dos debates fundadores da Sociologia do Turismo, (Joaquim idem).

Note-se que mais recentemente Erik Cohen se baseou na teoria da autenticidade de MacCannell para sugerir o conceito de “hospitalidade comercializada”. Designa a relação dicotômica entre os interesses da indústria turística e os de turistas, marcada pelo papel central do lucro, na qual a hospitalidade se torna numa fachada, (Dann e Cohen, 1996).

Além de Durkheim, outros autores fundadores da Sociologia como Max Weber e Georg Simmel, oferecem pistas para o estudo do turismo. Dann e Cohen consideram que existe potencial no estudo das motivações sociais e da ética de trabalho de Max Weber, por exemplo. E apontam Erving Goffman como o autor mais promissor, não só pela sua teoria de região de fachada e bastidores, mas também pelo seu estudo dos tipos de desempenho dos atores sociais, (Dann e Cohen, 1996).

Os anos '80 ficam marcados pela análise de Dumazedier, referida anteriormente e pelas perspectivas de Krippendorf (1987) e Khader (1988). O primeiro considera que o consumo que é permitido pela indústria turística consiste num “consumo exótico quanto baste”, que reproduz os padrões ocidentais em destinos longínquos, nomeadamente no que diz respeito ao conforto, produzindo um “síndrome de zoo”, (Joaquim, 2015 :13). O segundo destaca o caráter simbólico do turismo e apresenta uma perspectiva mais otimista, semelhante a Przeclawski, do turismo como fator de conhecimento e desenvolvimento de regiões desfavorecidas, (Joaquim, 2015 :14).

Em 1985 Maxine Feifer sugere o conceito de “pós-turista”, retomado por Urry (1990) e Rojek (1995), (Joaquim, 2015 :15). No mesmo ano, Robert Lanquar identifica uma divergência no estudo do fenómeno do turismo, que opõe a Sociologia e Antropologia à Economia. A perspectiva dos sociólogos e antropólogos é apelidada por Lanquar de uma perspectiva “à Rousseau”, para a qual as sociedades modernas são caracterizadas por processos de degradação, e que responsabiliza a vertente mercantil do turismo pelo desaparecimento dos “paraísos perdidos”. Já os economistas veem no turismo a possibilidade de desenvolvimento da sociedade, e um contributo para que as culturas locais sejam conservadas ou revividas, (Joaquim, 2015 :14).

2.2. O Turismo Contemporâneo

2.2.1. A Mitificação do Produto Turístico

Quando falamos de turismo contemporâneo, é essencial não esquecer que hoje, talvez mais do que nunca, existem inúmeras formas de turismo. Conforme nos indica Graça Joaquim, o turismo contemporâneo é fruto de “processos de diferenciação, diversificação e pluralidade”, e engloba uma variedade de esferas da vida social, como trabalho, obrigações familiares e negócios, (Joaquim, 2015: 17-18). Um dos aspetos principais desta diferenciação consiste na relação que os turistas estabelecem com a indústria turística, que Erik Cohen conceptualizou através de

quatro expressões principais. O “andarilho/nómada”, o “turista independente”, o “turista independente de massas” e o “turista coletivo de massas”.

O turista “andarilho/nómada” é aquele que estabelece menor relação com a indústria turística, e corresponde a um modo experiencial. As classificações de “turista independente” e “turista independente de massas” constituem níveis intermédios, e o “turista coletivo de massas” designa aquele que mais se relaciona com a indústria, de acordo com um modo recreacional, (Joaquim, 2015: 17). Esta conceptualização de Cohen conduziu ao desenvolvimento de duas abordagens principais da Sociologia para o estudo dos fenómenos relacionados com o turismo, a abordagem do consumo visual e a abordagem do consumo performativo, (Joaquim, 2015: 18). A abordagem performativa está mais ligada às formas de turismo alternativas ao turismo de massas, enquanto que a abordagem do consumo visual concerne atividades turísticas mais organizadas, (Joaquim, idem).

O ponto comum a ambas as abordagens, e que é provavelmente o ponto mais consensual nas definições de turismo, é a mobilidade, (Joaquim, 2015: 18). Contudo, considerar a mobilidade como conceito central para análise do turismo pode ser problemático, dado que é o único aspeto que os indivíduos que se relacionam pouco com a indústria, têm em comum com aqueles que se relacionam muito, (Joaquim, 2015: 20). Esta separação entre graus de relação com a indústria conduz-nos à separação entre turismo de massas e formas de turismo alternativo, e à diferenciação entre turistas e viajantes.

Urbain considera que se trata de uma diferença de grau e não de natureza, e lembra que “(...) o preconceito contra o turista é anterior ao turismo de massas, sendo o próprio turista que proclama a rejeição de si mesmo (...)”, (Joaquim, 2015: 20). Graça Joaquim indica a obra “Uma Viagem Sentimental” de Sterne, datada de 1768, como a primeira referência escrita a uma visão preconceituosa dos turistas. E a tendência para os turistas se rejeitarem a si próprios e, independentemente da realidade, procurarem uma experiência romântica do turismo conotada com a designação de viajante, tem vindo a motivar, desde a década de 1980, uma apropriação por parte da indústria turística, de símbolos antiturísticos, (Joaquim, 2015: 21). Veja-se a campanha da operadora francesa *Nouvelles Frontières*, que na altura lançava o convite, “Não seja turista. Viaje conosco!”. Em adição, os estudos acerca do perfil dos turistas têm demonstrado que a maioria, e principalmente os que possuem maior capital cultural, se representam a si próprios como viajantes e não como turistas, (Joaquim, 2015: 78).

Tal como mencionámos no capítulo anterior, o trabalho determinante de Marc Boyer nos anos '70 identificou o fim do turismo enquanto característica do estilo de vida aristocrático, e a passagem, no século XX, para um tipo de turismo marcante da cultura de massas, que deve ser compreendido como um fenómeno de consumo mítico. Isto porque os recursos que a atividade turística utiliza, tornam-se recursos por meio da intermediação cultural. Por exemplo, locais afastados dos centros urbanos como praias tropicais, transformam-se em símbolos de repouso e tranquilidade. Desde então que o carácter simbólico do turismo e o papel da cultura visual se

tornaram essenciais à compreensão desse fenômeno, e têm constituído uma importante base de investigação para a Sociologia.

Em 1986, Jean Luc Michaud demarcou-se da perspectiva defendida por Dumazedier, do turismo enquanto produto da democratização do lazer e fator de autodeterminação, e conotou o turismo com “sociedades desenraizadas e sedentarizadas (...) com vários graus de errância e sedentarização”, nas quais o turismo desempenha “(...) funções de nostalgia e de busca das raízes como antídoto social (...)”, (Joaquim, 2015: 30). Com vista a dar resposta ao paradoxo entre errância e sedentarização, a indústria turística reproduz os padrões de conforto a que os indivíduos estão habituados nos destinos de visita, criando um “consumo exótico quanto basta”, (Joaquim, 2015: 31).

A obra “The Golden Hordes” de Turner e Ash analisa precisamente este processo. Com a mudança de viajantes individuais para o turista de sociedade de massas, a indústria, através das agências de viagens, gerentes de hotéis, e outros prestadores de serviços, cria uma realidade circunscrita, através da qual o turista pode desfrutar de uma experiência, protegido da realidade exterior, que é entendida como potencialmente adversa, (Urry, 1990: 7). Os sentidos dos turistas acabam assim por estar tão restringidos como se estes tivessem permanecido no seu país natal, (Urry, idem). “(...) the pursuit of the exotic and diverse ends in uniformity”, (Turner e Ash, 1975: 292 in Urry, 1990: 8).

A indústria tem vindo a apropriar-se de palavras e conceitos como “experiência turística” e “autenticidade”, precisamente por serem apelativos do ponto de vista promocional, já que respondem à rejeição que o turista faz do facto de ser turista, com a promessa de que está a ter acesso a algo diferente, (Joaquim, 2015: 34). Isto verificou-se na Conferência de Manila em 1980, organizada com vista a debater o impacto social e cultural do turismo, mas que evidenciou o contraste entre os interesses das sociedades locais e os interesses dos países estrangeiros, e na qual foi destacada a importância precisamente da “autenticidade”, (Joaquim, 2015: 32-34; 50).

A apropriação de conceitos visa a mercadorização do turismo, um processo identificado por Boorstin em 1964. O autor tinha uma visão deveras negativa do turismo, apelidando-o de “pseudo-acontecimento” ou “simulacro do real”, (Joaquim, 2015: 78). Críticas consideradas cegas por Dean MacCannell, e impeditivas da capacidade de reconhecer que “somos todos turistas”, (Joaquim idem). Não obstante, os media têm contribuído para o desenvolvimento do turismo enquanto produto de consumo mítico, e apoiado no poder da cultura visual, o turismo tornou-se atualmente num dos maiores consumos de massas mediados, (Joaquim, 2015: 79).

Estes processos de intermediação cultural têm vindo a motivar uma grande variedade de reflexões, que nos remetem para uma evolução de Modernismo, para Construtivismo e Pós-Modernismo, (Joaquim, 2015: 80). A corrente modernista de Boorstin e MacCannell focava-se na possibilidade ou não da experiência turística ser autêntica. Seguiram-se-lhe construtivistas como Erik Cohen e Bruner, que analisaram a construção social e simbólica envolvida nos produtos turísticos. E finalmente, autores pós-modernistas como Ritzer, Baudrillard e Umberto

Eco, “(...) aboliram as fronteiras entre a cópia e o original ou entre o signo e a realidade”, (Joaquim, idem).

Umberto Eco introduz, a partir da teoria do simulacro de Baudrillard, o conceito de “hiper-realidade” para designar locais e experiências como a Disneylândia onde a autenticidade se torna irrelevante, devido à inexistência de “referencial original”, (Joaquim, 2015: 80). Ainda no âmbito da Pós-Modernidade, Lipovetsky observa neste tipo de consumo de massas um potencial para o individualismo, e Zygmunt Baumann vê o turista como “(...) um caçador consciente e sistemático de experiências”, (Joaquim, 2015: 81).

A noção de Baudrillard, de que o produto turístico é uma “mercadoria signo”, reflete-se na análise da relação entre cultura visual e turismo, feita por John Urry. O autor sugeriu o conceito de “tourist gaze”, “olhar turístico”, segundo o qual o visitante procura nos locais o reflexo dos símbolos que motivaram a sua viagem, (por exemplo, ver casais em Paris que confirmem a sua expectativa de visitar uma cidade romântica), (Urry, 1990).

John Urry retoma o conceito de “pós-turista” de Feifer, para responder à teoria da procura de autenticidade de MacCannell. Para Urry, esta não pode ser entendida como a principal motivação para fazer turismo, (Urry, 1990: 12). Os turistas procuram algo que ofereça um forte contraste à sua realidade quotidiana, procuram o extraordinário, ou melhor, algo que é entendido como sendo extraordinário, por meio da intermediação cultural. Ver monumentos ou locais icônicos como a Torre Eiffel ou o Grand Canyon; ver signos particulares, como o típico arranha-céus americano ou o típico “château” francês; ver o familiar tornar-se inesperado; ver atividades quotidianas em contextos completamente diferentes; ou ver signos que indiquem que se está perante um objeto extraordinário, (por exemplo, dar tanta atenção à legenda com o nome do autor de um quadro, como ao próprio quadro), (Urry, 1990: 12-13). Todos estes exemplos estimulam sobretudo o olhar, ou aquilo que Urry apelida de “gaze”, contemplação, (Urry, 1990: 13).

O pós-turista consome os objetos através da sua contemplação, estimulado pela imaginação. A satisfação que o ato de consumo oferece, deriva do desejo por parte do consumidor de experienciar o que já antecipou e desfrutou na sua imaginação, estimulado pelos mecanismos promocionais da indústria, (Urry, 1990: 13-14). A inexistência de uma autenticidade inerente à experiência é assumida. Trata-se de um jogo, e o que importa é que este esteja à altura da expectativa e proporcione prazer, (Urry, 1990: 12).

Em Portugal, a importância da cultura visual no turismo tem sido amplamente discutida por autores como Carlos Fortuna e Claudino Ferreira. Partindo de Urry e Lash, observam as implicações do turismo na cidadania moderna. A noção de que o turismo é um direito da modernidade, contém em si mesma uma conceção cosmopolita de cidadania, dado que o cidadão-turista se torna cosmopolita na medida em que interage e reflete acerca de outras culturas. Uma interação baseada sobretudo na cultura visual e nos sentidos, e por isso demonstrativa de um “cosmopolitismo estético”, (Fortuna, Ferreira, 1996: 4). Em adição, fazer

turismo permite o acesso a bens e serviços exclusivos dessa atividade, e torna o turismo “(...) responsável também por uma concepção eminentemente mercantil e consumista do sujeito”, (Fortuna, Ferreira, idem).

Com a massificação o turismo perde a especificidade, pois a mobilidade deixou de ser essencial para aceder a bens e serviços de outras culturas, (Fortuna, Ferreira, 1996: 5). Ao invés de ser fator de diferenciação, o turismo alicerçado nos estímulos da cultura visual passa a motivar a “desdiferenciação social” e apresenta-se como um dos fenómenos que melhor exemplifica a associação da cultura visual à expansão do consumo, (Fortuna, Ferreira, 1996: 6). “(...) à medida que o consumo se apoia na cultura visual, o espetáculo e a imagem tornaram-se o ingrediente por excelência do ato turístico”, (Fortuna, Ferreira, 1996: 7). De notar a análise feita por Carlos Fortuna da apropriação por parte da indústria turística do património histórico das cidades, e consequente construção de narrativas e espectacularização, (Fortuna, 1995 in Santos, 1995).

2.2.2. A Massificação e o Impacto nas Comunidades Locais

A massificação do turismo designa ocorreu devido a uma melhoria das condições materiais nas sociedades industrializadas modernas. Por melhoria das condições materiais entendemos um desenvolvimento tecnológico, que permitiu uma melhor comunicação e acessibilidade de meios de transporte, e um desenvolvimento económico e social que conduziu a uma melhoria das condições laborais, e existência de tempos livres, aumento do nível de vida e maior esperança média de vida, (Krippendorf: 1987; Laurent, 2003: 7 in Marques, 2009: 32).

Compreender esta massificação exige a observação de especificidades do fenómeno turístico na ótica do desenvolvimento, como as que são apontadas por Laurent. O mercado do turismo é global e muda rapidamente. O aumento da oferta no setor é consequência de estratégias de marketing e da transformação ao nível do lazer nos países mais desenvolvidos. Contudo, dado que o produto turístico não é vital, podem ocorrer situações de sobreabundância. A transação económica dos bens turísticos distingue-se pela deslocação da procura em relação à oferta. E finalmente, o marketing é decisivo devido ao produto turístico não poder ser visto pelo cliente antes da compra, (Laurent, 2003: 14 in Marques, 2009: 32).

A abordagem da Economia de Mercado encontra-se hoje vulgarizada no âmbito das atividades turísticas, (Joaquim, 2015: 34). Conceitos da Sociologia e Antropologia como “experiência turística” e “autenticidade” foram apropriados por áreas como a gestão e o marketing, e a sua utilização visa, no entender de Graça Joaquim, uma “lógica de integração mundial”, (Joaquim, 2015: 37).

O crescimento da presença da indústria turística em todo o mundo, tem sido acompanhado pela reflexão em torno dos efeitos que a presença de visitantes tem nas sociedades de acolhimento. E uma série de estudos tem dado conta de um equilíbrio delicado na gestão das expectativas de uns e outros. A partir da Teoria do Encontro da antropóloga Valene Smith, foi proposto que a massificação é determinante na variação entre indiferença e hostilidade, por parte das

comunidades de acolhimento, (Joaquim, 2015: 38). O estudo das ilhas da Indonésia, realizado por Cole, revelou a existência de um paradoxo entre a mercadorização e as expectativas dos habitantes. Se por um lado as condições de vida primitivas foram mantidas para satisfazer o desejo por parte dos visitantes de conhecer uma realidade exótica, tal foi prejudicial ao desejo de modernização dos habitantes locais, que teriam preferido uma melhoria da qualidade de vida em termos de água canalizada, eletricidade, educação ou saúde, (Joaquim, 2015: 41). Numa aldeia suíça, um inquérito realizado por Khader revelou que o crescimento do turismo prejudicou as relações sociais e familiares no seio da comunidade, (Joaquim, 2015: 43). E um estudo do mesmo autor sobre as motivações dos turistas, feito em 1988 em Espanha, demonstrou a reduzida importância do contacto com a cultura local. “A “cultura local” ficou em último lugar como motivação para visitar o país, com 1,1%, enquanto que “clima” representou 50,5%, (Joaquim, 2015: 44).

A perceção da atividade turística como algo benéfico ou prejudicial é atravessada por ambiguidades. Em caso de insatisfação por parte dos locais, nem sempre é claro se a causa é a massificação da atividade turística em si, e os seus efeitos na cultura local e nos recursos, ou o facto dos rendimentos obtidos terem sido menores que o esperado, (Joaquim, 2015: 45-46). É possível que em locais com maior dependência económica das atividades turísticas exista maior aceitação, (Joaquim, 2015: 46). Um estudo de caso sobre um destino de peregrinação hindu, a cidade de Pushkar, realizado por Joseph e Kavoori em 2001, observou a existência de “(...) estratégias retóricas opostas” na comunidade local. Enquanto a comunidade condenava de forma coletiva o turismo, não eram condenados os ganhos económicos da participação individual dos habitantes, (Joaquim, idem).

As primeiras conferências e acordos com referência aos impactos do turismo realizaram-se nas décadas de 1960 e 1970, no entanto a sua preocupação central foi a expansão do setor, (Joaquim, 2015: 32-33). O tema viria a ocupar pela primeira vez um lugar de destaque em 1980, na Conferência de Manila, organizada na sequência da Conferência de Washington de 1976, promovida pela UNESCO e pelo Banco Mundial. Face ao crescimento das preocupações ambientais na época, ficou estabelecido em Manila um aumento do turismo interno nos países emissores, e a aposta na cultura como motivação turística. O conceito de “autenticidade” também mereceu lugar de destaque, (Joaquim, 2015: 50). Passa a apostar-se mais em “novos produtos turísticos”, rurais e ecológicos. Começa o período do “small is beautiful”, (Joaquim, 2015: 48-49). Contudo, para Lanfant, ficou claro na Conferência de Manila o conflito entre a esfera económica, do interesse dos países mais desenvolvidos, e a esfera cultural, do interesse das populações locais dos países visitados, (Joaquim, 2015: 33-34). E na verdade, a conferência tratou-se de uma “operação ideológica” que não deixou de ter como preocupação central a esfera económica, (Joaquim, 2015: 50).

Os recursos naturais começaram a ser considerados recursos turísticos apenas a partir de 1989, com a Declaração de Tamanrasset, (Joaquim, 2015: 51), na qual é estabelecida uma oposição total ao turismo de massas, (Joaquim, 2015: 58). Pretende-se encontrar alternativas, mas o

conceito de “alternativo” é apropriado pela indústria turística e desvirtuado, conforme observa Lanfant. “A multiplicação de encontros e seminários sobre o ‘turismo alternativo’ fez eclodir um discurso de boas intenções, revelador da pressão ideológica que cerca este assunto. O turismo alternativo tem vindo a tomar sentido no interior de um dispositivo simplificador, constrangido e normativo.”, (Lanfant, 1991: 4 in Joaquim, 2015: 59).

O turismo dito alternativo tornou-se noutra forma de turismo organizado, e até elitista, (Joaquim, 2015: 59). Isto porque foi alvo de um processo de mercadorização “(...) em nome de uma cultura alegadamente humanista e universal”, quando apenas 10% da população mundial pode ser “turista internacional”, e o que acaba por diferenciar mais o turismo alternativo é o seu preço, (Joaquim, 2015: 74-75). “(...) o quadro referencial do turismo internacional apenas se expandiu para novos produtos e novos lugares aprofundando a mercadorização da cultura, dos modos de vida, das memórias, da nostalgia, da identidade, da tradição à escala global e com margens de lucro muito elevadas. A indústria agradece”, (Joaquim, 2015: 76).

2.3. Reflexões sobre o Espaço Urbano

2.3.1. Transformações do Espaço Público e Crise de Cidadania

A cidade pode ser compreendida como o reflexo dos modos de transporte e do modo de captar pessoas, bens e informação, em cada época, e os novos paradigmas de desenvolvimento urbano são consequência de transformações nestes aspetos, (Ascher, 2007 in Rodrigues :41). Não obstante, a urbanização não é um processo contínuo e é erróneo considerar o progresso tecnológico a causa principal do crescimento das cidades, (Ascher, 1998 :20). As tecnologias de que dispomos são “utensílios de uma sociedade”, e os seus efeitos dependem das decisões tomadas ao nível do planeamento e do poder político e económico.

Os espaços urbanos deixaram de ser espaços de lugares para passarem a ser espaços de fluxos, conforme os designa Manuel Castells, (Castells, 1994, 1996 in Rodrigues, 2010 :44). Fluxos de informação e comunicação que são invisíveis e obrigam à elaboração de novos conceitos científicos e de um novo tipo de planeamento urbano, (Rodrigues, 2010 :45). Thrift sugere tratarmos-se de “alterações tão profundas quanto a própria conceção que historicamente a humanidade teve sobre o que eram o mundo do homem e o mundo das coisas, o animado e o inanimado, os sujeitos e os objetos”, (Thrift, 1996 :285 in Rodrigues, 2010:45).

Os fluxos de informação não constituem, no entanto, processos independentes das decisões dos cidadãos e das instituições. É possível verificar que as alterações ao nível da mobilidade colocaram países, regiões e indivíduos num posicionamento desigual em relação à capacidade de se mobilizarem e controlarem meios, produzindo-se assim novas formas de diferenciação e novas hierarquias, uma “nova geografia face à mobilidade”, (Rodrigues, 2010 :46). Será assim legítimo questionarmo-nos se os autores que afirmam ocorrer uma “compressão do espaço-tempo” que gera “desterritorialização” (Rodrigues, 2010 :47), não terão subestimado a importância das infraestruturas que tornam possível a globalização, e que se encontram relativamente fixas no espaço, tais como determinadas cidades cuja concentração de organizações políticas, económicas e financeiras, as torna “pólos da globalização”, (Rodrigues 2010 :48).

O espaço urbano atual é marcado por duas dinâmicas principais derivadas do capitalismo, privatização e mercadorização, (Carmo, Estevens, 2008 :5). A privatização gera vigilância e securitização, enquanto a mercadorização apela ao hedonismo nos indivíduos, (Carmo, Estevens idem). Estes dois processos “interpenetram-se”, estabelecem uma relação entre si. A cidade torna-se num espaço no qual convivem forças opostas: o que é rápido e efémero coexiste com o sólido e inflexível. Apesar de haver uma insistência na cidade enquanto um espaço plural, a liberdade é limitada por via da securitização e o espaço torna-se artificializado e homogeneizado, (Carmo, Estevens, 2008 :6-7)

François Ascher data a expressão “espaço público” de 1977 (Ascher, 1998 :172), e considera tratar-se de um espaço que partilha afinidade com o espaço teatral ou de encenação, ainda que

se distinga destes por não depender somente do “direito de olhar” mas também do “direito de visita”, (Ascher, 1998 :174).

André Carmo e Ana Estevens definem espaço público como o conjunto dos espaços urbanos com importância para a circulação de pessoas, bens, ideias e para a comunicação por via do encontro. Definição esta que deixa patente a existência no espaço público de condições para a promoção da democraticidade e interação social. Também neste potencial reside a convivência de processos opostos, ao mesmo tempo que é lugar de disputa política e social, o espaço público pode ser um espaço de liberdade e tolerância, (Carmo, Estevens, 2008 :1).

No entanto, o primado do lazer que gera artificialização é prejudicial à cidadania. Motiva uma participação superficial na sociedade que se traduz em anomia social, (Carmo, Estevens, 2008 :6). O domínio de práticas de lazer é efeito de uma “leitura neoliberal das necessidades humanas”, segundo a qual a dimensão económica é colocada acima de todas as outras, (Carmo, Estevens, idem). A cidade transforma-se por efeito da globalização económica na “cidade-empresa”, (Carmo, Estevens, 2008 :7). Transformações como esta ocorrem como consequência de opções de planeamento urbano, (Carmo, Estevens, 2008 :10).

O espaço urbano é muitas vezes construído sem que a opinião dos habitantes locais seja tomada em consideração, e quando existe participação pública, carece frequentemente de transparência, (Carmo, Estevens, 2008 :10). Os responsáveis pelo planeamento tornam-se assim “mediadores do poder económico”, visto que as alterações que delinham ajustam o espaço urbano a padrões que o tornem mais competitivo no mercado, (Carmo, Estevens, idem).

Ao invés de uma interação social baseada na democraticidade, verifica-se uma “dupla seletividade” que não permite que determinados grupos de indivíduos possuam o “direito de visita” referido por Ascher. O usufruto dos espaços depende do cumprimento de regras, mas ao mesmo tempo é efetuada uma seleção simbólica, que decorre da falta de recursos, (Carmo, Estevens, 2008 :11).

O conflito gerado pela interação social é um fator de desenvolvimento de valores de cidadania, e a homogeneização ou mesmo “higienização”, como a denominam Carmo e Estevens, limita assim a sua vivência efetiva, (Carmo, Estevens, 2008 :11). Os autores apontam os centros comerciais como um exemplo principal dos atuais problemas da construção do espaço urbano. O seu consumo tem uma forte componente simbólica, que torna o consumo em si fator de identidade, e a utilização dos seus espaços está dependente de regras aceitas tacitamente que produzem uma filtragem social, (Carmo, Estevens, 2008 :12). Este processo é demonstrativo de como o neoliberalismo pode produzir “aprisionamento social”, (Carmo, Estevens, 2008 :13).

Para Ascher, emergiu um novo tipo de espaço urbano designado “metápole”, que obrigou a repensar o urbanismo, (Ascher, 1998 :2). A origem etimológica de “metrópole” remete para a noção de cidades gregas antigas, “mães” das colónias, que enviavam para estas guerreiros, comerciantes e deuses. Já “metápole” designa o espaço que “ultrapassa e engloba” a cidade, (Ascher, 1998 :3).

A metápole é “(...) conjunto de espaços em que a totalidade ou parte dos habitantes, das atividades económicas ou dos territórios, está integrada no funcionamento quotidiano (...) de uma metrópole (...) constitui geralmente uma única bacia de emprego, de residência e de atividades, e os espaços que a compõem são profundamente heterogéneos e não necessariamente contíguos (...), compreende, pelo menos algumas centenas de milhar de habitantes”, (Ascher, 1998 :16). Tratam-se de lugares nos quais ocorrem mudanças sociais profundas, e cujos maiores problemas são de cariz político e social, (Ascher, 1998 :180-181), de entre os quais sobressai a crise de cidadania que o autor denomina crise de “cidadinidade”, a ausência de um sentimento de interesses coletivos e perda de capacidade de mobilização comum, (Ascher, 1998 :181), que obriga a uma nova articulação com os mecanismos de governância, (Ascher, 1998 :182).

2.3.2. Lisboa, Cidade em Transformação

“Uma cidade sem população é um contrassenso”, (Rodrigues, 2010 :51). As cidades modernas industriais definem-se por dimensão (a que correspondem economias de escala), densidade (economias de aglomeração) e diversidade (economias de gama ou de variedade), (Rodrigues, idem). Quando analisamos Lisboa à luz destes fatores, verificamos antes de mais que ocorreu na passagem para o século XXI “(...) um processo constante de perda de população residente” (Rodrigues, 2010 :52), que colocou um fim à definição da cidade de acordo com os limites políticos e administrativos do município de Lisboa, (Rodrigues, idem). A Área Metropolitana de Lisboa somava em 2005 2,8 milhões de habitantes, e têm emergido novas zonas centrais do ponto de vista da habitação e da concentração de atividades económicas, como Oeiras, (Rodrigues, 2010 :63-64). Ao nível da diversidade, Lisboa constitui uma cidade bastante heterogénea em relação ao resto do país, fator que a aproxima de outras capitais europeias, (Rodrigues, 2010 :67).

De notar que as transformações ocorridas em Lisboa ao nível da população residente, devem ser compreendidas no contexto do processo de “litoralização” da população portuguesa. Ainda que, para Rodrigues, o termo possa induzir em erro, dado que a população não se tem vindo a concentrar no litoral de forma homogénea, mas sim essencialmente em torno de determinadas cidades, sobretudo Lisboa (Rodrigues, 2010 :92).

Lisboa é atualmente uma “cidade-região” e “(...) pólo mais expressivo de consumo, turismo e cultura do país” (Rodrigues, 2010 :98). Detém uma capacidade de atração de consumidores muito elevada e a maior capacidade de internacionalização no contexto nacional, e concentra o consumo de forma esmagadora, (em 2005, 42,6% das compras e 43,8% do valor financeiro de consumo efetuado através de terminais de pagamento automático, ocorreu na região de Lisboa), (Rodrigues, 2010 :98-100).

A suburbanização aliada à heterogeneidade da população e concentração de comunidades imigrantes, oferece a oportunidade de redescobrir a riqueza cultural da cidade e do que podem

ser locais de interesse turístico. A emergência do Turismo Étnico, e a sua aposta em locais como o bairro do Alto da Cova da Moura, é exemplo disto mesmo, (Costa, 2004).

O Turismo Étnico liga turismo e imigração, e torna o “outro” na atração turística, (Costa, 2004 :1). Turismo e imigração partilham uma série de aspetos como a deslocação em relação ao país de origem, a construção e apreensão da diferença cultural e o estabelecimento de relações interétnicas a partir do confronto, (Costa, 2004 :2). O turismo baseia-se na busca pela diferença cultural, e esta é por esse motivo considerada uma mais-valia para a atividade turística. Já na imigração, a diferença torna-se fonte de problemas, (Costa, 2004 :2; 6).

O seu potencial para a inclusão social, económica e cultural de imigrantes tornou o Turismo Étnico parte do discurso político (Costa, 2004 :4), ainda que o principal desafio para esta atividades em zonas como a Cova da Moura, seja ir além do efeito de “exotização” para se tornar efetivamente num mercado com referências étnicas, (Costa, 2004 :11). Contudo, projetos como o projeto Sabura, constituem uma forma dos habitantes locais conquistarem o direito a espaços que são alvo da cobiça de agentes imobiliários, promovem a segurança, consolidam a identidade dos moradores e pressionam os organismos do poder local a realizarem melhorias nas infraestruturas, (Costa, 2004 :18-23). Exemplificam através destes fatores o potencial emancipador de atividades turísticas alternativas ao turismo de massas.

A cidade representa, além do lugar da criatividade e da inovação, o local central a atividades económicas consideradas marginais, por se dirigirem a setores muito específicos da população, (Costa, 2000 :961). No entanto, as atividades culturais são exemplo de um tipo de atividade que deixou as margens e passou a deter um lugar central na Economia, (Costa, idem).

Pedro Costa identifica em Lisboa a existência de pólos para as atividades ligadas à inovação, que designa “bairros culturais”, e considera a zona Bairro Alto-Chiado um exemplo disto, (Costa, 2000 :972). Esta zona concentra importantes espaços culturais como teatros, museus e galerias e escolas de arte, historicamente foi um lugar central ao desenvolvimento da imprensa escrita, e atualmente representa o espaço privilegiado para a animação noturna, moda e venda de bens culturais específicos, (Costa, 2000 :972). Em adição ao efeito de economia de aglomeração, observam-se características de “meios inovadores”, derivadas da interação ocorrida entre os vários agentes culturais, (Costa, idem). “A paisagem do Bairro Alto-Chiado (...) altera-se ao longo do dia: as pessoas, as práticas, os significados, não são os mesmo de manhã, à tarde, à noite”, (Costa, 2000 :979).

A interação é a característica-chave. Dado que ocorre uma produção de atividades culturais com forte concentração num determinado espaço, tal potencia “(...) relações específicas entre os atores que se traduzem num ambiente propício ao surgimento da inovação (...), (Costa, 2000 :974). Daqui emerge um novo tipo de espaço urbano com novas relações sociais, que alimenta “um estilo de vida próprio” à população jovem, com idades entre os 18 e os 35 anos, fundado em “valores antirracionalistas” como a intuição, exploração da subjetividade e do corpo e hedonismo, (Costa, 2000 :975).

A organização sobre a qual incide o nosso estudo de caso, *Lisbon Chill-Out Free-Walking Tours*, realiza a sua atividade turística precisamente neste espaço, é fruto de inovação cultural e partilha alguns dos valores anteriormente referidos.

As atividades criativas têm sido por vezes instrumentos de uma retórica que gera desconfiança, (Seixas, Costa, 2009 :6). A criatividade urbana tem de ser assumida como transversal à sociedade e à economia, “(...)”, portanto também transversal à cidade e à atuação pública que sobre ela se pode desenhar”, (Seixas, Costa, idem). Contudo, o papel das políticas públicas em relação à criatividade no espaço urbano não é claro. A lógica das “indústrias criativas” ganhou destaque, nomeadamente como opção para a criação de emprego no contexto da crise económica, no entanto, é apoiada por “(...) investidores ou agentes com poucas ou nulas conexões socioculturais com *stakeholders* e com redes relacionais mais locais” (Seixas, Costa, 2009 :17).

2.4. A Emergência do Turismo Solidário

2.4.1. O Turismo Solidário como Nova Forma de Turismo

A discussão acerca do impacto do turismo não está livre de ambiguidades, conforme referimos no capítulo anterior. É fácil assumir posições extremas e defender incondicionalmente os benefícios das atividades turísticas ou condenar tais atividades sem oferecer alternativas construtivas. O crescimento do turismo é um facto, e não se prevê que a aposta cada vez maior no setor se inverta num futuro próximo. Trata-se já da primeira atividade económica do mundo, representando 12% do PIB e 8% do emprego, segundo a OMT, (Marques, Brito, 2009 :82). Importa, contudo, clarificar que o presente trabalho considera que os efeitos negativos do turismo de massas ultrapassam os efeitos positivos.

A preocupação em relação aos efeitos prejudiciais do turismo tem sido expressa pela própria OMT, assim como por outras organizações internacionais (OIT, Fóruns Internacionais de Turismo Solidário, a UNAT, onde se encontram agrupadas as associações francesas de Turismo Solidário, e a AITR, que funciona da mesma forma para agentes de turismo responsável em Itália), (Marques, Brito, 2009 :82).

Joana Marques e Brígida Brito observam uma série de fatores na base desta preocupação. No âmbito económico, se é verdade que o turismo gera riqueza, esta beneficia um número reduzido de pessoas. Os fluxos turísticos de países em desenvolvimento, por exemplo, são controlados por grupos internacionais sediados em países industrializados. A fuga de divisas torna-se um problema recorrente para os países em desenvolvimento. O setor imobiliário pode prosperar com a massificação do turismo, mas à custa da promoção da especulação imobiliária. E quanto ao emprego gerado, grande parte é precário.

Do ponto de vista sociocultural, ao provocar disparidades sociais e introduzir hábitos de consumo que não são sustentáveis, a sociedade de acolhimento é debilitada. Em adição, a cultura local pode ser facilmente descaracterizada e derivar em folclorização. E a indústria turística promove mais o lazer descomprometido do que a aprendizagem cultural. O turismo de resort exemplifica uma experiência turística que funciona como um “enclave” que mantém o turista separado da cultura local e cujo principal contributo para a economia é a criação de emprego precário, (Marques, Brito, 2009 :83). No fundo, trata-se do turismo tornado naquilo que Alves de Oliveira designa “nova modalidade do processo de acumulação capitalista”, (Alves de Oliveira, 2008 in Marques, 2009 :41).

Ao nível demográfico, são criadas ou intensificadas as desigualdades entre regiões. Além disto, o turismo de massas comporta danos ambientais graves e está sujeito a fatores imprevisíveis como catástrofes naturais, (Marques, Brito, 2009 :83).

No que toca às relações entre países, a maior parte dos exemplos anteriores dá conta de uma relação de exploração dos recursos turísticos dos países em desenvolvimento, por parte dos países industrializados, o que também nos remete para o binómio Norte-Sul. Para Anne Amblés o turismo demonstra a “história de dominação” do Sul pelo Norte (Amblés, 2002 in Marques, Brito, 2009 :84), o que favorece o exercício de uma violência simbólica (Brohman, 1996, Amblés, 2002), através da qual umas populações exercem poder sobre outras. “(...) os viajantes dos países ricos, mesmo que sejam quase pobres, têm meios para brincar aos ricos junto dos que são mais pobres do que eles”, (Marques, Brito, 2009 :84).

A necessidade de contrariar esta conjuntura negativa tem produzido mudanças dentro e fora da indústria turística, nas quais Laurent identifica dois sentidos principais. Por um lado, a tentativa de incorporação, por parte da indústria, de medidas tais como as que concernem a proteção ambiental, e paralelamente a emergência de oferta turística alternativa, (Laurent, 2003).

As Novas Formas de Turismo, como são designadas por Brígida Brito, ocorrem em resultado da articulação entre o turista, as comunidades locais e o meio ambiente natural, e demonstram a valorização de aspetos particulares, típicos ou tradicionais, (Brito, 2008: 112-113). Devem procurar compreender a viagem turística como as atitudes e comportamentos manifestados desde que é tomada a decisão de viajar, e ainda considerar a continuidade da experiência, por via da memória, que permitirá a quem viaja valorizar de forma diferente as experiências futuras, (Brito, 2008: 110).

Brígida Brito sublinha a co-responsabilização como noção fundamental às Novas Formas de Turismo. Uma co-responsabilização dos atores envolvidos, turista, comunidades locais, do ponto de vista natural e cultural, (Brito, 2008: 112-113), que é condição para minimizar os efeitos negativos do turismo. As NFT devem por isto seguir um desenvolvimento integrado, que “(...) é exequível se atender à dimensão humana.”, (Brito, 2008: 119).

As Novas Formas de Turismo devem, para Brígida Brito, ter finalidades sociais, económicas, territoriais, patrimoniais e culturais, (Brito, 2008: 115). No âmbito social, a finalidade é a melhoria

das condições de vida das populações autóctones. A nível económico, pretendem dinamizar a atividade produtiva e criar emprego. No plano territorial, procuram minimizar os desequilíbrios entre regiões. Em relação ao património, valorizam o património local. E culturalmente, promovem a descoberta da cultura local, com existência anterior à atividade turística, (Brito, *idem*).

Tomando como exemplo o Turismo Sustentável, Brígida Brito refere que a sua sustentabilidade deriva do facto dos atores que participam nas práticas turísticas estabelecerem uma “inter-relação e interdependência”, manifestada “(...) de forma bidirecional e promotora de mudanças integradas”, (Brito, 2008: 126). As medidas assumidas devem seguir uma lógica de longo prazo, e assim o desenvolvimento integrado potenciará a valorização da diversidade cultural e a preservação do meio ambiente, (Brito, 2008: 132).

A noção de co-responsabilização é central na discussão da Economia Solidária. Amaro refere que as organizações devem assumir esta lógica com vista à resolução de problemas através do princípio do Estado-parceiro, e por via de parcerias com empresas com um alcance maior que o âmbito da RSE, (Amaro, 2009: 24). A defesa de uma solidariedade sistémica por parte da Versão de Economia Solidária da Macaronésia, remete-nos para um quadro de responsabilidades partilhadas a um nível que reconfigura o lugar dos atores sociais, dado que a solidariedade é entendida como um laço de responsabilidade não apenas entre seres humanos, mas entre estes e todos os seres vivos, no quadro de preservação do meio ambiente.

O Turismo Solidário aponta no sentido de complementar a proteção relativamente aos efeitos ambientais com a proteção da cultura e das relações sociais (Marques, 2009 :50), pretendendo-se um “desenvolvimento socialmente sustentável”, (Marques, 2009 :54). A transversalidade do fenómeno turístico, que atravessa as dimensões social, cultural, ambiental, política, económica, territorial, torna o Turismo Solidário uma área com potencial para exemplificar e pôr em prática a solidariedade ecocêntrica pretendida pela Economia Solidária da Macaronésia. Como referimos anteriormente no capítulo 1.5., é precisamente a transversalidade desta versão que a torna ideal à prática do Turismo Solidário.

Em adição ao Turismo Sustentável, existem múltiplas alternativas ao turismo de massas, sendo as principais o Ecoturismo, o Turismo Justo, o Turismo Comunitário, o Turismo Responsável, e o Turismo Solidário. Para Joana Marques, estes conceitos sobrepõem-se, tendo como elementos comuns as noções de responsabilização e parceria ou solidariedade. Sobreretudo a solidariedade, no sentido que lhe é atribuído pela Economia Solidária, encontra-se presente em todos os conceitos de turismo alternativo, (Marques, 2009 :44).

A Union Nationale de Associations de Tourisme define Turismo Solidário da seguinte forma: “O turismo solidário agrupa todas formas de turismo alternativo que colocam no centro da viagem o homem e o encontro e que se inscrevem numa lógica de desenvolvimento dos territórios. Os fundamentos deste tipo de turismo são: o envolvimento das populações locais nas diferentes

fases do projeto turístico; o respeito pela pessoa, pelas culturas e pela natureza; e uma distribuição mais justa dos recursos gerados.”, (UNAT, 2002).

Gilles Caire concebe o Turismo Solidário baseado na “regra dos 3 P’s”: Poucos visitantes (grupos entre 5-12); Pouco tempo (estadia igual ou inferior a 10 dias); Poucos meses (acolhimento sazonal, fora dos períodos de trabalho agrícola), (Brito, Marques, 2009 :93). Para o autor, no sentido de contrariar uma relação de dominação entre turistas e habitantes locais, deve ocorrer uma partilha de constrangimentos, (Brito, Marques, idem).

Conforme estabelecem Brígida Brito e Joana Marques, é essencial que o Turismo Solidário contrarie a noção paternalista de ajuda Norte-Sul. Não se trata de um turismo baseado em ações de caridade como o financiamento de projetos de desenvolvimento através de parte do preço das viagens, (Brito, Marques, 2009 :86). Trata-se antes de mais da aplicação do modelo teórico e prático da Economia Solidária ao turismo, alicerçado em “(...) participação, e o envolvimento comunitário, a responsabilização dos diferentes atores sociais, a capacitação e a valorização das potencialidades locais”, (Brito, Marques, idem). É fundamental ao Turismo Solidário o caráter endógeno das iniciativas, que as torna fruto da auto-organização da comunidade, (Brito, Marques, 2009 :93). Assim, a participação da população local deve ser facilitada, (Marques, 2009 :48)

O Turismo Solidário contém as várias dimensões de projeto da Economia Solidária da Macaronésia, (projeto económico, social, ambiental, cultural, político, territorial, ético, social de emancipação, de gestão e de conhecimento), e contribui para o enriquecimento dos mesmos através de características particulares à atividade turística. Por exemplo, a prática do Turismo Solidário pode contribuir para o projeto cultural e para o projeto de conhecimento, ao valorizar a descoberta e partilha de histórias de vida dos habitantes locais e de narrativas alternativas ao conhecimento divulgado pelos guias-turísticos massificados, ligadas à memória coletiva e familiar.

O caráter endógeno do Turismo Solidário que referimos anteriormente, torna-o ainda a nosso ver, uma área de atividade capaz de contribuir para a democratização do espaço público, nomeadamente para a criação daquilo que Jean-Louis Laville designa “espaços públicos de proximidade”. Isto porque uma atividade de Turismo Solidário pode criar trabalho ao mesmo tempo que promove a discussão de problemas públicos, tais como o problema da sustentabilidade do Turismo e da relação entre turistas e habitantes locais. A própria criação da atividade de Turismo Solidário deve ter um caráter endógeno, e ser motivada pelo envolvimento das populações locais, pela responsabilização e pelo envolvimento comunitário. Fatores estes que contribuem para a emancipação da população local.

O debate acerca do espaço público implica pensar também os espaços urbanos. A vertente de Turismo Solidário Urbano que é nosso objetivo sugerir a partir do estudo de caso analisado, transpõe para o turismo em meio urbano a lógica ecocêntrica central à Economia Solidária,

portanto, permite repensar a relação que as atividades turísticas devem estabelecer com o espaço urbano.

2.4.2. Turismo Solidário Urbano

O trabalho desenvolvido por Joana Marques e Brígida Brito analisa o potencial do Turismo Solidário de pequena escala para o desenvolvimento de regiões insulares em Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, nomeadamente através da experiência de Lajedos. Estes territórios apresentam maior vulnerabilidade do ponto de vista ambiental e social, pelo que o Turismo Solidário permite um maior controlo sobre os impactos da atividade. O principal capital da região é a sua própria identidade local, e a lógica de solidariedade sistémica permite criar melhores oportunidades de trabalho para a população, (Brito, Marques, 2009 :95).

O Turismo Solidário tem sido pensado essencialmente para zonas rurais ou países em desenvolvimento. Ora é nossa intenção com esta dissertação, contribuir para o enriquecimento da produção científica no âmbito do Turismo Solidário e propor a aplicação do conceito ao meio urbano.

Lisboa, tal como tantas outras cidades, tem vindo a ser afetada pela evolução do capitalismo e pelos seus efeitos de privatização e mercadorização, que limitam a liberdade no usufruto dos espaços ao mesmo tempo que dão lugar a uma cidade mais artificial e homogénea, (Carmo, Estevens, 2008 :5). A título de exemplo, veja-se o atual debate em torno do aumento do preço das rendas no centro da cidade, proliferação do alojamento local e vistos “gold”, que questiona se a plena utilização dos recursos de Lisboa não se tornará exclusiva a turistas e população rica, (Guterres et al, 2016).

A artificialização e homogeneização, no âmbito da relação da cidade com o património, é para Françoise Choay, produto de uma “amnésia” que considera o património histórico somente de acordo com a ótica da proteção museológica, (Choay, 2010). Conforme sublinha Michel Lacroix, a relação entre a vida que se estabelece na cidade e o património deve basear-se em valores humanistas, que apontem no sentido de uma solidariedade intergeracional e façam conservação tomando em conta a vivência da cidade atual, (Lacroix, 1999).

Se pensar numa cidade sem população é um contrassenso, acrescentaríamos que pensar numa cidade que exclui a população local do uso dos seus espaços e recursos culturais, históricos e ambientais, mais do que um contrassenso, é contrário aos ideais de sustentabilidade e solidariedade. O espaço urbano de Lisboa, não apenas do centro histórico mas de toda a Área Metropolitana de Lisboa, pela sua dimensão, localização e heterogeneidade, detém recursos únicos no contexto português e até europeu, sendo a sua crescente popularidade turística prova disto. Ora a continuidade dos seus recursos depende de um equilíbrio delicado, que uma exploração predatória por parte dos agentes económicos pode perturbar facilmente.

Propomos por isto um Turismo Solidário Urbano, que tem como ponto de partida o conceito geral de Turismo Solidário desenvolvido por Joana Marques e Brígida Brito, e que inclui todas as dimensões de projeto da Economia Solidária da Macaronésia, (projeto económico, social, ambiental, cultural, político, territorial, ético, social de emancipação, de gestão e de conhecimento), adaptando-as ao espaço urbano.

Características das atividades de Turismo Solidário Urbano:

- Modelo de organização conforme ao modelo das organizações de Economia Solidária, (cooperativa ou associação), não tendo como fim o lucro;
- Promoção de democracia interna e investimento do excedente na educação dos membros da organização;
- Caráter endógeno, fruto da auto-organização de habitantes locais;
- Limitação dos danos ambientais causados pela atividade;
- Número de participantes adequado às características específicas do espaço;
- Integração da comunidade local, com respeito pelos habitantes diretamente afetados pela atividade turística e promoção de interação com estes;
- Multiculturalidade;
- Promoção de equilíbrio territorial com desenvolvimento de atividades fora do centro histórico da cidade, em zonas periféricas menos privilegiadas, com envolvimento de população imigrante e da população em situação de exclusão social, (de modo a contrariar o desequilíbrio entre regiões e motivar a participação dos moradores, contribuindo para a construção de “espaços de proximidade”);
- Partilha de conhecimento que não esteja limitada aos conteúdos de meios de informação turística principais, mas que parta também da experiência pessoal dos membros e dos habitantes locais. Inclusão de narrativas derivadas da história oral e das tradições locais.

A noção de co-responsabilização, assumida como central às Novas Formas de Turismo por Brígida Brito (Brito, 2008 :112-113), e como central à Economia Solidária por Rogério Roque Amaro (Amaro, 2009 :24), deve igualmente ser assumida como princípio orientador da atividade de Turismo Solidário Urbano.

A dimensão do espaço urbano torna-o um espaço privilegiado de conflito e interação social. Importa assim a uma organização de Turismo Solidário Urbano contribuir para melhorar esta interação, assumindo uma participação ativa na comunidade em que se insere e a promoção de valores de cidadania nos seus membros. Deste modo, o Turismo Solidário Urbano contraria a visão da cidade como “cidade-empresa” cujo desenvolvimento segue somente a lógica de aumento da competitividade no mercado capitalista, e vai ao encontro da lógica de cidadania ativa da Economia Solidária.

O processo de transformação da Área Metropolitana de Lisboa, com a redefinição do centro histórico e o crescimento da periferia, implica uma nova relação dos habitantes com a cidade e faz-nos questionar que cidade e que relação será esta. A hegemonia do turismo de massas em Lisboa não só asfixia a diversidade e a vivência da cidade por parte dos que nela habitam e consolida a relação paternalista do Norte em relação ao Sul, como exclui novas formas de turismo que promovam a sustentabilidade ambiental e social.

Existe um grande potencial de recursos materiais e imateriais na cidade, expresso em património e na capacidade criativa dos indivíduos, que deve alicerçar-se em iniciativas endógenas movidas pela corresponsabilização e estabelecer um diálogo com os novos centros urbanos, a população imigrante e a população em situação de exclusão social, (como a população sem-abrigo).

Na continuidade do que foi anteriormente proposto por Joana Marques, o Turismo Solidário Urbano deve promover um “desenvolvimento socialmente sustentável” (Marques, 2009 :54), e posicionar-se de acordo com o princípio da solidariedade ecocêntrica da Economia Solidária da Macaronésia.

CAPÍTULO II - Turismo Solidário em Lisboa? – O estudo de caso da *Lisbon Chill-Out Free-Walking Tours*

3. Metodologia de Investigação

3.1. A Opção pela Metodologia Qualitativa de Estudo de Caso

Considerar que a relação entre métodos quantitativos e qualitativos é antagónica afigura-se-nos como prejudicial ao desenvolvimento da investigação em Ciências Sociais. Rejeitar completamente a validade de uma metodologia em favor de outra seria desprovido de sentido, e cabe sim, ao investigador, compreender as potencialidades de cada tipo de métodos e a sua adequabilidade ao problema que pretende estudar.

No entanto, é comum a associação da metodologia quantitativa a resultados mais passíveis de serem generalizados. A análise dos limites desta metodologia realizada por Raymond Boudon, que toma como exemplo o célebre estudo do suicídio feito por Émile Durkheim, oferece uma reflexão útil no sentido de desmistificar essa ideia. De notar, antes de mais, que a crítica dirigida ao estudo deriva das limitações inerentes às estatísticas administrativas de que dispunha Durkheim, e não do método em si. Mas algumas comparações feitas pelo autor são, na ótica de Boudon, difíceis de aceitar, (Boudon, 1990: 94). Durkheim conclui que a taxa de suicídio é maior entre protestantes do que entre católicos, mas como foi observado por Halbwachs, os estados alemães analisados pelo autor, apesar das suas semelhanças, não diferem apenas em relação à sua religião, (Boudon, 1990: 95).

O facto de questionarmos a noção de que os métodos quantitativos oferecem, por definição, uma visão mais fidedigna dos problemas sociais, não pressupõe que consideremos os seus resultados superficiais. Conforme refere Boudon, uma análise contextual a partir destes métodos pode conduzir a investigações ricas na demonstração dos efeitos das estruturas sociais nas ações dos indivíduos, (Boudon, 1990: 97). Não obstante, é difícil aplicá-la a sociedades complexas, (Boudon, 1990: 102).

De notar que a metodologia qualitativa abrange um grande número de técnicas diferentes, que têm em comum, para Jean-Pierre Deslauriers, o facto de darem primazia ao significado dos fenómenos sociais, ao invés da sua frequência, (Guerra, 2006: 11). A respeito de diversidade, concordamos com Raymond Boudon, quando o autor afirma que o facto de existirem métodos sociológicos muito variados é sinal da multiplicidade de objetos de estudo, e que o reconhecimento desta diversidade é sinal da maturidade desta ciência, (Boudon, 1990: 129).

Sendo que a nossa dissertação tem como objetivo verificar a correspondência entre as características do Turismo Solidário Urbano e a atividade da organização *Lisbon Chill-Out Tours*, a metodologia qualitativa apresenta-se como a mais adequada, devido ao seu potencial para analisar unidades sociais naturais, (Boudon, 1990: 122). *A Lisbon Chill-Out Tours* insere-se nesta

categoria por ser produto da iniciativa de um pequeno coletivo de indivíduos e realizar a sua atividade num contexto específico, que é possível observar diretamente, o centro histórico da cidade de Lisboa.

Aproximamo-nos assim da “teoria das organizações”, segundo a qual uma organização pode ser entendida como um sistema com relações próprias, (Boudon, 1990: 123).

3.2. Observação Participante e Entrevista Semidirectiva

O estudo de caso da *Lisbon Chill-Out Tours* baseou-se na realização de entrevistas semidirectivas à criadora do projeto, ao seu gerente e a alguns dos colaboradores atuais, assim como em observações participantes das suas atividades, (visitas turísticas e reunião semanal da equipa). Foram realizadas cinco entrevistas (criadora, gerente e três guias), duas observações de visitas guiadas e uma observação de uma reunião.

Para Léssard-Hébert, Goyette e Boutin, o estudo de caso tem o potencial de ser o método “menos construído, portanto o mais real; menos limitado, portanto o mais aberto; menos manipulável, portanto menos controlado”, (Léssard-Hébert et al, 2008: 159). Robert Yin caracteriza o estudo de caso como o estudo de um fenómeno contemporâneo, inseparável do contexto em que está inserido, e que deve utilizar mais do que uma fonte de dados, (Yin, 1975: 23 in Léssard-Hébert et al, 2008: 170).

A entrevista semidirectiva é o tipo de entrevista mais utilizado pela investigação social, e permite aproveitar um ambiente de entrevista com alguma informalidade, para obter informação de forma mais natural e espontânea, que numa entrevista centrada talvez não fosse facultada pelos entrevistados. O investigador conduz a entrevista de acordo com “perguntas-guias”, procurando informação concreta mas permitindo que o entrevistado fale de forma fluída, preocupando-se em conduzir a entrevista ao encontro dos objetivos, quando o entrevistado se afastar destes, (Quivy et al, 1992: 194).

O método de observação participante insere-se numa perspetiva interpretativa ou compreensiva, (Léssard-Hébert et al, 2008: 155). Procura ir além da descrição e “(...) descobrir o sentido, a dinâmica e os processos dos atos e dos acontecimentos”, (Pourtois, Desmont, 1988: 123 in Léssard-Hébert, 2008: 156). O tipo de dados recolhidos é descritivo e compreensivo, (Léssard-Hébert, 2008: 157-158).

A observação direta é a única forma de captar os comportamentos “(...) no momento em que eles se produzem e em si mesmos (...)” (Quivy et al, 1992: 197). O investigador guia a sua observação pela busca de indicadores definidos previamente na grelha de análise da investigação.

A nossa investigação possui como desafio principal o facto de o investigador fazer parte da organização que é seu objeto de estudo, o que obrigou a um esforço redobrado de

distanciamento. Consideramos que a memória e experiência adquiridas na organização podem contribuir para a riqueza de pormenor da nossa reflexão, e procurou-se analisar a atividade da *Lisbon Chill-Out Free-Walking Tours* com rigor e espírito crítico.

4. Grelha Analítica

Questão de partida: De que forma é que os princípios da Economia Solidária se traduzem em Turismo Solidário, a partir do exemplo da *Lisbon Chill-Out Free-Walking Tours*?

Objetivo principal: Analisar a correspondência entre as características do Turismo Solidário Urbano e a atividade da *Lisbon Chill-Out Free-Walking Tours*.

| Objectivos complementares | Conceitos | Dimensões de Análise | Indicadores | Fontes de Recolha | Técnicas de Recolha |
|---|---|----------------------|---|---|---------------------------------------|
| Verificar qual o modelo de organização da Lisbon Chill-Out Free-Walking Tours | Economia Solidária Turismo Solidário | Gestão Económica | Modelo de liderança Relação com os colaboradores e hierarquia Distribuição de tarefas | Gerente Criadora Guias Atividade | Entrevista Observação participante |
| Compreender os processos de tomada de decisão e de uso do excedente | Economia Solidária Turismo Solidário | Gestão Democracia | Nº de reuniões abertas a todos os colaboradores Nº de participantes nas reuniões Nº de decisores Processo de utilização do excedente | Gerente Atividade Guias | Entrevista Observação participante |

| | | | | | |
|--|---|------------------------------------|--|-------------------------------|--|
| Caracterizar a criação e desenvolvimento da organização e a sua composição atual | Turismo Solidário | Social Emancipação Cultural | Motivação inicial e atual do projeto Objetivos atuais Nº de colaboradores | Criadora Gerente Guias | Entrevista |
| Avaliar o impacto da atividade diária da organização, no espaço envolvente, tendo em conta uma perspetiva multidimensional | Economia Solidária Turismo Solidário | Social Ambiental Territorial | Impacto ambiental da atividade Comportamento no decurso da atividade | Atividade Gerente Guias | Observação participante |
| Analisar a relação estabelecida com a população local, e o seu impacto no decurso da atividade, a diferentes níveis | Turismo Solidário | Social Cultural | Comportamento no decurso da atividade Tipo de práticas transmitidas aos participantes | Atividade Gerente Guias | Observação participante |
| Avaliar o raio de ação da atividade da organização | Turismo Solidário | Territorial | Nº de bairros da cidade abrangidos pela atividade | Gerente Atividade | Entrevista Observação participante |
| Analisar o tipo de informação partilhada na atividade da organização | Turismo Solidário | Cultural Conhecimento | Características da informação Valores partilhados com participantes | Atividade Guias | Observação participante Análise de conteúdo |

5. Estudo de Caso – Conclusões

5.1. Questão de Partida e Objetivos

A presente dissertação procurou *compreender de que forma os princípios da Economia Solidária se traduzem em Turismo Solidário, a partir da experiência da organização de visitas turísticas de Lisboa, Lisbon Chill-Out Free-Walking Tours*. O nosso objetivo geral consistiu em desenvolver a reflexão científica acerca da Economia Solidária e Turismo Solidário e propor o conceito de Turismo Solidário Urbano. De modo a responder à questão de partida, analisámos a correspondência entre o que definimos serem as características fundamentais do Turismo Solidário Urbano e a atividade da *Lisbon Chill-Out Free-Walking Tours*.

Antes de mais, devemos notar que esta organização não pode ser considerada uma organização de Economia Solidária e não foi criada para o ser. Apesar disto, descobrimos que a sua experiência oferece um potencial de reflexão muito rico acerca da tentativa de construir novas formas de turismo, e a organização em si demonstra um potencial que se adequaria a uma organização de Economia Solidária, existindo inclusive recetividade e curiosidade dos membros em relação a esta opção.

A *Lisbon Chill-Out* constitui atualmente uma das principais organizações de visitas turísticas a pé no centro histórico de Lisboa, realizadas de acordo com o conceito de *Free-Walking Tour*. As visitas ocorrem diariamente, de manhã e à tarde, e não é cobrado um preço fixo pelo tour, sendo os participantes livres de contribuírem com donativos no final. A equipa é composta por dez elementos e a sua remuneração deriva exclusivamente dos donativos dos participantes.

A criadora do projeto, licenciada em Engenharia do Ambiente, começou a fazer visitas turísticas em Lisboa em 2007, inspirada numa visita que fizera em São Petersburgo, na qual o guia incluía a participação de habitantes locais, assim como lugares e histórias menos turísticas. O objetivo era transpor este espírito para Lisboa, motivando o contacto com os habitantes e oferecendo uma experiência que fosse menos comercial e mais genuína, (“(...) dissolvíamos-nos na cidade. Era esse o objetivo”).

Até 2009, a criadora foi a única guia e era cobrado um preço fixo pelas visitas. Nessa altura começou a perder interesse pela atividade e a sentir que o público estava mais interessado nas atrações turísticas, e menos interessado na sua perspetiva pessoal acerca da cidade. Integra na equipa alguns amigos seus, mas permanece na liderança do projeto apenas durante alguns meses. A informalidade na relação entre guias começa a tornar-se prejudicial, sendo frequente os guias não comparecerem para realizar as visitas.

A gestão da *Lisbon Chill-Out Tours* passa então para um dos guias, J., na condição de que este mantivesse o conceito inicial de “proporcionar um bom serviço de forma inclusiva”, acessível a todo o tipo de turistas e criador de proximidade com a cultura local. A criadora continua a reunir-

se mensalmente com o gerente da *Chill-Out* e a receber uma *royalty*, uma percentagem do dinheiro que os guias descontam semanalmente para a organização.

Um dos aspetos mais positivos da organização consiste no seu caráter endógeno. A *Lisbon Chill-Out* foi fruto da iniciativa de uma lisboeta que queria proporcionar uma experiência de passeios turísticos mais pessoal e personalizada, ainda que não tenha conseguido obter dessa atividade, um rendimento que lhe permitisse dedicar-se exclusivamente a ela. A passagem para a gerência de J. alargou a possibilidade de o projeto contribuir para a criação de emprego e se tornar mais heterogéneo.

Os elementos que compõem a equipa atual têm idades que variam entre os 24 e os 36 anos, e formações tão diferentes como Jornalismo, Arquitetura, Psicologia, Gestão e Pintura. Têm em comum o facto de se considerarem “locais”, por viverem e sentirem uma afinidade cultural com a cidade de Lisboa. É-lhes exigida pelo gerente uma forte dedicação ao projeto, com disponibilidade para fazer visitas pelo menos três ou quatro vezes por semana, e desde que assumiu a liderança, que o gerente considera a entreaajuda um valor fundamental. Foi igualmente importante a exigência por parte do gerente de maior profissionalismo, como forma de evitar o desleixo que prejudicara a organização no passado. Passou a ser feita uma formação de novos guias focada no comportamento e interação com o grupo, mais até do que na informação histórica.

A equipa atual partilha um conceito de visita turística que mantém semelhanças com a visão original da criadora, no sentido em que procuram dar a conhecer a cultura e História da cidade aos visitantes, de uma forma que os faça sentirem-se mais próximos daqueles que habitam a cidade. Têm ainda em comum o desejo de construir um ambiente de trabalho alternativo à lógica dominante, com forte espírito de grupo, mas menos rígido e formal, através do qual sintam uma maior realização pessoal. Reúnem-se semanalmente, apesar de não possuírem um escritório. A reunião acontece ao almoço ou jantar, em casa de um dos elementos ou noutra local acordado entre todos.

O modelo de organização apresenta elevada informalidade e pouca estruturação. A única relação hierárquica assumida de forma clara é entre o gerente e os guias. Ao gerente cabe o poder de decisão final. O excedente é-lhe entregue todas as semanas e a sua gestão é quase exclusivamente do seu conhecimento, havendo algumas despesas que são partilhadas com a equipa, como as que dizem respeito à compra de materiais utilizados por todos como malas ou cartões, mas outras que o gerente prefere não divulgar, (“Talvez se houvesse mais transparência houvesse menos queixas, mas não me sinto à vontade para dizer tudo”). A este nível de gestão, a falta de transparência é notória, e foi referida pelos guias entrevistados, os quais, tendo visões mais ou menos negativas, concordam no geral que é necessário melhorar este aspeto.

A reunião de equipa, aberta a todos os elementos, serve como momento de partilha e discussão, e a partir do debate gerado são tomadas as decisões, tendo o gerente a última palavra. A participação é encorajada, mas um elemento da equipa considera que a reunião é pouco

produtiva, e que as opiniões transmitidas têm influência apenas em assuntos “que não importam”, devido à falta de abertura para discutir assuntos que considera importantes, como a gestão do dinheiro. Por seu lado, o gerente refere que a reunião semanal serve para auscultar as opiniões da equipa, mas admite que no que toca a gastos de dinheiro, “a decisão é mais minha”.

Ainda assim, os entrevistados fazem um balanço muito positivo da reunião enquanto momento de partilha das experiências de cada um, ainda que um guia refira que é necessário esforço para contrariar a “amena cavaqueira” que a informalidade do ambiente proporciona. Valorizam a reunião enquanto boa prática, mas consideram que existe falta de clareza na comunicação com o gerente e na repartição de responsabilidades. A este respeito, um guia notou igualmente uma necessidade de definir melhor a missão da organização e o seu posicionamento em relação ao turismo, nomeadamente em relação ao conceito de turismo sustentável.

A reunião consiste numa boa prática em termos das dimensões de gestão e democracia. Contudo, para que o processo de tomada de decisão seja verdadeiramente democrático, esta não pode depender da vontade de uma só pessoa.

Foi iniciada uma tentativa de divisão de tarefas que modifica a hierarquia da equipa, e transfere responsabilidades para os guias, através da criação de departamentos compostos por dois ou três guias, encarregues por exemplo do recrutamento e formação, e criação de material de *marketing*. O gerente transmitiu vontade de desenvolver esta divisão de tarefas, mas considera que o trabalho dos departamentos tem ficado aquém das expectativas. Em adição, transmitiu que o espírito de grupo e dedicação são mais fracos nos guias que entraram no último ano.

A atividade da organização baseia-se fundamentalmente na confiança, e bastaria isto para estimular bastante reflexão. A organização mantém-se em funcionamento devido ao voto de confiança que o gerente deposita nos guias, confiando que estes sejam honestos na informação e resultados apresentados, e que os guias depositam no gerente, confiando que este tem os seus interesses em consideração. A nosso ver, isto constitui simultaneamente algo notável do ponto de vista relacional e algo desafiante para o futuro da organização, assim como problemático do ponto de vista do que é exigido a uma organização de Economia Solidária.

Notámos um esforço por parte do gerente em reconhecer o trabalho dos guias de forma justa, e outra boa prática é a atribuição pelo gerente de um bónus anual e um bónus mensal aos guias, de acordo com a forma como avalia a sua dedicação. O bónus anual em particular, é designado “Fundo de Desenvolvimento Pessoal”, e visa mais diretamente, contribuir para a educação dos membros, ainda que a sua utilização fique ao critério de cada um. Também esta boa prática beneficiaria de maior regulamentação e transparência.

Conforme refere Amaro, é crucial na Versão de Economia Solidária da Macaronésia, que a atividade económica seja conduzida de acordo com práticas de solidariedade, ou seja, práticas que coloquem a cooperação acima da competição e procura de lucro, (Amaro, 2009: 15). A preocupação com a construção de um espírito de grupo forte, baseado na entreatajuda, abre o

caminho à cooperação. No entanto, a definição da atitude face ao excedente não é assumida pelo gerente. A organização tem ou não como fim o lucro?

É na relação com as dimensões ambiental, social e de conhecimento, que identificamos na atividade da *Lisbon Chill-Out*, a maior ligação com os princípios do Turismo Solidário Urbano. Dado que a organização realiza somente visitas a pé, o impacto ambiental prende-se maioritariamente com a ocupação do espaço, que devido à dimensão dos grupos ser com frequência superior a vinte pessoas, é admitida como problemática pelos guias. Tanto estes como o gerente se mostram bastante preocupados em refletir e minorar os efeitos negativos da presença dos grupos nos espaços públicos da cidade, e acima de tudo, demonstram humildade face ao problema. Estão cientes de que não é possível eliminar por completo a perturbação do espaço causada pela passagem dos grupos, mas associam ao papel de guia uma forte componente pedagógica, e ao mesmo tempo creem que a sua capacidade para modificar os comportamentos e perceções dos participantes é reduzida.

De notar que se esforçam para que o seu ânimo não esmoreça face a uma luta que, no entender de um dos guias, é quixotesca, com o mesmo guia a observar, com um pragmatismo encorajador, que “no edifício do turismo temos responsabilidade por um tijolo. Que seja o melhor”, convicto de que mais vale ser-se mais um “um” do que mais um “zero”.

Os guias procuram partilhar o seu conhecimento, e os discursos que fazem durante as visitas possuem uma base comum, que cada guia desenvolve de acordo com a sua sensibilidade. Transmitem visões derivadas das suas experiências e opiniões pessoais, apesar de uma forte componente histórica, apoiada na teatralidade, sentido de humor, e novamente, no valor da aprendizagem. Apresentam a informação de forma a não só entreter os participantes como também os ajudam a assimilar factos relevantes, e tentam estimular o espírito crítico e a reflexão, particularmente acerca da problemática do crescimento do turismo, e da necessidade da relação entre participantes e guias se basear na consciência do impacto, tanto positivo como negativo, que a sua presença tem na cidade.

A nível da dimensão social, os guias procuram promover boas relações e interação dos participantes com os habitantes da cidade, sobretudo com os moradores do bairro de Alfama. Nas duas visitas a que assistimos, os participantes foram encorajados a cumprimentar os moradores e nas entrevistas, dois guias em particular transmitiram um esforço em incluir no tour momentos de diálogo entre o grupo e os moradores. Um guia contou que questionado pelos participantes acerca da opinião das pessoas do bairro sobre a presença de turistas, resolveu inquirir dois moradores, que transmitiram uma impressão positiva.

O próprio gerente caracteriza a relação com a comunidade diretamente afetada pelos tours, como o aspeto que a generalidade da equipa tem vindo a desenvolver melhor, dando o exemplo de moradores de Alfama lhe transmitirem insatisfação em relação à presença de grupos de turistas vindos de cruzeiros, mas considerarem positiva a presença dos grupos da *Lisbon Chill-Out*.

Todos os guias entrevistados manifestaram o desejo de serem uma presença positiva na cidade, de “devolver à comunidade”. Aqui, a organização mostra algum potencial para se aproximar do carácter sistémico da Versão de Economia Solidária da Macaronésia, e da sua visão ecocêntrica, que coloca o homem como uma parte não só da sociedade como também da natureza. E pensar na cidade como um sistema no qual o turismo é apenas uma parte, parte essa que deve evitar uma atitude predatória que esgote os recursos, naturais e culturais, insubstituíveis, vai ao encontro da nossa visão de Turismo Solidário.

Além da cordialidade para com os moradores, um dos guias refere explicitamente a “obrigação de sermos o mais solidários possível”, sugerindo como vias para concretizar isso, o desenvolvimento de atividades para crianças que habitem na periferia, para refugiados e para indivíduos com mobilidade reduzida.

No que toca à dimensão territorial, a *Lisbon Chill-Out* encontra-se limitada ao centro histórico de Lisboa. No quadro do Turismo Solidário Urbano que referimos anteriormente, a realização de atividades num raio de ação mais alargado, que inclua sobretudo zonas periféricas habitualmente negligenciadas, abre a porta a intercâmbios culturais enriquecedores. Desde que a ação se oriente, claro, pelo valor da solidariedade, e que não se explore quem está numa posição desfavorecida. Conforme refere o guia citado anteriormente, a realização de atividades para esses públicos excluídos do direito de visita, é um fator de democracia, emancipação e (re)conquista de poder perdido. Para esse guia, falta, utilizando uma comparação derivada da língua inglesa, que as atividades turísticas diferenciem mais entre “explore” e “exploit”. E esta inclusão pode criar outras plataformas para a promoção da multiculturalidade, que já é encorajada pela diversidade de perfil demográfico dos participantes.

5.2. Balanço da relação com as características do Turismo Solidário Urbano

O balanço final que fazemos da relação da organização com as características do Turismo Solidário Urbano, é de uma boa correspondência com as características decorrentes das dimensões ambiental, social, cultural e de conhecimento, mas um défice no que toca às características decorrentes das dimensões territorial, económica, de gestão e de democracia.

Apesar da grande dimensão assumida pelos grupos ser desafiante, os participantes para a visita em inglês já são divididos diariamente em dois grupos, e a atitude pedagógica dos guias, tanto a nível da informação como dos comportamentos, é extremamente positiva. A informação histórica é apresentada com bastante recurso ao humor e teatralidade, o que motiva a interação e participação, e é incorporada informação baseada na experiência, capacidades e interesses pessoais de cada guia. E a consciencialização sobre os impactos da presença do grupo é comum a todos os guias, sendo que é feito um esforço por respeitar e interagir com a comunidade local, e é igualmente motivada a discussão sobre os efeitos positivos e negativos do turismo no geral.

O déficit encontrado na relação com as outras dimensões, prende-se em primeiro lugar com a necessidade de definir o modelo da organização e a sua atitude em relação ao excedente. O próprio gerente hesita quanto a se a organização pretende ou não, ter como fim o lucro. Uma parte do excedente é investido na formação dos guias, por iniciativa do gerente, através da atribuição de um bônus, e observámos uma preocupação em reconhecer de forma justa o trabalho dos guias. No entanto, da indefinição do modelo de organização decorre uma falta de transparência com impacto na promoção da democracia interna, pois apesar da boa prática da reunião semanal da equipa, o poder de decisão está concentrado numa única pessoa.

Existe também um déficit na promoção da multiculturalidade e desenvolvimento de atividades em zonas periféricas, e que envolvam por exemplo população imigrante ou em situação de exclusão.

CAPÍTULO III – Reflexões Finais

6.1. Como ser mais Solidário?

Foi-nos dito pelo gerente da *Lisbon Chill-Out* que, quando começou a fazer Free-Tours, há sete anos atrás, fazer este tipo de visita era associado a valores alternativos à “visão dominante do mundo”. Entretanto, com o aumento do número de turistas, observa que o público tem vindo a mudar e já não se identifica da mesma forma com valores ditos “alternativos”. O próprio gerente caracteriza-se como alguém que era idealista quando começou a gerir a organização, e que não tendo abandonado ainda completamente o seu sonho, vê com pessimismo a tentativa de construir alternativas a esse mundo “dominante”, (“Antes se calhar era mais de esquerda, mas comecei a perceber porque é que o mundo funciona como funciona”). Mostra-se desiludido por considerar que os guias deviam dar mais valor ao que têm, (“A ideia era outra, mais alternativa, mas à medida que evoluía fui vendo que o modelo não funciona. As pessoas nunca estão contentes com o que têm”), pois acha que quando os rendimentos dos guias aumentam, estes se queixam mais e se dedicam menos, (“Acho que quando os guias estão a ganhar bem não se dedicam tanto”). Mesmo assim, afirma com convicção que “temos a melhor equipa que já tivemos”.

A resolução deste confronto entre idealismo e pessimismo por parte do gerente parece-nos crucial para o futuro da organização, pois está na base da sua hesitação em adotar o modelo de uma organização de Economia Solidária. Questionado diretamente sobre se a organização se poderia formalizar como uma cooperativa ou associação, identifica esta opção com uma perda de controlo difícil de aceitar, (“Era a intenção inicial. A opção mais por empresa só surgiu no último ano. Falei com a minha advogada para sermos uma associação, mas ela disse que podia fugir do controlo”, “é o meu bebé”). Aproximar-se-ia mais do seu sonho inicial, no entanto, teme que seja um sacrifício feito a favor dos guias, que estes não valorizem, (“gosto mais do espírito de cooperativa, pessoalmente. Se fosse o meu sonho, era ir por aí”, (...)) Acho que não valorizam as boas condições que têm. Não sei bem, mas falta qualquer coisa, mesmo estando muito contente, novamente, falta qualquer coisa particularmente nos elementos que entraram há menos tempo”).

Uma estruturação maior parece-nos indispensável, dado que a informalidade cria uma mistura entre relações pessoais e profissionais, que pode estar a tornar-se prejudicial e a contribuir para o conflito. Um dos guias considera que é “muita responsabilidade para uma pessoa” e que “facilmente nos envolvemos de forma passional para o bem e para o mal”. Assumir definitivamente um modelo, seja de cooperativa, associação, ou até mesmo de empresa, caso a opção não seja integrar a via de Economia Solidária, abriria de qualquer forma caminho para uma melhor gestão das relações profissionais e uma maior distinção entre estas e as relações pessoais. Isto é admitido pelo próprio gerente, (“Se calhar falta termos uma estrutura mais séria, porque ainda é muito “Quem manda sou eu”. Talvez precise de uma melhor estrutura de controlo do trabalho e da responsabilidade, que eu não sei fazer e que levaria tempo”).

Dado o potencial identificado, com uma correlação promissora entre a atividade da organização e as características de Turismo Solidário Urbano nas dimensões social, cultural, ambiental e de conhecimento, a *Lisbon Chill-Out* apresenta condições, pela atividade desenvolvida em si, de se tornar uma cooperativa ou associação de Turismo Solidário. Tal é, a nosso ver, a única forma de ir ao encontro de um aumento da democracia interna conforme à Economia Solidária.

Para isto, a organização precisa de definir melhor o seu projeto, ou missão, como é mencionado por um dos guias. Mas para o gerente, é importante uma adaptabilidade às circunstâncias, (“a nossa visão não pode ser uma pedra, tem de ser um rio, tem de se ir adaptando às circunstâncias”). Isto implica particularmente uma alteração na dimensão económica que decida se o fim da organização é ou não o lucro. Ora, o gerente teme ainda que a via de Economia Solidária afete a sustentabilidade económica da organização, dado que a remuneração é obtida através de gorjetas e que considera que os participantes não têm vindo a reconhecer o trabalho dos guias de forma verdadeiramente justa, (“Uma vez perguntaram-me se o projeto é solução para o turismo e eu disse que não. Temos grupos grandes, mas com menos pessoas ganhávamos menos. Mas tentamos passar a mensagem nos tours. Só que precisamos de ter pessoas para que seja economicamente sustentável. Tentamos consciencializar, mas se os participantes não reconhecem, não podemos ser mais”).

O conceito de *Free-Tour* permite que possam participar nas visitas, turistas com perfis socioeconómicos variados, e por isto não deve ser abandonado. No entanto, parece-nos erróneo conotar sustentabilidade económica unicamente com “ganhar mais”. Aceitando que o trabalho de todos os membros da organização deve ser devidamente remunerado, “ganhar mais”, pura e simplesmente, é ter como fim o lucro. Pelo contrário, caso a organização decida a utilização do excedente, a diversificação do tipo de atividades desenvolvidas pode contribuir para a sustentabilidade económica. Nesse caso, poderiam ser desenvolvidas atividades que cobrassem preços fixos aos participantes, e constituídas parcerias com instituições que partilhem os mesmos valores, incorporando aquilo que Amaro designa Segurança Económica, ao invés de Viabilidade Económico-Financeira, (Amaro, 2016 :111).

Assumir o modelo de Economia Solidária e depois fazer crescer a sua dimensão social através, por exemplo, da realização de atividades para crianças de bairros periféricos, refugiados e pessoas com mobilidade reduzida, proposta por um dos guias, colocaria a *Lisbon Chill-Out* no lugar de organização pioneira no âmbito do Turismo Solidário em Lisboa. A equipa de guias identifica-se com estes valores, quer aprender mais sobre Economia Solidária e esforça-se por oferecer um serviço de qualidade, com respeito pela cidade e os seus habitantes. Trata-se de um elevado potencial humano que poderia encontrar realização pessoal no seio da Economia Solidária. Se esta é, como diz o gerente, a melhor equipa que a organização alguma vez teve, então este é o momento decisivo para o seu futuro.

6.2. Um passo na evolução do conceito de Turismo Solidário

Iniciámos a presente investigação, pretendendo antes de mais, contribuir para o enriquecimento do conhecimento científico da Economia Solidária, através de uma perspetiva multidisciplinar e da sua aplicação na vertente de Turismo Solidário. Conforme referimos na introdução, é necessário averiguar se o modelo de análise da Economia Solidária permite encontrar melhores respostas para novos desafios. Em resposta a isto, acreditamos que o Turismo Solidário no geral, a sua aplicação enquanto Turismo Solidário Urbano em particular, e a incorporação desta por parte de organizações turísticas, pode efetivamente contribuir para que o desenvolvimento do turismo em cidades como Lisboa, ocorra de acordo com o princípio de solidariedade sistémica da Economia Solidária da Macaronésia.

Consideramos que o quadro teórico baseado na Economia Solidária e Turismo Solidário se adequou à nossa investigação, pois permitiu encontrar uma correlação entre aspetos da atividade de uma organização que não é de Economia Solidária, e as características do que definimos como Turismo Solidário Urbano.

Agora que existe uma formulação do conceito de Turismo Solidário para o espaço urbano, esperamos que tal abra a porta a mais investigação sobre o conceito, e motive um tipo de turismo baseado na co-responsabilização, capaz de ser uma influência positiva na cidade e de contribuir para a construção de “espaços públicos de proximidade”, como designa Laville, ao criar trabalho ao mesmo tempo que é promovida a discussão de problemas públicos.

Em adição, a informação que recolhemos a partir das observações participantes e entrevistas foi extremamente rica em matéria de reflexão sobre o fenómeno do Turismo e sobre como construir projetos baseados em princípios e formas de funcionamento diferentes do modelo económico capitalista dominante.

Como criar outro tipo de ambiente de trabalho, sem que a informalidade e falta de estruturação se tornem prejudiciais? Como definir a missão de uma organização que pretende ser alternativa? Como construir um projeto baseado num laço de confiança forte, sem que este se quebre? Como desenvolver uma atividade turística que respeite a comunidade local?

A investigação sugeriu-nos interrogações que se relacionam com a identidade de uma organização, a sua missão, valores, gestão e sustentabilidade, e permitiu-nos obter pistas sobre a aplicação dos parâmetros estabelecidos por Amaro para a sustentabilidade das organizações de Economia Solidária, (Amaro, 2016). A indefinição observada na *Lisbon Chill-Out* a nível das dimensões económica e de gestão, e a preocupação com a sustentabilidade económica, remete-nos para a distinção entre Segurança Económica e Viabilidade Económico-Financeira, (Amaro, 2016 :111). E na dimensão ética, valores como “Transparência” e “Fidelidade à Visão e à Missão”, bem presentes na nossa reflexão, são caracterizados pelo autor como o “cimento para a sobrevivência e a durabilidade”, (Amaro, 2016 :112).

Esperamos assim ter contribuído para a reflexão sobre a criação de instrumentos de avaliação, consultadoria e gestão, próprios às organizações de Economia Solidária.

A investigação constituiu um processo de aprendizagem inspirador para o seu autor. Tratou-se, fundamentalmente, de refletir sobre como se concretiza, na prática, a nova solidariedade proposta pela Economia Solidária da Macaronésia. E esperamos que o que foi escrito, seja um bom pequeno passo no sentido de a fazer florescer mais.

Bibliografia

- Amaro, Rogério Roque (2009), "A Economia Solidária da Macaronésia - Um Novo Conceito" *Revista de Economia Solidária*, nº1, ACEESA, pp.11-30
- Amaro, Rogério Roque (2011), "Nota editorial" *Revista de Economia Solidária*, nº2, ACEESA, pp.9-14
- Amaro, Rogério Roque (2015), *Seminário de Economia Solidária, Coesão Social, Sustentabilidade e Diversidade nas Sociedades Contemporâneas*, apontamentos presenciais do curso de Mestrado em Economia Social e Solidária, Lisboa: ISCTE-IUL
- Amaro, Rogério Roque (2016), "A Sustentabilidade das organizações de Economia Solidária – proposta de conceptualização e de avaliação" *Revista de Economia Solidária*, nº10, ACEESA, pp.98-123
- Apostolopoulos, Yiorgos e Leivadi, Stella e Yiannakis, Andrew (Orgs) (1996), *The Sociology of Tourism: theoretical and empirical investigations*, Londres: Routledge
- Bernardo, Edgar (2013), "Uma Introdução ao Turismo – Conceitos, classificações e tipologias", CIES e-Working Paper, Nº164/2013, ISCTE-IUL
- Bernardo, Edgar (2013), "Abordagens Teóricas ao Turismo", CIES e-Working Paper, Nº172/2013, ISCTE-IUL
- Boudon, Raymond (1990), *Os Métodos em Sociologia*, Edições Rolim
- Carneiro, Camila Batista Marins (2011), "Economia Solidária e os Novos Movimentos Sociais Económicos: um estudo de caso da Rede Ecológica (RJ)", XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Salvador, Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307737275_ARQUIVO_artigoconlab-CamilaBatistaMCarneiro.pdf> último acesso em 25 de outubro de 2017.
- Choay, Françoise (2010), *Alegoria do Património*, Coimbra: Edições 70
- Coraggio, José Luís (2010), "La Economía Social y Solidaria como estratégia de desarrollo en el contexto de la integración latinoamericana" *Revista de Economia Solidária*, nº2, ACEESA, pp.13-24
- Coraggio, José Luís (2011), "La presencia de la economía social y solidaria (ESS) y su institucionalización en América Latina" *Revista de Economia Solidária*, nº3, ACEESA, pp.37-74
- Coraggio, José Luís (2014), "Una lectura de Polanyi desde la economía social y solidaria en América Latina" *Cadernos Metrópole*, volº16 (31), São Paulo, pp.17-35

- Cotera, Alfonso e Ortiz, Humberto (2009), "Comércio Justo" in Hespanha, Pedro e Cattani, Antonio David e Laville, Jean-Louis e Gaiger, Luiz Inácio (Orgs), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, pp.60-67
- Dale, Gareth (2012), *Karl Polanyi: The Limits of the Market*, Cambridge: Polity Press
- Dann, Graham e Cohen, Erik (1996), "Sociology and Tourism" in Apostolopoulos, Yiorgos e Leivadi, Stella e Yiannakis, Andrew (Orgs), *The Sociology of Tourism: theoretical and empirical investigations*, Londres: Routledge, pp.301-313
- De Carli, Caetano e Costa, Elizardo Scarpati (2013), "Os movimentos sociais e a crítica epistemológica ao local de produção do conhecimento científico" *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol.XXVI, pp.139-162
- Defourny, Jacques (2009), "Economia Social" in Hespanha, Pedro e Cattani, Antonio David e Laville, Jean-Louis e Gaiger, Luiz Inácio (Orgs), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra: Almedina, pp.156-161
- Estanque, Elísio (2005), "Trabalho, desigualdades sociais e sindicalismo" *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº71, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, pp.113-140
- Estanque, Elísio (2006), "A questão social e a democracia no início do século XXI - Participação cívica, desigualdades sociais e sindicalismo" *Revista Finisterra*, vol.55, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, pp.77-99
- Ferreira, Bárbara e Filho, António E. Teixeira e Monteiro, Isabel e Gonçalves, Raquel (2014), "Altermundialismo, Novos Movimentos Sociais e Economia Solidária" in *Revista de Economia Solidária*, nº6, junho 2014, ACEESA, pp.17-72
- Fridgen, Joseph D. (1996), *Dimensions of Tourism*, Lansing: Educational Institute of the American Hotel Motel Association
- Friedlanter, Ludwig (1965), *Roman Life and Manners under the Early Empire*, Londres: Routledge
- Fortuna, Carlos (1995), "As cidades e as identidades: patrimónios, memórias e narrativas sociais" in Santos, Maria de Lourdes Lima dos (Orgs), *Estudos e Investigações*, nº4, Lisboa: ICS, pp.209-230
- Fortuna, Carlos e Ferreira, Claudino (1996), "O Turismo, o Turista e a (Pós)Modernidade", Oficina do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Oficina nº80, outubro de 1996
- França Filho, Genauto de (2007), "Teoria e Prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação" *Civitas*, vol.7, pp.155-174, Porto Alegre

- França Filho, Genauto de e Laville, Jean-Louis (2004), *Economia Solidária: uma abordagem internacional*, Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Gaiger Luiz Inácio (2009), "Antecedentes e expressões atuais da economia solidária" *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº84, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, pp.81-99
- Guerra, Isabel (2006), *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso*, Principia
- Guterres, António Brito e Vieira, Ana Bigotte e Botelho, Catarina e Braga, Joana, e Duarte, Leonor e Gago, Luísa e Mendes, Luís, (2016), "Quem vai poder morar em Lisboa?". Disponível em <http://www.buala.org/pt/cidade/quem-vai-poder-morar-em-lisboa> último acesso em 25 de outubro de 2017
- Henriques José Manuel (2010), "Crise, Economia Social e Solidária e 'Integração Económica' na ação contra a pobreza" *Revista de Economia Solidária*, nº2, ACEESA, pp.83-11
- Icaza, Ana Mercedes Sarria (2009), "Movimento Social" in Hespanha, Pedro e Cattani, Antonio David e Laville, Jean-Louis e Gaiger, Luiz Inácio (Orgs), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra: Almedina, pp.260-263
- Joaquim, Graça, (2015), *Viajantes, Viagens e Turismo – Narrativas e Autenticidades*, Lisboa: Editora Mundos Sociais
- Lacroix, Michel (1999), *O Princípio de Noé ou a Ética da Salvaguarda*, Instituto Piaget,
- Laville, Jean-Louis (2009), "A economia solidária: Um movimento internacional" *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 84, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, pp.7-47
- Laville, Jean-Louis (2009), "Economia Plural" in Hespanha, Pedro e Cattani, Antonio David e Laville, Jean-Louis e Gaiger, Luiz Inácio (Orgs), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra: Almedina, pp.145-149
- Léssard-Hébert, Michelle e Goyette, Gabriel e Boutin, Gérald (2008), *Investigação Qualitativa – Fundamentos e Práticas*, Instituto Piaget
- Lisboa, Armando de Melo (2000), "A Crítica de Karl Polanyi à Utopia do Mercado", *SOCIUS Working-Paper*, Nº2/2000, Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão
- Maccunn, John (1979), *Six Radical Thinkers: Bentham, J. S. Mill, Cobden, Carlyle, Mazzini, T. H. Green*, Nova Iorque: Arno Press
- Magdoff, Fred (2010), "La crisis alimentaria mundial" *Revista de Economia Solidária*, nº2, ACEESA, pp.57-82

- Mance, Euclides (2011), "Solidarity Economy". Disponível em: <http://solidarius.com.br/mance/biblioteca/solidarity_economy.pdf> último acesso em 20 de outubro de 2017
- Marques, Joana (2009), "Para além da filantropia: contributos do Turismo Solidário para o Desenvolvimento Comunitário – Uma análise comparada Cabo Verde – São Tomé e Príncipe", Dissertação de Mestrado em Economia Social e Solidária, ISCTE-IUL
- Miller, Ethan (2005), "Solidarity Economics - Strategies for building new economies from the bottom up and inside out". Disponível em: <[http://www.communityeconomies.org/site/assets/media/Ethan_Miller/Miller_Solidarity%20Economics%20\(2005\).pdf](http://www.communityeconomies.org/site/assets/media/Ethan_Miller/Miller_Solidarity%20Economics%20(2005).pdf)> último acesso em 25 de outubro de 2017.
- Montez, Mario (2010), "Trocas por cá - Mercados Solidários pela voz de um Prossumidor" *Revista de Economia Solidária*, nº2, ACEESA, pp.115-132
- Nardi, Jason (2015), "Solidarity Economy in Europe: an emerging movement with a common vision", RIPESS-Europa. Disponível em: <<http://ripess.eu/wp-content/uploads/2015/03/Solidarity-Economy-in-Europe-a-common-framework.pdf>> último acesso em 25 de outubro 2017
- Ouriques, Helton (2012), "O turismo internacional na economia-mundo capitalista: elementos para uma crítica". Disponível em: <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/viewFile/17005/pdf>> último acesso 28 de outubro de 2017
- Polanyi, Karl (2012), *A Grande Transformação: As origens políticas e económicas do nosso tempo*, Lisboa: Edições 70
- Quivy, Raymond e Campenhoudt, Luc van (1992), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva
- Schmitt, Claudia (2010), "Economia Solidária e Agroecologia: Convergências e desafios na construção de modos de vida sustentáveis" *Mercado de Trabalho*, nº42, IPEA, pp.55-64
- Singer, Paul (2004), "Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário" in *Estudos Avançados*, nº18, pp.7-22
- Urry, John (1990), *The Tourist Gaze – Leisure and travel in contemporary societies*, Londres: Sage Publications
- Viveret, Patrick (2009), "Altermundialização" in Hespanha, Pedro e Cattani, Antonio David e Laville, Jean-Louis e Gaiger, Luiz Inácio (Orgs), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra: Almedina, pp.11-15
-

